

ORGANIZADOR
ARTHUR SOFFIATI

MEMÓRIAS
FLUMINENSES

OS MAIS ANTIGOS DOCUMENTOS
EUROPEUS SOBRE A CAPITANIA
DE SÃO TOMÉ



CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M231 Os mais antigos documentos europeus sobre a Capitania de São Tomé [recurso eletrônico] / Organizador Arthur Soffiati. — Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2023.
(Memórias fluminenses; v. 8).

Livro eletrônico (171 p.).

Modo de acesso:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/309>

ISBN 978-65-87500-22-5 (e-book)

1. Brasil - História - Capitânicas hereditárias, 1534-1762. 2. Norte Fluminense (RJ : Mesorregião) - História. 3. Mapas regionais. 4. Documentos - Norte Fluminense (RJ : Mesorregião). 5. Capitania de São Tomé. I. Soffiati, Arthur (org.). II. Série.

CDD 981.53

23. ed.

Bibliotecário-Documentalista | Henrique Barreiros Alves | CRB-7/ 6326

Essentia Editora

Rua Coronel Walter Kramer, 357 - Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ

CEP 28080-565 | Tel.: (22) 2737-5648

www.essentiaeditora.iff.edu.br | essentia@iff.edu.br

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor	Jefferson Manhães de Azevedo
Pró-Reitor de Administração	Guilherme Batista Gomes
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	Aline Naked Chalita Falquer
Pró-Reitor de Ensino	Carlos Artur Carvalho Arêas
Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade	Cátia Cristina Brito Viana
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	José Augusto Ferreira da Silva
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação	Pedro de Azevedo Castelo Branco

Equipe Editorial da Série Memórias Fluminenses

Editor Assistente

Henrique Barreiros Alves
Gabriel Almeida Frazão
Fernando Gil Portela Vieira

Conselho Editorial Especializado

Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Raimundo Helio Lopes
Rogério Ribeiro Fernandes
Priscila Mattos Monken
Aristides Arthur Soffiati Netto
Ivo Matos Barreto Júnior

Equipe Editorial

Capa

Camila Pavoni Monteiro
Johannes van Doetechum (*Meridionalis Americae* de 1585)

Ilustração da Capa

Claudia Marcia Alves Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação

Henrique Barreiros Alves

Catálogo

Paula Aparecida Martins Borges Bastos

Revisão do texto original

Denise Rena Haddad

Revisão de texto das introduções explicativas

SUMÁRIO

Apresentação	5
A Cosmografia Universal, de Martin Waldsemüller - 1507	7
Carta do Brasil no Atlas Miller - 1519.....	9
Carta de Gaspar Viegas, de 1534, com o cabo de São Tomé assinalado	11
Documentos de doação da Capitania de S. Tomé a Pero de Goes	12
Carta de doação da capitania de S. Tomé a Pero de Goes - 1536	12
Confirmação da carta de doação acompanhada do respectivo <i>Foral</i> - 1536	13
Carta de Couto - 1º de março de 1536.....	16
Confirmação da demarcação - 1543.....	19
Cartas de Pero de Goes.....	24
Cartas de Pero de Goes a Martim Ferreira - 1545.....	24
Carta de Pero de Goes a El-Rei D. João III - 1546.....	28
Carta de Pero de Goes para El-Rei. da Villa da Rainha a 29 de Abril de 1551.....	31
Anotação sobre a região por Jean de Léry - 1557	36
Mapa <i>Americae sive quartae orbis</i> (1562), de Diego Gutierrez.....	38
<i>Meridionalis Americae</i> (1585), de van Doetechum.....	39
Carta geral da América do Sul por Luís Teixeira, c. 1586.....	40
Anotação sobre a região por Gabriel Soares de Sousa - 1587.....	42

Relato sobre a região por Antonio Knivet - 1591.....	43
<i>Nova et exacta delineatio Americae</i> (1599), de Levinus Helsius.....	45
Contrato entre a Coroa Portuguesa e Gil de Goes.....	46
Roteiro dos Sete Capitães	53
Mapa de João Teixeira Albernaz - 1631.....	149
Representação dos moradores da vila de S. Salvador ao Governador da Bahia através do capitão André Martins da Palma - 1650.....	151
Mapa de Sanson D'Abbeville - 1656.....	154
Representação sobre os meios de promover a povoação e desenvolvimento dos Campos dos Goitacazes em 1657 pelo capitão André Martins da Palma.....	155
Relato sobre os Goitacás por Simão de Vasconcelos.....	162
Resolução Régia de 1679 e Carta Régia de 1682.....	165
Mapa de Vincenzo Maria Coronelli - 1688.....	167
Mapa de Johannes Blaeu - 1689.....	168
Biografia do organizador	169
Sobre a Série Memórias Fluminenses	170

APRESENTAÇÃO

Os documentos escritos e mapas reunidos neste livro podem ser encontrados em arquivos e bibliotecas do Brasil e de Portugal, principalmente, mas também em outras instituições mundiais de consulta e pesquisa. A novidade é a seleção deles e sua reunião num único livro, agilizando o trabalho do interessado em leitura e em pesquisa. Pode-se recorrer ao Roteiro dos Sete Capitães, publicado em 2012 e já esgotado; ao raríssimo livro de Simão de Vaconcelos, do século XVII, em coleções públicas e particulares; ao relatório de Manoel Martins do Couto Reis, encontrado com certa facilidade; aos livros de Fernando José Martins, Augusto de Carvalho, José Alexandre Teixeira de Melo e Alberto Frederico de Morais Lamego, nem todos reeditados e nem sempre encontrados no mercado.

O presente livro é quase original. Só não é de todo porque alguns textos que nele figuram já foram publicados em Notas sobre a fundação do município de Campos dos Goytacazes, editado pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima/Arquivo Público Waldir Pinto de Carvalho (2012). Como o intuito do livro mencionado não foi efetuar uma reunião exaustiva de documentos, parece que, sim, o presente livro é uma iniciativa pioneira da Essentia Editora, do Instituto Federal Fluminense.

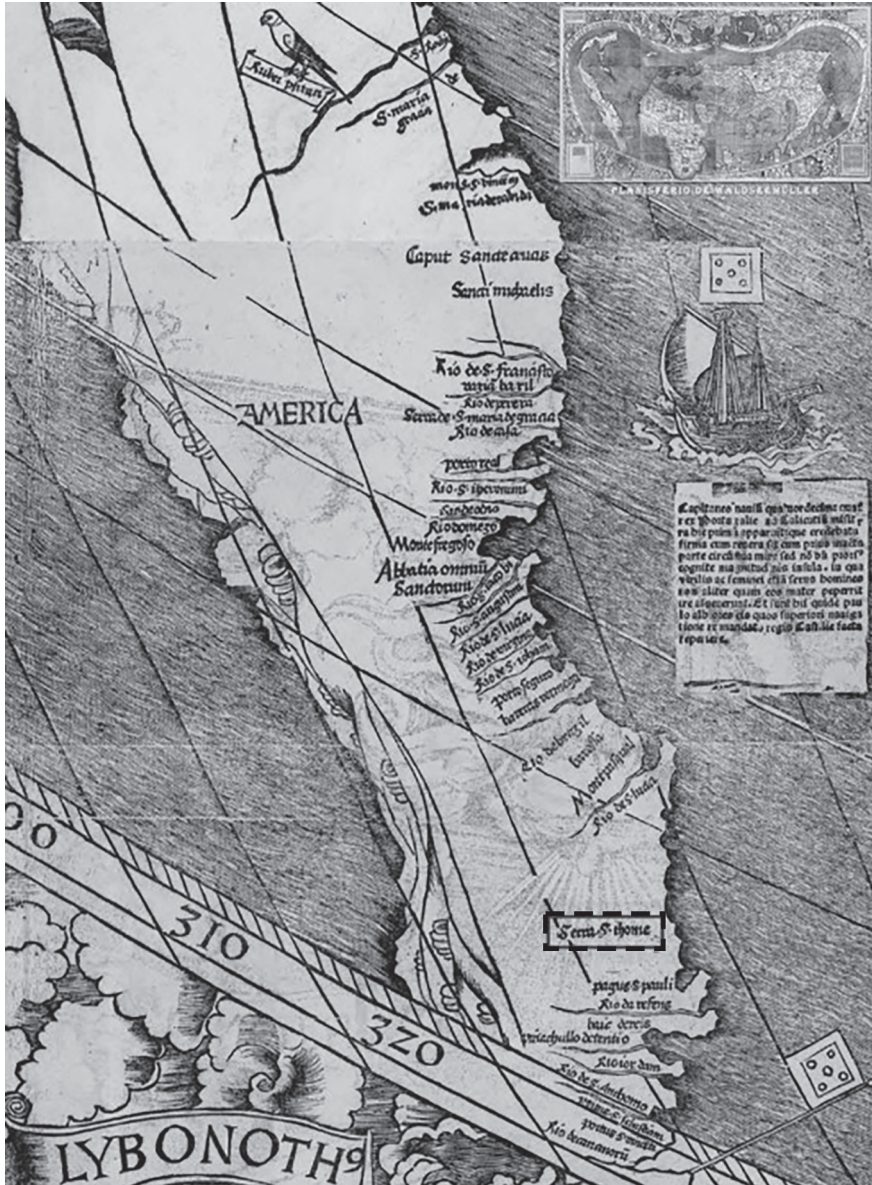
Os textos escritos e os mapas selecionados para esta coletânea correspondem aos séculos XVI e XVII, entre os anos de 1507 e 1689. Tal seleção exigiu pesquisa e tem por finalidade lançar luz sobre os dois primeiros séculos da colonização portuguesa num espaço territorial que se estende entre os rios Itapemirim e Macaé, espaço este correspondente à Capitania de São Tomé. Os documentos sobre a capitania se tornam mais frequentes a partir da colonização contínua do território em questão pelos chamados Sete Capitães, a partir de 1632.

Esperamos com esta reunião contribuir para os interessados em conhecer as origens da colonização portuguesa nas regiões Norte/Noroeste Fluminense e Sul Capixaba, que já estiveram bem mais próximas nos primórdios da incorporação de ambas ao processo de globalização ocidental.

Cada documento é precedido de uma introdução explicativa, com chamadas em asterisco para notas de rodapé, que informam onde o referido documento foi obtido. Esse sistema só não se aplica ao conjunto do Roteiro dos Sete Capitães com as devidas introduções a ele. Como o documento já foi publicado em 2012, entendeu a Editora que as notas de pé de página deveriam ser mantidas com algarismos arábicos, não apenas em respeito ao texto original como também para distinguir tais notas das demais constantes do livro.

A COSMOGRAFIA UNIVERSAL, DE MARTIN WALDSEMÜLLER – 1507

O território incorporado pelos portugueses como colônia em 1500 e que se chamaria Brasil ficou sem colonização efetiva até 1532. O interesse maior da Coroa portuguesa nesse período era o comércio com as Índias orientais. Portugal implantou uma colônia em Goa, na Índia, e outra em Macau, foz do rio das Pérolas, na China. O comércio oriental lhe era mais lucrativo. A principal riqueza fornecida pelo Brasil era a madeira da qual se extraía um corante para o tingimento de tecidos. A árvore que o fornecia acabou recebendo o nome de pau-brasil. Outros povos europeus mantiveram comércio com os povos nativos, ignorando o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o mundo entre Espanha e Portugal. Foi o primeiro grande tratado da globalização ocidental. Por esse motivo, o governo português decidiu colonizar efetivamente o Brasil. Para tanto, optou pelo sistema de capitanias, grandes lotes de terra doados em caráter hereditário sem que a Coroa abrisse mão de privilégios a título de monopólio. As contínuas viagens de portugueses e navegadores de outras bandeiras permitiram que a costa do Brasil e da América fosse progressivamente conhecida e registrada na cartografia. O primeiro mapa a retratar o continente americano data de 1507, impresso por Martin Waldseemüller. Ele recolhia informações do século XV e princípio do século XVI, principalmente colhidas por Américo Vespúcio em suas expedições náuticas. Daí o nome de América dado ao novo continente, que, pela primeira vez, figura nesse mapa. Tratava-se de uma homenagem a Vespúcio. No mapa, aparece a Serra de São Tomé, que deve corresponder ao morro do Itaoca, visto do Cabo de São Tomé. Ele está devidamente destacado no retângulo tracejado no mapa desta edição.



Serra de São Tomé, Cosmografia Universal, de Martin Waldsemüller – 1507

CARTA DO BRASIL NO ATLAS MILLER – 1519

Na segunda década do século XVI, os cartógrafos Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel, reunindo uma dezena de cartas náuticas ricamente ilustradas por António de Holanda, elaboraram o também conhecido como Atlas Lopo Homem-Reineis - o Atlas Miller, que veio a lume em 1519. Nas cartas aparecem o norte do oceano Atlântico, a Europa, o arquipélago dos Açores, a ilha de Madagáscar, o oceano Índico, a Indonésia, o mar da China, as Molucas, o Brasil e o mar Mediterrâneo. A ausência do oceano Pacífico tem sido interpretada como um ardil para confundir o interesse da Espanha em alcançar o Oriente navegando por ele, o que ocorrerá com a expedição de Fernão de Magalhães entre 1519 e 1522. A região a que se dedica este livro aparece bem representada numa das cartas aqui publicada. O Baixo dos Pargos, tão importante na delimitação das capitânicas do Espírito Santo, figura de maneira bastante nítida na carta. O Atlas pertenceu ao bibliotecário Bénigne Emmanuel Clement Miller, daí advindo o nome do Atlas.



Carta do Brasil no Atlas Miller - 1519

CARTA DE GASPAR VIEGAS, DE 1534, COM O CABO DE SÃO TOMÉ ASSINALADO

Em 1534, ano em que o sistema de capitanias hereditárias começa a vigorar efetivamente, o cartógrafo Gaspar Luis Viegas divulga a carta náutica do oceano Atlântico e do mar Mediterrâneo. Trata-se do único documento conhecido desse cartógrafo. No fragmento correspondente ao Brasil, está assinalado o cabo de São Tomé de forma invertida. Daí a razão de estar ele assinalado em maiúsculas neste livro.



Carta de Gaspar Viegas, de 1534, com o cabo de São Tomé assinalado

DOCUMENTOS DE DOAÇÃO DA CAPITANIA DE S. TOMÉ A PERO DE GOES

Comuns a todos aqueles que se tornaram donatários das capitanias hereditárias, a carta de doação (sua confirmação se necessária), o Foral e a Carta de Couto eram os documentos pelos quais a Coroa portuguesa doava a capitania ao donatário, definia suas obrigações e fixava o monopólio sobre bens não transferidos ao capitão-general.

CARTA DE DOAÇÃO - 1536*

Dom João por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor de Guiné, da conquista, navegação, Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber, que considerando eu quanto serviço de Deus e meu, e assim proveito de meus Reinos e senhorios, e dos naturaes e subditos d'elle, e ser a minha costa e terra do Brazil povoada:

Hei por bem e me praz, havendo respeito aos serviços que me tem feito Pero de Góes, fidalgo da minha casa, assim na armada que Martim Affonso de Souza foi por Capitão-Mór na dita costa do Brasil, como em alguns descobrimentos que o dito Martim Affonso fez no tempo que lá andou, em todas as mais cousas do meu serviço, e a que se o dito Pero de Góes achou, assim com o dito Martim Affonso como sem elle, depois da sua vinda por ficar lá, nas quaes deu de si muito bôa conta, e havendo a isso mesmo muito respeito, e a outros serviços que d'elle tenho recebido, e ao diante espero receber, por folgar lhe fazer mercê, de meu moto proprio, certa sciencia, poder real e absoluto, *sem m'o elle pedir, nem alguem por elle.*

* A carta é extraída da obra *Apontamentos para a história da Capitania de S. Thomé*, de Augusto de Carvalho, 1888. (N. do O.)

Hei por bem e me praz, de lhe fazer mercê, como de facto por esta presente Carta faço, mercê e irrevogavel doação entre vivos, valedôra d'este dia para todo o sempre, de juro e herdade, para elle e todos seus filhos, netos, herdeiros e successores que após d'elle vierem, assim descendentes como transversaes, collateraes, segundo adiante irá declarado da Capitania de *trinta leguas* de terra na dita costado Brasil, que começarão de - *treze leguas além do Cabo-Frio pela banda do Norte*, onde se acaba aCapitania do dito Martim Affonso de Souza, e seacabarão nos *Baixo dos Pargos*: se porém nãohouver dentro do dito limite e demarcação as ditas trinta leguas, eu lhe não serei obrigado a lhe satisfazer, e havendo mais ficará com tudo que mais fôr : e bem assim serão da dita sua capitania e annexas a ella aquellas ilhas que houver, até dez leguas, ao mar, na fronteira das trinta leguas, as quaes se entenderão, e serão de largo ao longo da costa, e entrarão, na mesma largura do sertão e terra firme a dentro, tudo que puderem encontrar e fôr da minha conquista.

E esta doação e mercê e todo n'ella conteúdo se entenderá cumprida inteiramente, desde dez dias de Março do anno de 1534 em diante, porque do dito dia lhe fiz estamercê, da qual tinha Alvará de lembrança por mim assignado, que foi rôto ao assignar d'esta, em 28 de Janeiro de 1536.

CONFIRMAÇÃO DA CARTA DE DOAÇÃO ACOMPANHADA DO RESPECTIVO *FORAL* – 1536^(*)

Dom João, por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor de Guiné, da conquista, navegação, commercio da Ethyopia, Arabia, Persia e da India, etc.

A quantos esta minha Carta virem, faço saber que Eu fiz ora doação e mercê a Pero de Góes, Fidalgo da Minha Casa, para elle e todos os seus filhos, netos, herdeiros e successores, de juro e herdade para sempre, da capitania de 30 leguas de costa das minhas terras do

* A carta é extraída da obra *Apontamentos para a história da Capitania de S. Thomé*, de Augusto de Carvalho, 1888. (N. do O.)

Brasil, segundo mais inteiramente é conteúdo e declarado na carta de doação, que da dita terra lhe tenho passado ; e por ser muito necessario haver ali *Foral* dos fóros e tributos, e cousas que se na dita terra hão de pagar, assim do que a Mim e á corôa de Meus reinos pertence, como do que pertence ao dito Capitão, por bem da dita sua doação ; e havendo respeito á qualidade da dita terra e a se ora novamente ir morar e povoar e aproveitar , e porque se isto melhor e mais cedo faça, sentindo-o assim por serviço de Deus e Meu, e bem do dito Capitão e moradores da dita terra, e por folgar de lhes fazer mercê, houve por bem de mandar ordenar e fazer o dito *Foral* na fórma e maneira seguinte :

Item. O capitão e seus successores darão e repartirão todas as terras da capitania de sesmaria, a quaesquer pessoas, de qualquer condição, comtanto que sejam christãos, livremente, sem fôro nem tributo algum, mais que o dizimo do que colherem ao mestrado de Christo, seguindo n'isto a forma estabelecida nas Ordenações. Não as poderão comtudo tomar para si, sua mulher e filho que lhes houver de succeder na capitania, porém poderão dal-as aos outros filhos, e a quaesquer parentes, da mesma maneira ; succedendo caso que algum d'estes filhos ou parentes venha a herdar a capitania, será obrigado a largar e trespassar a sesmaria dentro de um anno, sob pena, não o fazendo, de perder a terra, e outro tanto de sua valia para a real fazenda, devendo logo o almoxarife d'ella apprehendel-a e assental-a nos proprios d'el-rei, sob pena elle mesmo, em caso de omissão, de perder o officio e a valia da terra.

Item. Além da dizima dos fructos da terra, já declarada, terá mais El-rei o quinto de todas as pedras preciosas, aljofar, coral, ouro, prata, cobre e chumbo; e do quinto se deduzirá o dizimo para o capitão.

Item. A'exceptão de escravos, pau-brasil, especiaria e drogas, poderão o capitão e moradores enviar quaesquer productos da terra para commercio a quaesquer cidades ou partes de reino, ou para o estrangeiro, livremente, e segundo lhes mais convier, sem subjeição a algum outro imposto além da siza, e sem embargo dos foraes em contrario das ditas partes e cidades ; permite-se-lhes porém, aproveitar o pau-brasil em suas construcções, menos queimando-o, porque se o fizerem, incorrerão nas mesmas penas de degredo.

Item. Mais pagarão os moradores a el-rei a dizima de todo o peixe que na capitania se pescar, não sendo á canna ; e para o capitão a meia dizima, como já se declarou.

Item. Os navios do reino e senhorios que forem ao Brasil com mercadorias, não pagarão lá imposto algum, mostrando que já o têm pago nas alfandegas do reino ; e os que carregarem no Brasil, só pagarão a dizima d'el-rei, e a redizima do capitão, sendo para paiz estrangeiro ; mas, sendo para o reino e senhorios, com excepção de escravos e outras cousas defezas, pagarão sómente a siza, provando todavia dentro de um anno, que n'elle as desembarcaram.

Item. Não se entende isto porém com os estrangeiros, ainda que sejam do reino as mercadorias que levarem para Brasil, porque em todo o caso tornarão a pagar a Mim a dizima, e não menos a redizima ao Capitão, praticando-se o mesmo com o que de lá trouxerem.

Item. Quanto a mantimentos, armamentos e munições de guerra, todos, nacionaes e estrangeiros, poderão leval-os ao Brasil, e vendel-os livremente, e sem pagar direito algum, aos moradores, uma vez que estes sejam christãos, porque a pessoa alguma, quer do reino, quer de fóra d'elle é permittido negociar com os gentios, e só e tão sómente com o capitão, moradores e povoadores, pena aos contraventores de perderem em dobro do valor das mercadorias, sendo uma terça parte para Minha Camara, a outra para quem os accusar, e a outra para hospital ou igreja na dita terra.

Item. Os navios não começarão a carregar, sem avisar-se o governador, nem sahirão sem sua licença, para se poder averiguar se trazem ou não mercadorias defezas -pena aos contraventores de perderem em dobro o valor da carregação, inda que não conste de mercadorias defezas.

Item. O commercio entre os capitães e moradores de umas para outras capitánias, será livre de todo e qualquer imposto. Mas todo o vassallo e morador que viver na terra e puzer feitor estrangeiro, ou fizer companhia com algum sujeito de fóra do reino e senhorios, por esse mesmo factó ficará tolhido de tratar com os Brazis, ainda que estes sejam christãos, e fazendo ao contrario, perderá toda a fazenda que empregar n'esse commercio, sendo um terço para quem accusar, e dois terços para as obras dos muros da dita capitania.

Item. Os moradores e povoadores serão obrigados a servir com o capitão em tempo de guerra ; e mais a pagar aos alcaide-móres das villas e povoações todos os fóros, direitos e tributos, que competem aos do reino e mais senhorios, segundo as Ordenações.

Item. Outrosim, poderão povoar as terras do Brasil os criminosos e sentenciados, inda que seja á pena de morte, exceptuados sómente os crimes de *hérésia, traição, sodomia e moeda falsa* ; por outros quaesquer crimes não serão de modo algum inquietados ; e além d'isso poderão, no fim de quatro annos de residencia no Brasil, ir a Lisbôa ou a qualquer parte do reino com suas mercadorias, apresentando-se sempre ás auctoridades territoriaes.

O ultimo *Item* constituia a materia de um *foral*; todos os demais anteriores constituíam a materia de outro : este foi dado em 29 de Fevereiro de 1536 ; aquelle em o dia 1.^o de Março do mesmo anno.

Ao Donatario se concederam, além d'estes, outros especiaes poderes « todos tendentes, salvo uma ou outra clausula, á exploração, povoamento e defeza da costa da capitania, no caso de invasão, podendo nomear capitães, cabos e todas as mais auctoridades, bem como, ouvidores, juizes, escrivães ; conhecer dos crimes, decidir os conflictos, etc. »

CARTA DE COUTO 1 de março de 1536*

« D. Joham etc. A quantos esta mynha carta vyrem faço saber que vendo eu como muitas pessoas dos meus Reynos e Senhoryos andam continuamente homizyados com temor de minhas justiçaes por delictos que cometem e a moor parte dos ditos omysiadados se ausentam e vam viver a outros Reynos e porque ey por melhor e mays servyço de Deus e meu que os sobre ditos, fiquem antes em terras dos meus senhorios e vyvam e morem nelas especialmente na capitanya da terra do Brazil de que ora fiz mercê a Pero de Guoes fidalguo de

* A carta é extraída da obra "A Terra Goytacá: à luz de documentos inéditos", de Alberto Lamego, 1913. (N. do O.).

mynha casa para que ajudem a morar pousar e aproveytar a dita terra, por estes Respeitos e por alguns outros que me a Isto movem ey por bem e me praz que daquy em diante pera sempre quaes quer pessoas de qualquer calydade e condição que sejam que andarem omyziados ou ausentes por quaes quer delytos que tenham cometydos não sendo por cada hum destes quatro casos seguintes a saber heresyas, treyção, sodomya e moeda falsa que estes taes, Indo-se pera o dito brasyl a morar e pouvoar a capitania do dito Pero de Guoes nam possam llá ser pressos acusados nem demandados constringydos nem ezeutados per nenhua via nem modo que seja pelos casos que cáa tyverem cometydo atee o tempo em que se asy foram para o dito brasyl, posto que já sejam sentenciados e condenados a morte natural.

E bem asy me praz que se os ditos omysiados depouys de asy estarem na dita terra do brasyl que nelle residirem por espaço de quatro annos conprydos e acabados quyserem vyr a meus Reynos e senhoryos a negoocear suas cousas que o posam fazer trazendo certidão do dito Pero de Guoes ou de qualquer outro capitam da dita capitania que pelo tempo for como vem per sua Licença e que esteve na dita terra os ditos quatro annos ou mays tempo e com tal certidão poderão os sobre ditos andar lvyemente e seguros em meus Reynos e senhoryos e negoocem o que quyserem por tempo de seys meses que começaram do dia que chegarem ao porto ou lugar em que desembarcarem no qual tempo de seys mezes, nam poderão asy mesmo ser presos, acusados nem demandados pelos casos sobreditos per que se foram pera a dita terra do brasyl e elles porem **não** poderam no dito tempo entrar no lugar de maleficio nem em minha corte e entrando este seguro lhes nam valerem e asy seram obrygados de tanto que chegarem ao porto ou lugar em que vyrem desembarcar de se apresentar as justiças do tal lugar e cobrar sua certidão nas costas da que trouxerem do dito capitam, em que declare o dia mes e anno que asy chegaram pera que dahy em diante se comecem es ditos seis meses. E porem aqueles que huma vez vyerem e andarem em meus Reynos ou senhoryos os ditos seis mezes tanto que se tornarem a yr pera o dito brasyl nam poderem tornar os ditos meus Reynos ou senhoryos, salvo depois de passados outros quatro annos, do dia em que chegaram ao dito brasyl quando se asy pera elle tornarem que caa tyverem andado os ditos seis meses e desta mesma maneyra

poderem dahy em diante de quatro em quatro annos vyr as mais vezes que quizerem e em outra maneira não notifico asy ao Capitão da dita Capitanya que ora he e ao diante for e aos juizes e justiças della e a todos os corregedores desembargadores ovydores officiaes e perssoas de meus Reynos e senhoryos que esta mynha carta ou treslado dela em publica forma for mostrado e o conhecimento della pertencer e mando a todos em geral e cada hum em especial que per tudo a cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como nella conthem sem duvyda embargo nem contradição alguma que a ella seja posta por que asy he minha mercê e por firmeza dela lhe mandey dar esta carta por myn asynada e sellada do meu sello pendende pero de Mesquitta a fez evora ao primeiro dia de Março anno do nacimiento de nosso senhor Jhesus Cristo de myl quinhentos trinta e seys ». (Livro 22, Chancellaria de D. João, 3° pg. 142).

CONFIRMAÇÃO DA DEMARCAÇÃO – 1543

A capitania de São Tomé, doada a Pero de Gois, tinha como limites, ao sul, a capitania de Martim Afonso de Souza, e, ao norte, o Baixo dos Pargos. O donatário, que já conhecia a costa do Brasil, tentou levantar a sede de sua capitania às margens do rio Paraíba do Sul, como ele mesmo diz numa de suas cartas, mas desistiu e foi buscar terras mais ao norte desse rio. Acabou por se instalar na margem direita da foz do rio Itabapoana, conhecido como Managé na época, em terras de tabuleiros, e não de planície fluviomarinha. Parece que encontrou dificuldades em definir a posição do Baixo dos Pargos, já assinalado na carta do Atlas Miller. Entrou então em entendimento com Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo. Ambos concordaram em situar o limite de suas capitanias no rio Itapemirim. O entendimento foi encaminhado ao rei de Portugal, que confirmou a demarcação em 1543.

A demarcação das capitanias de São Tomé e do Espírito Santo pelo documento de doação gerou dúvidas porque o Baixo dos Pargos não foi localizado com precisão e certeza. Então, Pero de Gois e Vasco Fernandes Coutinho firmaram um acordo pelo qual a divisa das capitanias seria mudada para o rio de Santa Catarina, cujo nome, mais tarde, seria Itapemirim. Em 1543, Dom João III sancionou o acordo entre os dois donatários:

Dom João por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor de Guiné, da conquista, navegação, Ethiopia, Arabia, Persia e da Índia, etc.

A quantos esta Minha carta virem Faço saber que Eu houve por bem de confirmar e approvar a demarcação que Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góes Fidalgos de Minha Casa entre si por Meu mandado fizeram das suas Capitanias do Brasil em que concordaram e assentaram que a terra do dito Pero de Góes começa d'onde acaba a terra de Martim Affonso de Souza pela sua demarcação correndo para

a banda norte até vir entestar com a terra do dito Vasco Fernandes e que partem ambos por um rio que tem na boca á entrada de umas ilhotas de pedra e de baixa mar e d'ahi cobre outra ilhota mais pequena, o qual rio se chamava na lingua dos indios Tapemery, e os ditos Vasco Fernandes e Pero de Góes lhe puzeram nome rio de Santa Catharina e está em altura de vinte e um grãos e obra de duas leguas pouco mais ou menos de uma terra do dito Vasco Fernandes que se chama Aguapé, e fica todo o dito rio com o dito Pero de Góes, e cortando da banda do dito rio pelo sertão a dentro parte o dito Pero de Góes com o dito Vasco Fernandes Coutinho, segundo forma das suas doações ficando todo o dito rio com o dito Pero de Góes como dito é, tomando para a banda do sul, e o dito Vasco Fernandes fica da banda do dito rio para a parte do norte, segundo tudo mais inteiramente é conteúdo e declarado em uma Minha provisão e Apostilla que está ao pé da doação que o dito Pero de Góes de mim tem da dita sua Capitania que é feita a vinte e seis dias do mez de Março do anno de quinhentos e trinta e nove; e ora o dito Pero de Góes me apresentou um assignado do dito Vasco Fernandes de que o theor tal é: – Digo eu Vasco Fernandes Coutinho que é verdade que nós somos demarcados Pero de Góes e eu por o rio Santa Catharina que está em vinte e um grãos a qual demarcação fizemos porque o dito Pero de Góes tinha trinta leguas de terra que se acabavam nos baixos dos Pargos e porque sustinham que os baixos eram ao sul do dito rio e tambem até elle e avante havia presumpção d'elles para a banda do norte do dito rio chegarem os ditos baixos, e para se isto haver de averiguar havia mistér tempo para escusar isto e por me parecer ficar eu bem demarcado pelo dito rio pela demarcação nossa que El-Rei Nosso Senhor houve por bôa, e depois da tal demarcação feita porque n'ella houve ajudar-me e soccorrer-me e fazer obras porque depois de Deus a minha Capitania se sustivesse, e eu recebi grande bem com dar-me escravos e outras bôas obras o dito Pero de Góes teve escrupulo em sua consciencia muitas vezes porque isto não foi declarado a El-Rei Nosso Senhor pelo miudo se seria conloio, e me pediu e requereu se era satisfeito de tal demarcação ou se me parecia dava do meu e me achava enganado ao qual eu digo que não mas que sou contente de tal demarcação, e me parece ter todo o meu e d'elle lhe não dar nada ao dito Pero de Góes, mas que bem e verdadeiramente

está, para comigo a demarcação e eu d'ella satisfeito sem do meu nem dos meus herdeiros lhe dar nenhuma cousa e isto ainda que ao presente se não saiba verdadeiramente pela terra não saber homem como se ha de medir que de uma maneira crescerá e d'outra minguará, comtudo isto eu estou bem satisfeito e com o meu, e digo mais que sendo caso que o dito Pero de Góes quizésse dar d'isto conta a El-Rei pelo miudo para mais sua satisfação de vontade peço por mercê a Sua Alteza que por todas as vias haja a dita demarcação por bôa porque ainda que o dito Pero de Góes da sua Capitania terra tivesse o que não tem a seu ver e saber elle em sua consciencia ainda que lh'a o Pero de Góes tivesse era bem tida pela ajuda que d'elle recebeu a sua Capitania e em sua consciencia tomava têl-a verdadeiramente e a seus filhos e nenhum tempo seu encargo e por verdadeira verdade lhe dei este por mim assignado aos quatorze dias de Agosto de mil quinhentos e trinta e nove. – Pedindo-me o dito Pero de Góes por mercê que houvesse por bem de confirmar e approvar o que assim entre elle e o dito Vasco Fernandes era concertado e assentado sobre a dita demarcação pelo dito seu alvará e Minha confirmação e assim Me prouvesse que ainda que se em algum tempo achassem ficarem os Baixos dos Pargos ao sul do rio de Santa Catharina por onde ambos partem e senho Minha a terra que houvesse dos ditos baixos até o dito rio lhe fizesse d'ella doação e mercê para que chegasse com a terra da sua Capitania ao dito rio de Santa Catharina. – E visto seu requerimento com o dito assignado e vista a fórma de Minha confirmação da dita demarcação na qual consentiu e outorgou Dona Maria mulher do dito Vasco Fernandes como n'ella é conteúdo e por alguns justos e bons respeitos que Me a isso movem Me apraz e Hei por bem de confirmar e approvar como de feito por esta presente carta confirmo e approvo para sempre a dita demarcação e assignado o consentimento do dito Vasco Fernandes sobre ella feito e quero e Mando que se cumpra e guarde como se na dita confirmação e assignado contém posto que pela tal demarcação agora ou ao diante em qualquer tempo ache e mostre o dito Pero de Góes tomar da terra da Capitania do dito Vasco Fernandes ou elle Vasco Fernandes tomar terra da Capitania dito Pero de Góes porquanto Me apraz que elles e todos seus herdeiros e successores para sempre estejam pela dita demarcação na fórma e maneira que se contém na Minha confirmação e no dito assignado de Vasco

Fernandes, e não possam em tempo algum vir contra elle em parte nem toda por via alguma que seja posto que algum d'elles por bem da dita demarcação e concerto assim entre elles tome da terra do outro ou outro de outro e sejam n'isso enganados como dito é, e isto Me apraz assim sem embargo de o dito assignado e concerto não ser feito por escriptura publica e da Ordenação do Livro terceiro titulo quarenta e cinco das provas que dispõe que todos os contractos, divisões e demarcações sobre bens de raiz sejam feitos por escriptura publica, e posto que o dito Vasco Fernandes dêsse o dito assignado sem outra outorga e consentimento da dita Dona Maria sua mulher visto como já tinha outorgado na dita demarcação e é já confirmada por Mim e como agora não póde outorgar no dito assignado por ser ausente e sem embargo da Ordenação do quarto Livro titulo seis que dispõe que o marido não possa vender nem alienar bens de raiz sem outorga e consentimento de sua mulher, porque sem embargo de tudo de Minha certa sciencia poder Real e absoluto Me apraz e Hei por bem de confirmar e approvar o dito concerto e demarcação na maneira sobredita e assim Hei por bem e Me apraz que sendo caso que agora ou em qualquer tempo se ache ou mostre que os Baixos dos Pargos ficam ao sul do dito rio de Santa Catharina por onde os ditos Pero de Gões e Vasco Fernandes partem de maneira que por elle Me pertença e seja Minha a terra que Eu houver dos ditos baixos até ao dito rio de fazer d'ella doação e mercê a elle Pedro de Góes para elle e todos seus herdeiros e successores para sempre na fôrma e maneira que se contém na doação da dita Capitania para que possa chegar e chegue com a sua terra d'ella ao dito rio de Santa Catharina e suppro e Hei por suppridos todos os defeitos e nullidades que de feito ou de direito n'esta confirmação e doação e mercê haja ou ao diante possa haver por onde sejam em prejuizo do dito Vasco Fernandes ou do dito Pero de Góes e de seus herdeiros, e descendentes ou de cada um d'elles e isto sem embargo das doações dos ditos Vasco Fernandes e Pero de Góes dizerem que nunca em tempo algum se possam as ditas suas Capitancias e cousas d'ellas partir nem escambar nem em outro modo alienar e assim que me não vá nem consinta ir em tempo algum contra as ditas suas doações em parte nem em todo e sem embargo do direito commum e Ordenações que prohibem os beneficios e doações e confirmações dos Principes serem feitas em prejuizo de terceiro as

quaes Ordenações e direitos e quaesquer outros que em contrario haja Hei n'este caso por derogados cassados e annullados e quero que não tenham força nem vigor algum contra o conteúdo n'esta carta posto que n'ella não sejam declarados e especificados de verbo a verbo sem embargo da Ordenação do segundo Livro titulo quarenta que diz que se não entenda nunca ser por Mim derogada Ordenação alguma se d'ella e da substancia d'ella não fizer expressa menção e por firmeza d'elle lhe mandei dar esta Carta por Mim assignada e sellada com o Meu sello de chumbo pela qual Mando a todos os Desembargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, Officiaes e pessoas de Meus Reinos ou Senhorios a quem fôr mostrada e o conhecimento d'ella pertencer que a cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar para sempre assim e da maneira que se n'ella contém sem duvida nem embargo algum que a elle seja posto porque assim é Minha mercê. João de Seixas a fez em Almeirim a doze dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quarenta e tres. Manoel da Costa a fez escrever.

CARTAS DE PERO DE GÓES

Para iniciar a colonização da sua capitania, Pero de Gois se associou ao comerciante português, provavelmente um judeu convertido (cristão novo), como fizeram outros donatários. Pelo que Pero escreveu, ele mesmo ergueu um núcleo de matriz europeia no litoral, que recebeu o nome de Vila da Rainha, como se pode ler em suas cartas, tendo, junto ao núcleo, construído dois engenhos para moer cana. Numa embarcação, subiu o rio Itabapoana até a última queda d'água e ali construiu um porto e um engenho movido à energia hidráulica. A Martim Ferreira ele escrevia enviando boas notícias. A D. João III redigia lamentos para certamente conseguir ajuda, como constatamos nas duas cartas a seguir:

CARTA DE PERO DE GÓES A MARTIM FERREIRA – 1545^(*)

Senhor. Já que por outras cartas minhas lhe dou conta do que por cá se passa, e do que de lá vem, o mais breve que posso, por Jorge Martins, que lá vae se achar a tudo, e de tudo ir de mim avisado, quero agora dizer de mim como fico e o que determino; e assim o que mais cumpre para esta nossa negociação, que Deus deixe acabarmos com honra e muito proveito, como espero n'Elle que seja cedo.

« Depois de me vir, e largar no rio da Parahyba a nossa fazenda que faziamos, determinei ver as agoas, que n'esta terra onde fico havia, e Luiz de Góes ao presente estava, as quaes em as ver andei perto de dois mezes, por a terra ser cheia de arvoredos e os indios pouco praticos no que nós queremos n'ellas, algumas tenho para mim sejam melhores e mais perto, mas por ser o logar por onde se havia de buscar cousa trabalhosa de saber, e as proprias agoas sujas com páos

* A carta é extraída da obra *Apontamentos para a história da Capitania de S. Thomé*, de Augusto de Carvalho, 1888. (N. do O.)

e ao presente difficeis de alimparem-se, – fui-me a fonte limpa e onde está cousa certa, ainda que para o presente seja um pouco longe, pois pode haver por terra sete ou oito legoas e por agoa dez. Isto na propria verdade, que outra cousa não é Razão que lh'a escreva, nem se soffre entre taes pessoas.

« Digo que isto é, n'este proprio rio de MANAGE' donde estou, ao qual vem dar outros rios, que são os que lhe digo, que, ao presente, inda que sejam mais perto, não pude vêr, e serão ao diante muito bons.

« Ora por este rio a riba, onde começa de cahir de quedas, e a se onde bôamente podem as barcas ir, fui a vêr e achei poderem-se fazer todos quantos engenhos quizermos, por ser um rio onde entram e podem entrar navios, como esse que veio, vindo em tempo de agoas.

« E porque cae d'alto, e em razão d'isso se póde fazer tudo que se quizer n'este rio, n'estas cachoeiras medi o que queria fazer, e, para ser mais sem duvida fui ao Espirito-Santo, onde me achou o caravelão quando veio ; e, com muito trabalho, houve um official de Braz Telles, ao qual dei a cruzado, em dinheiro, por dia, montando o que lhe dei, em quanto cá andou, dezoito mil reis, como lá verá por um coaderno, que lá vae do que se cá gastou.

« Chamei este por ser já experimentado, e por nossos officiaes cá me faltarem, e quiz, em uma agoa, com perder pouco, segurar muito, e ter d'isso muita certeza, como tenho ; de maneira que tomei o que me bem pareceu pela fazenda, de modo que, a olho, no mais, fica o primeiro engenho d'agoa com oito centas braças de levada de tres palmos sòs em largo ; e trazem-n'a á borda do rio, sobre um outeiro, como digamos, esse que V. Mce. tem detraz de si, e damos a queda que é de sessenta palmos largos para riba.

« Em baixo, na borda do rio, que está tão perto como esse mar, de casa, fica o engenho tão perto do rio, como essas casas d'onde V. Mce. está, e podem chegar as barcas, assim como ahi chegam ; ficarão os mestres, muito satisfeitos da terra ; e, de feito, e muito extremada terra, de massapezes grudentos lhe chamam elles, e da maneira que elles desejavam.

« Ora não tem mais esta terra senão ser dez legoas por agoa, pelo rio, que não lhe faz nada nojo, e obra de sete legoas por terra, onde lhe mandei abrir um caminho, que pode um carro sem molhar pé chegar ao engenho, e cavallos e tudo o que homem quizer.

« Anda-se um dia por terra, quem quer ; e quem não quer ir pelo rio, vae por terra : assim que, pelo rio, se póde acarretar o assucar, sem trabalho ; e por terra servirem-se por mais presteza. Isto se passa da propria maneira que lhe escrevo.

« Escrevo-lhe isto para que o saiba : n'este rio, como digo, determino fazer nossos engenhos d'agoa ; e n'este primeiro dia de Agosto, que em bôa hora virá, deve ter partido um mancebo - Tigoa, com um homem, que vinha por feitor pera Luiz de Góes, ao qual promettemos dar dez mil reis por este primeiro anno e a Tigoa quatorze.

« Estes dois homens com outros dois, que para isso assoldadei, vão a rotear e a fazer com os indios muita fazenda, a saber : plantar uma ilha que ja tenho pelos indios roçada de canas, e assim fazer toda quanta fazenda pudermos fazer, para que, quando viér gente, ache já que comer, e canas e o mais necessario para os engenhos.

« Entretanto que estes homens roçam, faço eu cá no mar dois engenhos de cavallos, que moia um d'elles para os moradores, e outro para nós sómente ; e isto, presentemente, para os entreter, porque, para estes dois engenhos, Bem-dicto seja Deus, tenho gente ; e o mais que lhes pertence, que são canas, planto agora, e, querendo Nosso Senhor, da feitura d'este a anno e meio, poderei, Deus querido, mandar um par de mil arrobas de assucar nosso, d'estes engenhos, e d'ahi para diante mais. N'isto eu porei toda a diligencia que puder, e Deus porá a virtude. Isto determino ao presente.

« N'estes engenhos ficamos todos occupados ao presente, como Jorge Martins, lhe lá dirá, e podem ser feitos, querendo Deus, antes de um anno, e logo d'ahi a seis mezes moer. E temos já sabido que estes dois engenhos de cavallos móem tanto, como um d'agoa bôa. E tenho-os em casa, e em logar seguro, e d'onde o assucar **não** póde ser máo, senão o melhor da costa, pelo porto ser muito bom e experimentado por nós já.

« Para estes engenhos, como já tenho dito, temos escravos e gente que abaste para elles, resalvado moedor que ha necessidade mande buscar dois para cada engenho seu, e que sejam bons officiaes ; ao presente tenho cá um mestre de assucar, casado, com sua mulher, o qual me tinham já no Espirito-Santo tomado e assoldado por tres annos, e lhe davam sessenta mil reis por anno ; e eu o houve á mão, vindo elle por sua mulher, pois o mandei pela Camara reter com

penas grandes, e o fiz ficar, dando-lhe vinte mil reis mortos, por este primeiro anno, que não moio, e d'ahi por diante, como moer, quarenta mil reis.

« E isto fiz com elle mais por força, que por elle ter vontade, comtudo fica seguro por ser casado, que não ha outra cousa pera terra ; todavia estes moedores ha necessidade de mandar buscar e termol-os certos, e virem logo, ainda que seja estarem um anno, sem logo fazerem seu officio ; porque mais vale pagar-lhes um anno de vasio, e tel-os seguros na terra e feitos a ella, que não ao tempo de fazer os engenhos esperar por elles e perderem-se as canas ; e tambem porque n'este anno primeiro sempre o gastam em doenças e fazerem-se á terra, pelo que é necessario mandal-os logo vir, e não haja duvida a isto. Dos mais que houver mester eu os mandarei por um ról, de fóra, inda que nas cartas os peça, para que vá tudo mais largo e declarado.

« Já lhe digo, Senhor, que para estes engenhos de cavallos eu só, Bemdicto seja Deus, com João Velho abasto, com a fazenda que ao presente temos, e, d'aqui até lá, se farão sem mais outros gastos do que os que estão feitos.

« Do reino digo, agora lhe quero dizer, o que se ha mester para os engenhos d'agoa de riba, e tambem para baixo onde estou. E' necessario ao menos virem sessenta negros de Guiné, logo este primeiro anno, dos quaes faço conta de tomar uns dez para ajuda dos carretos e lenha, e os cincoenta irão para os engenhos d'agoa ; com estes negros hão de vir vinte homens outros, a saldo, a saber..... inda que nas cartas lhe não faça menção para que é, nem as razões porque, tudo o que n'ellas fôr será farinha peneirada e o farelo fóra ; e tudo, póde crêr, que foi mui bem olhado e é necessario para a terra. Não se póde de tudo dar conta pelo meudo, porque seria, além de enfadamento grande, nunca acabar. Jorge Martins lá dirá o que mais em tudo cumpro, e a razão porque n'aquillo que souber.

« Tenho para mim que nenhuma cousa é peor para armação do que mandar cousas ruins, do que se deva guardar, porque as cousas baratas saem caras, a saber - o ferro do bom o melhor, porque sae tudo em proveito; o que não acontece com o ruim, que não se faz d'elle nada, como este que ora veio ; e assim toda a mais mercadoria. Deve-se muito guardar que o ferro, quando o mandar, seja do melhor e as facas de baixa sorte, das melhores, e assim as thesouras e toda a

mais mercadoria, tudo em boas caixas, porque as thesouras, que agora vieram, não aproveitaram, por virem em canastras ; isto não é minha culpa, que eu o avisei bem do caso. Não sei porque não lembra do que lhe escrevo, pois tudo é em seu proveito e serviço ; olhe de quem se lá fia e a quem taes cousas compra, porque cá vem tudo furtado : não perca o seu e o pague a quem lh'o não entrega ; e olhe os feitores que manda, porque n'isso jaz o ponto. Eu farei inda outra pequena, sobre este homem que cá mandou e as cousas que fallecem.

« Beijo as mãos de V. Mce. D'esta sua Villa da Rainha, hoje 12 de Agosto de 1545.

Creado de V. Mce.
PERO DE GÓES.

CARTA DE PERO DE GÓES A EL-REI D. JOÃO III -1546^(*)

Senhor! – Por uma que, logo que a esta sua terra cheguei, lhe escrevi, lhe dei conta de quão desbaratada achei a minha capitania, ou antes alevantada, pois toda a gente que n'ella tinha deixado havia fugido com o Capitão ; assim que, mais por servir a Vossa Alteza, do que pelo gosto que então d'ella tive, a não larguei e deixei, mas antes assentei e de novo comecei a povoar por um rio acima, obra de dez leguas do mar, por não haver agoas mais perto, onde fiz uma mui bôa povoação, com muitos moradores, muita fazenda, a qual, a elles e a mim, custou muito trabalho, por ser pela terra dentro.

« Estando assim muito contentes, com ter a terra muito pacifica, e um engenho d'agoa, quasi de todo feito, com muitos canaviaes, sahio da terra de Vasco Fernandes Coutinho um homem por nome Henrique Luiz com outros, e em um caravelão, sem eu ser sabedor, se foi a um porto d'esta minha capitania, e, contra o *Foral* de V. Alteza,

* A carta é extraída da obra *Apontamentos para a história da Capitania de S. Thomé*, de Augusto de Carvalho, 1888. (N. do O.)

resgatou o que quiz ; e, não contente com isso, tomou por engano um indio, o maior principal que n'esta terra havia, mais amigo dos christãos, e o prendeu no navio, pedindo por elle muito resgate.

« Depois de por elle lhe darem o que pediu, por se congratuar com outros indios, contrarios d'este que prendera lh'o levou e entregou preso, e lh'o deu a comer, contra toda a verdade e razão, por d'onde os indios se alevantaram todos, dizendo de nós muitos males, – que se não fiassem em nós, que não mantinhamos verdade, e se vieram logo a uma povoação minha pequena, que eu tinha mais feita, e estando a gente segura, fazendo suas fazendas, deram n'elles e mataram tres homens, e, fugindo os outros, queimaram os canaviaes todos, com a mais fazenda que havia, e tomaram toda quanta artilharia havia, e deixaram tudo extruido.

« Indo as novas a mim, acudi com toda a gente que pude, e quando já fui, era tudo extruido... assim no mar, como onde eu estava, se via tudo alevantado para me matarem e a toda gente, pelo que me foi forçado, n'este aperto em que me pôz, por de mim não dar conta, acudir ao mar e recolher toda a gente a mim, e fazer-me n'elle forte, com perder vinte e cinco homens, que me mataram, dos melhores que tinha, e toda a fazenda, que feita tinha, como lá pôde, querendo, vêr, por uns instrumentos, que para mais fé mandei tirar.

« Fiquei com um olho perdido, de que não vejo, e bem assim perdidos quinze annos n'esta terra : porém mais sinto ainda a perda que dei a homens que em mim confiaram por eu lhes dizer que V. Alteza me mandava que os buscasse, como fiz, e ter a terra ao presente em condição de se perder, se lhe não acodem, – o que tudo nasce da pouca justiça e pouco temor de Deus e de V. Alteza, que em algumas partes d'esta terra, se faz ; tamanho mal pôde ser provido de remédio... antes de dois annos, e isto não com gastar nada mais, sómente mandando que cada um cumpra seus *Foraes*, e não consentindo andar a saltar a costa, o que tudo para isto cumpro eu, e tenho escripto largo ao seu feitor da casa da India.

« Peço a V. Alteza que mande ir... e d'elle sendo informado, proveja esta sua terra, onde estão muitos engenhos d'agoa feitos, e pode já agora render muito, havendo pessoas na terra, ago... não pôde haver em sescarem os roubos n'ella aos indios feitos.

« Eu, Senhor, tenho mãe e tres irmãs, que lá deixei, e, como não tenha nada de meu, nem meus avós me deixaram mais que aquillo que Deus e V. Alteza me fez mercê, mantenho-as com muito trabalho de minha vida e pessoa ; uma d'ellas é freira em Santa Clara de Beja, ha perto de vinte annos, e, por desejar de ser observante se sahio com licença de seu prelado, e, por ser tão bôa madre e vistuosa, a desejam e recolhem na Madre de Deus, resta somente havel-o Vossa Magestade por bem : peço-lhe, Senhor, que não seja parte em se perder tão boa religiosa e haja por bem de a mandar recolher, porque, além de n'isto servir a Deus, a mim faz mui grande mercê, e d'esta freira se pode informar se é como digo, da propria abbadessa da Madre de Deus e de Beja.

Para sustentamento de minha mãe e irmãs solteiras, que ficam, não menos virtuosas como pode saber, lhe peço me faça mercê de algumas cousas, que lhe mando pedir, para sustentamento de se não perder esta terra de d'onde as sostinha, e para este predicamento não tenho que pôr diante de V. Alteza, para que o mereça, se não fôr o desejo, que sempre tive e tenho para o servir o qual rogo a Jesus Christo seja de V. Alteza tão aceito, como a elle foi o do ladrão da Cruz, que não teve que dar mais que o coração e a lingua, e alcançou o que pedia. Este mesmo Deus accrescente os dias e vida de V. Alteza com os da Rainha e principe, nossos senhores, e os entretenha sempre em seu serviço. D'esta sua *Villa da Rainha*, no Brasil, aos vinte e nove dias de Abril de 1546.

PERO DE GÓES

CARTA DE PERO DE GOES PARA EL-REI.

Embora informe ter sido escrita da localidade de Vila da Rainha, esta carta data de 1551, quando Pero de Gois já havia abandonado seu projeto de colonização da capitania de São Tomé e se tornado patrulheiro da costa do Brasil, notadamente contra expedições de contrabandistas franceses. Ele narra nesta carta os trabalhos realizados nessa função.

CARTA

**De Pero de Goes para El-Rei. Da Villa da Rainha a 29
de Abril de 1551. – Copiada da Torre do Tombo Corp.
Chron. Part. 1ª, Maç. 92., Doc. 113.**

(Offerecida de Lisbôa ao Instituto pelo socio o Sr. F. A. de Varnhagen.)*

Senhor. – eu escrevi a vossa a. lloguo como a esta terra chegamos desta sua cidade do sallvador ho Junho passado de quorenta e nove e o avizei de quoão mal aviada esta sua armada ficava pera correr a costa onde então eu hya per mandado do governador tomé de Sousa a llevar ho ouvidor geral e provedor mor e a outras cousas, e o mesmo o fiz lloguo de porto-seguro capitania de pero do campo ho janeiro que veo de cinquenta e também o fis de saõ vycemte capitania de martim afonso de Sousa o julho passado do mesmo anno, ho que tudo fis mui llarguo por achar muitas novas de franceses e que cadanno carregavaõ muitas nãos na costa principalmente na capitania de martim afomso de Sousa no Rio de Janeiro onde já se non ousava de ir com eles, como lla pode ver pelas cartas que escrevi a vossa a. e asy ao comde da castanheira, de que os trellados feitos pelo escrivaõ darmada ficaõ em minha maõ pera por eles em todo tempo se saber como de mim sempre foy avizado, ho que tudo fis por que como sey a terra e os

* Publicado na Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo V, 3. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1885. (N. do O.)

franceses que a ella vem amdarem também armados e em nãos grandes de duzentos toneis muitas delas e isto de pouquo pera qua por os portos omde carreguão serem em si os milhores da terra, e o pouquo nojo que esta armada lhe pode fazer da maneira que amda e eu tenho avizado vossa a. nom quis que socedemdo lhe alguma cousa contre seu serviço por ella tal amdar, ou em lhe nom allimpar esta costa que com eles tão suga amda se me pudese por culpa em nom mamdar avizar do que passava como ate aguora tenho tão llarguamente feito, e por qe despoes de todo este tempo nunca mais vy Requado de vossa a. senão agora despoes de ser tornado a esta baya onde ao presente fiquo nem ouve navio per domde pudese mais escrever o deixei de fazer ate gora qe por esta direi ho que mais socedeo e Responderei ao que por vossa a. nas suas cartas me he mandado.

despoes de ter escrito a vossa a. de saõ vycente como dito tenho por o ouvidor jerall e provedor mor terem ja acabado seus carregos me parti com eles lloguo ho agosto que veo ja mais de meado e por aver tantas novas de franceses qe nom ouzava nenhum navio sair fora me detriminei ir busquallos com duas caravellas e hum bargantim qe de lla vyeram pera eu qua andar, qe a irem bem consertadas e como ellas Reqeriaõ nom hya tão mal que com a muita rezaõ qe llevaba me nom atrevera e deos ajudara a faer alguma cousa de seu serviço mas da maneira que emtão hya paresia mais desatino que outra cousa poes em toda a armada nom avia mais qe três bombardeiros em cada caravela e dous no bargantim e estes aprendizes que nom sabyaõ nada nem nunca emtravaõ no mar, e marinheiros tão pouquos qe esquaçamente avia qem pudesse marear as velas com não mais gemte darmas que os criados dos officiaes de vossa a. qe comigo hyão e meus, e no bargantim sos dez ou doze pessoas per todos sem aver qem no pudese Remar, e desta muita doemte e imda que ho governador na baya ma quisera dar nom na tinha por que elle ficava so antre degradados sem ter ninguem com siguo se não os de sua casa, e com esta pouqua gemte que llevaba hya tão empachado de fato deles qe nom podia Revollver nem ir-lhe ha mão por serem taes pesoas e qe tão encomendadas me foram pelo guovernador, mas há fromta de me achar com nome darmada de vossa a. e em terras suas omde se não ouzava sair com franceses me fez ir assim busquallos pera dar aos moradores da terra algum animo e o gentio da terra nos nom ter em pouquo.

asy me fui ao Rio de Janeiro que he omde mais carreguaõ e emtrety de noute por tomar algum navio de supito amanheceo me demtro no Rio sem aver nenhuma não corrio todo soube dos Ymdeos como na baya do cabo frio estava huma nao grande carregada detriminei me lloguo ir busqualla say lloguo o mesmo dia fora em busca da nao que poderia aver onde estava vymte llogoas nom sei porque mas lloguo na primeira noute se perdeu de mim há melhor caravela qu llevaba e da melhor gemte que era onde hia cristovão cabrall hum capitão qe dela mandou, e por ir nella antonio cardozo provedor mor com todos seus officiaes que são criados de vossa a. e gemte llimpa a melhor qe narmada hya a sem(?) muito e em tal tempo, ora fosse por ma vegia ora pelo mar ter em si estes acontecimentos, trabalhei o possivell pellos achar nom pude nem vyerão a mim e asi so com huma caravella e hum bargamtim me fui em busca da não com me parecer que a poderia lla achar, corri toda a baya fremosa que he a do cabo frio e asi a do sallvador sem ver nada mas ja no cabo dela ouve vysta de hum gualleaõ framces mui grande passante de duzemtos toneis o quoall estava surto ambre huma ilha e a terra firme comsoma de muitos baixos hem roda dele, pelo ver longe bem três llogoas de mim e a ball Ravento tyve muito trabalho em chegar a elle e pus hum dia todo e hum anoute em chegar a elle e o outro dia todo desde pella menhá ate quase noute amdei aos bordos pellejamdo com ho galleaõ por nom poder doutra maneira e me ser o vento por metade da proa trabalhamdo sempre por me por antre elle e a terra sem numqua ho poder fazer pelas muitas baixas que de Redor de si tinha domde em huma delas me ouvera de perder sem em todo este tempo ter nenhuma ajuda do bargamtim nem poder aviar a proa ha nao pera lhe dar hum tiro nem fazer nenhum bordo por ser a pior cousa de bollina que ate gora sayo desses Reinos e não ter nem hum so omem pera o Remar nem o tempo ser pera isso por ser mui forte mas amtes me estrovava por que descaya tamto que me era forçado aRibar a elle e darlhe cabo por minha popa, de maneira que com isto e com o vemto ser tanto comtra nos nom pude fazer nada nem chegar a este galleaõ e descaimos tamto que a mal de meu grado nos fez o vemto aRibar e pelejou por eles.

comtar a vossa a. o qe neste tempo qe pellegei passei he vergonha dizello he muito mor afromta a qem no vyo e passou porque em todo

hum ida em mais de quinze bordos qe fis amdando há fala com os framceses nunca ouve hum omem que em mais de cimquoemta tiros de fogo pudesse meter hum pelouro demtro sendo o galleão huma torre, nem somemte apomtar hum tiro e deziaõ e juravaõ que por força os fizeraõ vir ao brasill e qe em sua vida emtraraõ no mar, nem uzaraõ de bombardeiros, com outras tamtas cousas que he vergonha dizellas, comtado por mim isto a tomé de Sousa me disse que imda agora de novo lhe madavaõ de lla dizer que se quisesse bombardeiros qe os fizesse qua na terra qe de lla nom fizesse comta deles, diguo senhor que se isto asy a de ser que bem seguros podem os framceses vir a esta terra como vem porque navios taõ pequenos como estes qe não são nem podem abalroar os gramdes ja qe a sua gerra ade ser de llonge e por manha aõ mister bombardeiros tão bons em seus officios que nom errem ao qe tirem pera que com ou lhe deRiber os mastos ou os desaparelhar os va desbaratando e tomem e doutra maneira sem amdar qua navio gramde em companhia destes pequenos he esqusado armada e eu tenho bem llarguo escrito isto a vossa a. por tanto tenho por esqusado falar já tanto nisso, ella fara o que mais seu serviço for.

fui ter ao esprito santo terra de vasqo Fernandes Coutinho omde achei a caravela que se de mim apartou premdi ao capitaõ dela e ao seu piloto com fazer hum auto do que passava estive aqui sinco ou seis dias por a terra estar quasi perdida com descordias e desvarios dos omeens por num estar vasqo Fernandes nella e ser ido nom sei se lla se omde sayo ho ouvidor fora comsertou tudo, partime ja mui tarde em setembro e quis nosso senhor que dobrei os baixos da brolho, e vym ter aos ilheos omde o ouvidor ficou fazendo correição por nom ter imda dantes acabado e eu me vym a esta baya onde achei tomé de Sousa já desconfiado darmada vir por ser já tarde e cheguei em outubro, aqui lhe dei comta de tudo ho que passava e me acomtecera des qe por seu mandado desta cidade parti conformandome sempre com meu Regimento qe per elle me foy dado sabida a verdade do que passava tirou a caravela ao capitaõ cristovaõ cabrall e a seu piloto, e a mim ao presente tem aqui servido no que sofrece por as caravellas nom terem amarras nem emxarcia nem cousa com que posão navegar se nom forem socorridas, porqe as amarras que lhe qua podemos da terra fazer nom são boas pera navios tamanhos senaõ pera estarem em porto isto he ho que ao presentemte pasa ate ser tornado a esta baya, noso

senhor Jhesu christo acrecente os dias de vida a vosa a. com os da Rainha e primcipe nosos senhores e o entretenha sempre em seu Reall estado pera seu samto serviço amen. desta sua cidade do Sallvador da baya dos santos oje 29 dabrill de 1551 - pero de goees - a.

ANOTAÇÃO SOBRE A REGIÃO POR JEAN DE LÉRY – 1557

Jean de Léry era um jovem missionário calvinista de Genebra quando partiu para o Brasil, onde Nicolas Durand de Villegnon fundara uma colônia francesa conhecida como França Antártica. Mais uma vez, os franceses desrespeitaram o Tratado de Tordesilhas, nunca reconhecido por eles. Enfrentando a resistência de Villegagnon, que considerava o calvinismo herético, Léry voltou à Europa enfrentando sérias dificuldades e quase morrendo. Da sua aventura e desventuras no Brasil, deixou-nos um rico relato.

TRECHO DE *HISTÓRIA DE UMA VIAGEM À TERRA DO BRASIL* Jean de Léry (*) 1557

Depois de costarmos a terra desses uetacá, avistamos outra região próxima chamada de Macaé e habitada por outros selvagens que (...) não podem se comprazer na vizinhança de índios tão brutais e ferozes. Nessas terras vê-se à beira-mar um grande rochedo em forma de torre, tão reluzente ao sol que pensam muitos tratar-se de uma espécie de esmeralda; e com efeito, os franceses e portugueses que por aí velejam o denominam ‘Esmeralda de Macaé’. Dizem que ela é rodeada por uma infinidade de rochedos à flor da água que avançam mar afora cerca de duas léguas e como tampouco a ela se tem acesso por terra, é completamente impraticável.

Também existem três pequenas ilhas chamadas ilhas de Macaé junto das quais fundeamos e dormimos uma noite (...) estava nossa aguada corrompida, por isso pela manhã (...), alguns marujos foram

* LÉRY, Jean de. *História de uma viagem à terra do Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1926. (N. do O.)

procurar água potável nessas ilhas desabitadas e verificaram que todo o terreno se achava coberto de ovos de aves de diversas espécies, aliás diferentes das nossas. E tão mansas, por nunca terem visto gente, que se deixavam pegar com a mão ou matar a pauladas; assim nossos homens puderam encher o escaler, trazendo para o navio grande quantidade delas.

MAPA *AMERICAЕ SIVE QUARTAE ORBIS* (1562), DE DIEGO GUTIERREZ

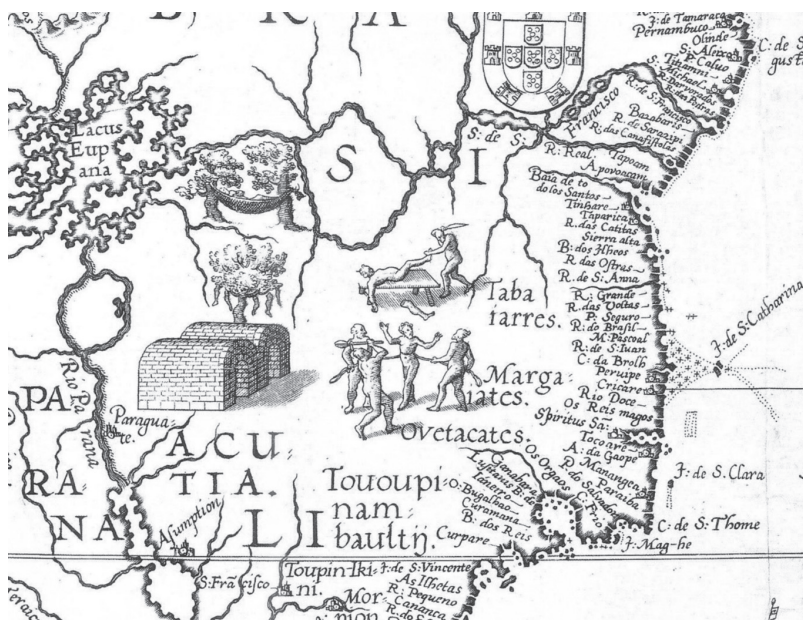
Diego Gutiérrez foi um cartógrafo espanhol que serviu na *Casa de la Contratación* de 1554 a 1569. Do seu rico mapa, chegaram a nós apenas duas cópias. Dele, fizemos um recorte que permite visualizar com clareza a costa da futura região norte do Rio de Janeiro, cujo nome, aliás, já aparece na carta, e observar a menção ao Baixo dos Pargos, acidente geográfico tão importante na delimitação das Capitânicas de São Tomé e Espírito Santo. Além de São Tomé, certamente assinalando o famoso cabo, muito conhecido dos navegantes, aparece a designação São Salvador, sugerindo que ela indicava algum acidente importante. Ao mesmo tempo, ela revela que a indicação é anterior ao século XVII.



Carta de Diego Gutierrez (1562) assinalando São Tomé, São Salvador, Baixo dos Pargos, rio do Brasil e rio do Gado

MERIDIONALIS AMERICAЕ (1585), DE VAN DOETECHUM

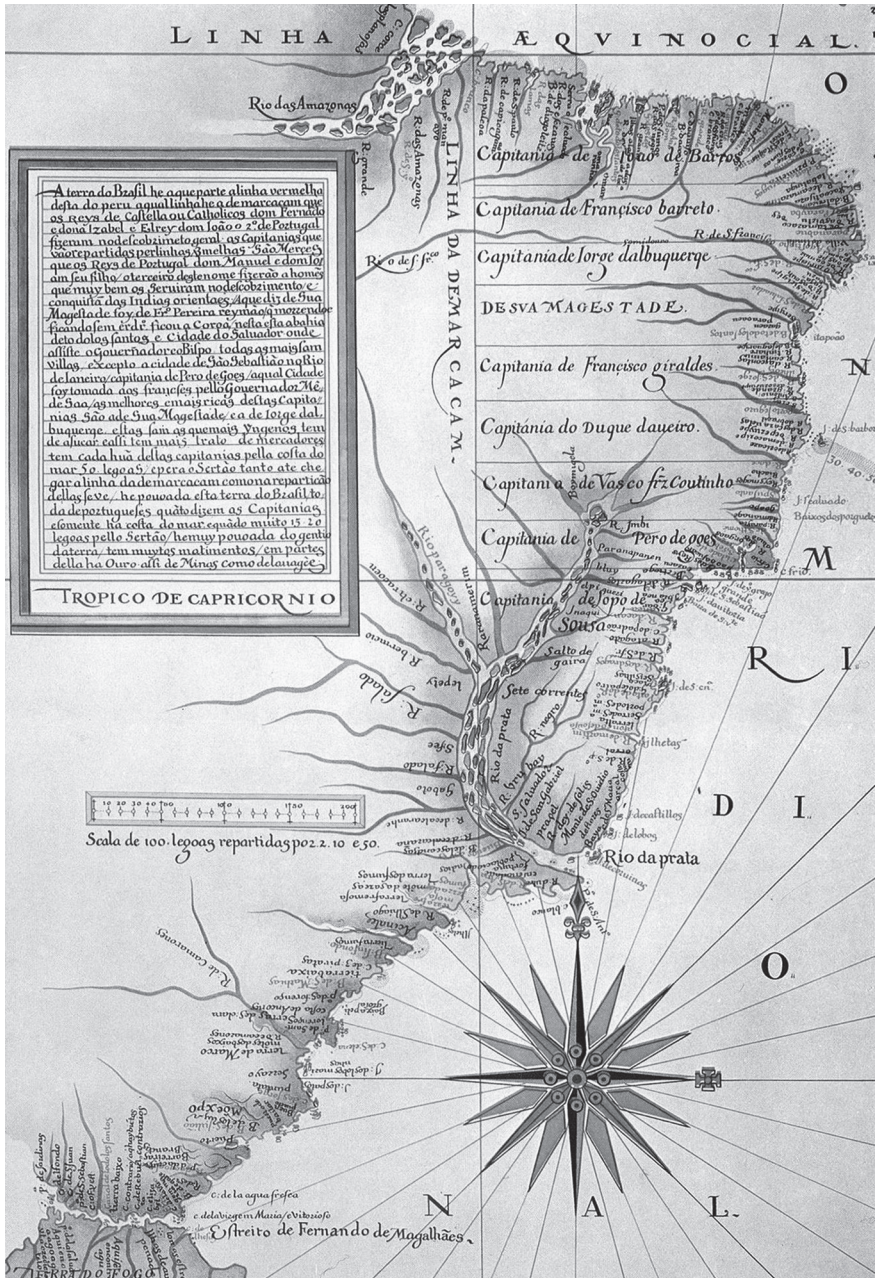
Cartógrafo flamengo importante, Johannes von Doetchem nasceu em 1559. Com Lucas, seu irmão, gravou atlas elaborados por vários mestres da cartografia. A carta aqui apresentada não figura na íntegra. Selecionou-se o trecho que corresponde à região estudada para melhor visualizá-la com a ampliação. As referências-limite são o atol dos Abrolhos, aqui com o nome de ilha de Santa Catarina, e Cananeia. Manageia é referência ao rio Managé, atual Itabapoana, na foz do qual foi erguida a Vila da Rainha. Logo abaixo, figura a palavra Paraíba, que nos parece referir-se ao conhecido rio do Sudeste. Em seguida, a Ponta do Salvador, que aparece em vários outros mapas da época, sugerindo que o nome próprio não deriva de Salvador Correia de Sá e Benevides novo ou velho, como comumente se pensa. A ilha de Maghe corresponde, sem dúvida, ao arquipélago de Santana, em frente à foz do rio dos Bagres, mais tarde Macaé.



Meridionalis Americae (1585), de Johannes van Doetchem

CARTA GERAL DA AMÉRICA DO SUL POR LUÍS TEIXEIRA, c. 1586

Luís Teixeira é considerado o maior cartógrafo português do século XVI. Ele é o patriarca de uma célebre família de cartógrafos com representantes até o século XVIII. Teixeira visitou todos os domínios portugueses, da América ao Extremo Oriente, passando pela África. Deixou belas e precisas cartas para a época. É dele a carta do continente americano da foz do rio Amazonas ao estreito de Magalhães, com o traçado das capitanias hereditárias no Brasil.



Carta geral da América do Sul por Luís Teixeira, c. 1586

ANOTAÇÃO SOBRE A REGIÃO POR GABRIEL SOARES DE SOUSA – 1587

Português, Gabriel Soares de Souza fixou-se na colônia do Brasil em meados do século XVI. Estabeleceu-se na Bahia como colono e se casou. Enriqueceu e se tornou dono de engenho de açúcar. Ocupou uma cadeira no Senado da Câmara de Salvador, poder que equivalia ao legislativo e ao executivo no período colonial. Com boa instrução, o que não era comum aos donos de terra na época, ele escreveu o famoso Tratado descritivo do Brasil em 1587. No livro, ele revela ainda olhar de estranhamento em relação à nova colônia, traço de personalidade típico de viajante. O livro foi escrito quando retornou a Portugal. Contudo, ele voltou ao Brasil, onde faleceu em 1591.

TRECHO DE *TRATADO DESCRITIVO DO BRASIL EM 1587* Escrito por Gabriel Soares de Souza*

Esta ilha de Santa Ana fica em vinte e dois graus e um terço, a qual está afastada da terra firme duas léguas para o mar, e tem dois ilhéus junto de si. E quem vem do mar em fora parece-lhe tudo uma coisa. Tem esta ilha da banda da costa um bom surgidouro e abrigada por ser limpo tudo, onde tem de fundo cinco e seis braças: e na terra firme defronte da ilha tem boa aguada, e na mesma ilha há boa água de uma lagoa. Por aqui não há de que guardar senão do que virem sobre a água. E quem vem do mar em fora para saber se está tanto avante como esta ilha, olhe para a terra firme, e verá no meio das serras um pico, que parece frade com capelo sobre as costas, o qual demora a loeste noroeste, e podem os navios entrar por qualquer das bandas da ilha como lhe mais servir o vento e ancorar defronte entre ela e a terra firme.

* SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (N. do O.)

RELATO SOBRE A REGIÃO POR ANTONIO KNIVET – 1591

Anthony Knivet integrava a tripulação do corsário inglês Thomas Cavendish em sua segunda viagem à América, em 1591. O Brasil estava sob domínio da União Ibérica, que se estendeu de 158 a 1640. A segunda viagem do corsário inglês foi empreendida em 1591. No ataque à vila de São Vicente, Knivet foi capturado pelos portugueses. Tentou fugir três vezes, conseguindo chegar a Angola, mas foi capturado por Salvador Correia de Sá, o Velho, a quem serviu em condição de escravo. Nas outras fugas, relata ele que esteve entre os índios puris nos domínios da capitania de São Tomé. Suas aventuras são narradas em livro de forma fantasiosa e confusa.

TRECHO DA NARRAÇÃO DA VIAGEM QUE, NOS ANNOS DE 1591 E SEGUINTE, FEZ ANTONIO KNIVET DA INGLATERRA AO MAR DO SUL, EM COMPANHIA DE THOMAZ CANDISH

Escrito por Antonio Knivet*

Transposto este monte, chegámos a uma região de um solo baixo e húmido, onde se achavam muitos cannibaes chamados *Pories* (*Puris*). Às vezes apareciam cem ou mais d'elles vindos dos bosques, e tanto que recebiam de nós alguma cousa, se retiravam sem sabermos para onde, e reapareciam outros tantos. Mantivemo-nos aqui em ordem e precavidos com boa vigia, porque estavamos mui fracos e receiávamos ser agredidos pelos selvagens.

* KNIVET, Antonio. *Narração da Viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomaz Candish*. Publicado na Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil, Tomo XLI. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro & C., 1878. (N. do O.)

Jornadeámos mais quatro dias e alcançámos o rio Parahyba, onde houvemos peixe em abundancia, e foi esta a nossa unica comida.

Certo dia sahi a pescar. Como chovia um pouco, voltaram os tres índios que me haviam acompanhado, de modo que fiquei só. Quando pretendi voltar ao acampamento pelo mesmo caminho através dos bosques, por onde tinha vindo com os índios, perdi-me. Tornei, pois outra vez ao rio, certo de que permanecendo em suas margens, havia de dar com o lugar em que acampava o capitão. Sendo já um pouco tarde, fui ter inesperadamente a um sitio, onde se achavam alguns cem *Poris* entre homens e mulheres.

Conjecturei que morreria ás mãos d'esses cannibaes ; não me fizeram, porém, mal algum. Tomaram-me a faca e instrumentos de pesca, e deram-me a comer do seu alimentos, que era um assado de carne de macaco. Comi satisfatoriamente, e, terminada a refeição, fizeram-me eles um aparelho de umas cannas sêccas, que podesse servir para nadar-se, e n'elle vim ter com brevidade ao nosso acampamento á margem do rio.

Esses selvagens nos indicaram um lugar a dois dias de viagem d'ahi, no qual encontraríamos favas ou ervilhas, milho e raízes de cassave. Em um dia atravessámos o rio, e no seguinte puzemo-nos a caminho em demanda do sitio indicado pelos *Poris*. Gastámos, porém entre o rio e aquella aldêa sete dias.

NOVA ET EXACTA DELINEATIO AMERICAE (1599), DE LEVINUS HELSESIUS

Levinus Helsingius era belga e publicou *Nova et exacta delineatio Americae partis Australis* em 1599. Trata-se de minucioso mapa retratando a parte norte da América do Sul e o mar do Caribe. Para os fins deste livro, o que nos interessa de imediato são os étimos Magaue (provavelmente Managá) e Parabia (Paraíba), cabo de S. Thoma (São Tomé) e Ponta de Saluator (Salvador). Ele confirma as informações do mapa anterior com um pouco menos de detalhes no fim do século XVI.



Nova et exacta delineatio Americae (1599), de Levinus Helsingius

CONTRATO ENTRE A COROA PORTUGUESA E GIL DE GOES

Ao fracassar no empreendimento de colonizar a capitania de São Tomé, Pero de Gois, seu donatário, não a devolveu à Coroa portuguesa. Seu filho Gil de Gois, ao que consta, fez uma nova tentativa de colonização erguendo a vila de Santa Catarina das Mós na foz do rio Itapemirim, na margem direita. Também fracassando, ele renunciou aos seus domínios em nome da Coroa, devolvendo a capitania oficialmente à União Ibérica, pois Portugal e Espanha estavam unidos sob um mesmo rei.

ESCRITURA DE CONTRATO ENTRE OS Procuradores de Sua Magestade e Gil de Goes SOBRE A CAPITANIA DE CABO-FRIO, ESTADO DO BRAZIL*

Saibam quantos este estromento de renúnciação, deização e aceitação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1619 em os 22 dias do mez de Março, na cidade de Lisboa, junto ao arco de São Vicente de Fóra, nas cazas onde mora o Doutor Jeronimo Pimenta d'Abreo, do Dezembargo de Sua Magestade e Procurador de sua fazenda, estando elle ahi presente e assi o Doutor Miguel de Barreira, outrosi do Dezembargo do dito Senhor, e seu Procurador da corôa, ambos por mandado do dito Senhor para efeito de se outorgar este contrato na maneira ao diante declarado, pera que eu Tabellião ao diante nomeado, por ordem dos sobreditos Dezembargadores fui chamado, e logo ahi apareceo

* Publicado na Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo LVI, Parte I. Rio de Janeiro, Typographia do Brazil, 1893. (N. do O.)

Antonio Deniz, morador em esta cidade na rua da Roza das Partilhas, como Procurador bastante e suficiente, que disse ser de Gil de Goes da Silveira e de Dona Francisca del Aguilar Manrique, sua mulher, por bem de um estromento publico de poder, que lhe outorgaram, pera em seus nomes fazer esta escriptura, como d'elle se verá, a que se refere, que foi feito na villa de Madrid ante Gregorio d'ângulo, e justificado pelo Doutor Luiz Pereira, juiz das justificações da fazenda de Sua Magestade, o qual adiante irá trasladado n'esta nota e nos traslados que d'ella sahirem com sua justificação, por bem do que disse elle Antonio Deniz, que os ditos seus constituintes tinham tratado com os ministros de Sua Magestade largar ao dito Senhor as terras, capitania, e jurisdição do Cabo-Frio, sito nas partes do Brazil, que tudo lhe pertencia por doação dos Reis passados, feita a Pero de Goes, pai do dito Gil de Goes, e isto de juro e herdade pera sempre com todas as mais couzas conteúdas na dita doação, que se lhe passou, que está na Torre do Tombo; e porquanto os constituintes d'elle Antonio Deniz não tinham ora posses nem ordem pera poderem governar, e administrar, e cultivar as ditas terras, por ser couza que requeria assistência pessoal, o que não podiam fazer, nem acudir ás condições e obrigações, que na dita doação lhe eram impostas, e ao que o regimento d'aquellas terras obriga aos donatários d'ellas, e se temiam que por razão de não terem satistfeito a ellas por si nem por seus passados os Procuradores de Sua Magestade os demandassem e procedessem contra eles o perdimento dos ditos bens e capitania, e entendendo que era proveito não tamsómente seu mas ainda de seus sucessores, elle Antonio Deniz, em nome dos ditos seus constituintes, e por seu especial mandado, e por virtude da sua procuração, ceida e fazi deixação a Sua Magestade e á sua corôa e fazenda das ditas terras, e capitania, e jurisdicções, assi e da maneira que as possuíam, e tudo lhes pertence por suas doações, geral e especialmente, como melhor em direito o deviam e podiam fazer e as Ordenações o dispõem, e tudo renuncia elle Antonio Deniz em nome dos ditos seus constituintes, e cede e trespassa nas mãos de Sua Magestade, em o que não lhe fica direito nem aução alguma, porquanto o dito Senhor lhes dá pelo dito respeito duzentos mil réis de tença em vida, e que possa o dito Gil de Goes da Silveira testar por usa morte dos ditos duzentos mi réis cem mil réis na dita sua mulher.

Portanto elle Antonio Deniz em nome dos ditos seus constituintes ha como houve d'oje para sempre por incorporado tudo que lhe pertencia per virtude das ditas doaçõens na fazenda e corôa de Sua Magestade, em que não lhe fica direito nem aução alguma; porquanto o dito Senhor lhe dá pelo dito respeito duzentos mil réis de tença em vida e que possa o dito Gil de Goes da Silveira testar per sua morte dos ditos duzentos mil réis cem mil réis na dita sua mulher.

Portanto elle Antonio Deniz, em nome dos ditos seus constituintes, há como houve d'oje para sempre por incorporado tudo o que lhe pertencia per virtude das ditas doaçõens, na fazenda e corôa de Sua Magestade, e os aparta todo o direito e aução, que n'isso possam ter e pretender de presente ou futuro contra o que lhes não fica recurso nem regresso pera effeito de o poderem tornar a pedir, repetir ou de mandar per nenhuma via que seja, porque, si pera esta renunciação ficar mais firme, é necessário suprimimento concessão e autoridade de Sua Magestade, o dito Senhor lh'a dá e concede pera isso, ainda que resulte ou possa resultar algum dano a quaisquer successores por meio da primeira concessão e doação feitas aos antepassados dos constituintes d'elle Antonio Deniz, e assi lhes supre o dito Senhor e ha por suprido para effeito da firmeza d'esta renunciação e deicção, que elle Antonio Deniz fez pelo modo que dito é da dita capitania, terras e jurisdicoens e todas as mais couzas, que per virtude da dita doação em qualquer forma que lhes pertenciam ha d'oje por diante os ditos bens e capitania per incorporados com todos os mais seus accessórios conteúdos no padrão da dita doação em os bens e fazenda de Sua Magestade e de sua real corôa, assi e da maneira que tudo n'ella estava antes de ser feita a dita mercê e doação aos predecessores dos constituintes d'elle Antonio Deniz, e melhor se possa ser e em direito lugar haja, por bem do que per virtude d'este estromento sómente e sem mais outra autoridade, ordem, nem figura de juízo, nem poder dos constituintes d'elle Antonio Deniz poderão e possam os ministros de Sua Magestade, fazenda e corôa mandar tomar posse real e aututal de todo o que per virtude d'esta renunciação pertence á fazenda e corôa do dito Senhor, e sobre ella fazer todos autos e diligencias em direito necessários, e em quanto assi se não tomar a dita posse, elle Antonio Deniz constitue a seus constituintes por possuidores do sobredito em nome da fazenda e corôa de Sua Magestade e por seus

simples colonos inquilinos, por quanto, quer se tome a dita posse ou não, desde logo para sempre ha por dada, incorporada e transferida nos bens e fazenda de Sua Magestade e de sua real corôa *per clausulam constituti*, dizendo mais elle Antonio Deniz, que pera renúnciação e deização, que assim faz do que pertencia aos ditos constitutives na maneira que se contem n'este estromento, em lugar d'isso aceita para eles a mercê, que Sua Magestade lhe faz dos ditos duzentos mil reis de tença em vida do dito Gil de Goes com faculdade de poder per sua morte testar de cento d'elles na dita sua mulher, e por esta maneira disse o dito Antonio Deniz havia per bem feita esta deização e renúnciação na maneira que se declara n'esta escriptura, a qual e tudo o n'ella referido terão, e cumprirão os ditos seus constitutives e todos os seus herdeiros e sucessores, que os obriga em virtude de sua procuração, e pera tudo assi cumprirem d'estarem e passarem por todo o aqui declarado sem o poderem revogar nem contradizer de feito nem de direito nem por modo algum que seja cuidado ou por cuidar, obrigou os bens e fazenda dos ditos seus constitutives, havidos e por haer, e ao cumprimento e segurança de todo o conteúdo n'esta escriptura, em especial ha os ditos bens e fazendas por hypothecados e nomeados, como si d'elles se fizera expressa e especial menção. E outrosi obriga elle Antonio Deniz aos ditos seus constitutives a que nunca em tempo algum, nem seus herdeiros e sucessores, nem outrem por eles em seu nome pretenderão de Sua Magestade nem de sua fazenda os ditos bens nem outra alguma satisfação ou mercê per ello; e para tudo assi cumprirem tornou a obrigar os ditos seus bens e per os ditos procuradores da corôa e fazenda do dito Senhor foi dito, que eles aceitam para Sua Magestade esta escriptura como n'ella se contem, e pediram ao dito Antonio Deniz fosse feito este estromento n'esta nota, e que d'elle se d'êem os traslados que cumprirem, que aceitaram: E eu Tabellião tudo estipulei e aceitei em nome da fazenda e corôa do dito Senhor, e de quem mais tocar, e a favor d'elle como pessoa publica estipulante este outorgou per o dito Jeronimo Pimenta em seus apoentos, estando presente o dito Antonio Deniz, e posto que se continuou atraz, que estava presente o Doutor Miguel de Barreira o não esteve, e disseram estas partes dar a sua outorga a esta escriptura: Testimunhas, que foram presentes, Simão Lopes e Diogo Varejão, moradores n'esta cidade. E eu Tabellião confesso estas partes

são as próprias aqui contéudas, que assinaram n'esta nota com as testemunhas. *Vasco de Sampaio* a escrevi.

E logo em continenti no dito dia, mez e era sobre dita, nos apoentos do dito Doutor Miguel de Barreira, estando elle presente, perante as testemunhas ao diante nomeadas, lhe li a escriptura atraz, que elle ouviu, e disse, que aprovava a ratificava e aceita em nome de Sua Magestade pera que se cumpra como n'ella se contem, assi o outorgou e aceitou, e eu Tabellião como dito é. E pediu fosse feito este termo per andar incorporado á dita escriptura e os traslados, que n'ella sahirem: testemunhas que foram presentes Antonio de Moura Coutinho, morador n'esta cidade, na rua do Marco, e Antonio Monteiro, creado dito Doutor Miguel de Barreira, a quem eu Tabellião conheço, que assinou n'esta nota com as testemunhas. *Vasco de Sampaio* o escrevi.

Traslado do poder de que atraz faz menção, o qual traduzi do Castelhno em Portuguez, pela maneira seguinte:

Saibam quantos esta carta de poder virem como nós, Gil de Góes da Silveira, cavalleiro do habito de Christo e commendador da villa de Abrantes, e Dona Francisca del Aguilar Manrique, sua mulher, residente em esta villa de Madrid, corte de Sua Magestade, com licença, autoridade, e expresso consentimento, que ante todas as couzas eu a dita Dona Francisca del Aguilar peço e demando ao dito Gil de Góes da Silveira, meu senhor e marido, me dê e conceda pera juntamente com elle outorgar e livrar esta escriptura de poder, a qual dita licença eu o dito Gil de Góes da Silveira a concedo e dou á dita minha mulher pera o efeito que o pede, e me obrigo de a haver per firme, e aceitando-a eu a sobrdita, e d'ella usando ambos de dois marido e mulher juntos e per o que a cada um toca, outorgamos e conhecemos por esta presente carta, que damos e outorgamos todo o nosso poder cumprido e bastante e que de direito se requer e é necessário, e mais pode e deve valer, a Antonio Deniz, vizinho da cidade de Lisboa, especialmente pera que por nós outros e em nosso nome e representando nossas pessoas possa fazer e faça dezistencia e renunciação em Sua Magestade El Rei D. Felipe, Nosso Senhor, de uma capitania, que eu o dito Gil de Góes da Silveira tenho em o Estado do Brazil, que a houve e herdei de Pero de Góes, meu pai defunto; a qual dita capitania se chama em língua de negros Parahiba, e em a nossa São-Thomé, que parte com o Rio de Janeiro, e começa de

treze leguas além de Cabo-Frio, e se acaba em os baixos de Pargos, e sobre o que dito é possa fazer e outorgar e faça entrega em o dito nosso nome em favor de Sua Magestade ou de quem se lhe pedir e ordenar perante quaisquer escrivaens, renunciação e trespasso com todas as forças, clauzulas, vínculos e firmezas, que se lhe peçam e demandem assi per Sua Magestade como per os Senhores do seu Real Conselho da Fazenda de Portugal, ou per outras quaisquer pessoas que pera ello sejam partes e que for necessário, desistindo nós do direito e aução, que temos e em qualquer maneira nos pertence, a toda a dita capitania, e renunciando-o e trespassando-o em Sua Magestade, ou em quem por Sua Magestade e ditos Senhores de seu Real Conselho da Fazenda de Portugal se lhe pedir e ordenar, obrigando-nos á seguridade, vizão e saneamento de tudo, que tudo o que assi e no dito nosso nome e em rezão do que dito é fizer e outorgar em virtude d'este poder, nós outros desde agora pera em todo o tempo nos obrigamos a cumprir, estar, e passar per ello bem assi como si nós outros mesmos fizéssemos a dita dezistencia e renunciação e outorgassemos as ditas escripturas, que sobre ello se fizeram e a tudo nos achássemos e fossemos presentes, e para que em o dito nosso nome possa aceitar e aceite a mercê de que Sua Magestade por ello nos faz que o poder necessário para o que dito é e pera qualquer dou fé, que conheço os ditos Senhores outorgantes Fil de Goes da Silveira e Francisca del Aguilar Manrique. Passou ante mim Gregorio de Ângulo, Escrivão de El-Rei, Nosso Senhor, rezidente em sua corte, fui presente ao que dito é, e em fé d'ello a assinei em testemunho de verdade. *Gregorio de Angulo*, Escrivão.

Certifico eu Antonio de Almeida, cavalheiro fidalgo da caza de El-Rei, Nosso Senhor, seu requerente, Escrivão do Conselho de Portugal, que rezide n'esta corte, que Gregorio de Ângulo, cujo é o sinal publico em razo acima, é Escrivão Publico de El-Rei, Nosso Senhor, n'este reino de Castella, e como tal as escripturas e mais papeis que ante elle passam-se dão sempre inteira fé e credito em júizo e fora d'elle, e para que d'isso conste passei o presente em Madrid a 9 dias do mez de Outubro de 1618 annos. *Antonio de Almeida*.

O Dr. Luiz Pereira, fidalgo da casa de El-Rei, Nosso Senhor, do conselho de sua fazenda e juiz de justificações d'ella etc. Faço saber aos que esta certidão virem, que a mim me constou por auto, que fica em poder do Escrivão, que a subscreveo, a procuração atrás ser subscripta e assinada em publico por Gregorio de Ângulo, Escrivão Publico na villa de Madrid, pelo que a hei per justificada e verdadeira, de que mandei passar a presente por mim assinada em Lisboa aos 9 dias do mez de Janeiro. Antonio Simoens per Agostinho d'Almeida, Escrivão das justificaçoens da fazenda de Sua Magestade, a faz no anno de 619. Pagou d'este auto e tradução 32 reais, e de assinar 40 reis. E eu *Agostinho d'Almeida* o fiz escrever.

Vasco d'Andrade de Sampaio, Tabellião Publico de Notas por Sua Magestade na cidade de Lisbôa, este estromento em meo livro de notas tomei d'elle e fiz trasladar, a quem me reporto e o concertei, subscrevi e assinei de meu publico sinal. O qual contrato eu Gaspar Alves de Louzada, Reformador dos padroados da corôa n'esta Torre do Tombo e Escrivão d'elle por Sua Magestade, trasladei bem e fielmente por despacho da Meza da Fazenda em 19 d'este mez de novembro d'este presente anno de 619 para se lnaçar como lancei na gaveta dos próprios, e direitos reaes d'esta mesma Torre, aonde é estilo e costume se lançarem semelhantes. Dada em esta mesma Torre aos 21 dias do mez de Novembro, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1619*.

(*Copia da Bibliotheca Publica Eborensis*).

* Vae conforme a copia

ROTEIRO DOS SETE CAPITÃES

Documento fundamental para a história da colonização portuguesa nos domínios da capitania de São Tomé, o Roteiro dos Sete Capitães é também controverso. O historiador José Honório Rodrigues concluiu que se tratava de um documento apócrifo. Charles Boxer chegou à mesma conclusão, mas não deixou de usá-lo. Os quatro historiadores abaixo mencionados concluíram por sua autenticidade depois de acurada pesquisa.

Transcrição e Edição: Paulo Knauss^{*}; Fabiano Vilaça dos Santos^{**}, Carlos Roberto B. Freitas^{***} e Arthur Soffiati^{****}

NOTA TÉCNICA

O *Roteiro dos Sete Capitães* foi transcrito de um documento cartorário do século XVII, conhecido por edições do século XIX, uma vez que, no século XX, o original desapareceu num incêndio. Trata-se, portanto, de edição a partir de um documento apógrafo, ou seja, de uma cópia do original que se encontrava num cartório de São João da Barra.

O texto abaixo toma por base a transcrição do Roteiro publicada, em 1893, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo sido cotejada com outra transcrição publicada, cinco anos antes, e incluída em anexo do livro de Augusto de Carvalho sobre a história da capitania de São Tomé.¹ A comparação das duas edições antigas permite considerar a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – a mais completa e fidedigna em relação ao original, uma

^{*} Doutor em História, Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense - UFF e Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ

^{**} Doutor em História Social – FFLCH/USP, pesquisador.

^{***} Mestre em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

^{****} Mestre e Doutor em História – UFRJ.

¹ Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seu companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentileza e com os piratas nesta costa, 1893; e Carvalho, 1888.

vez que a primeira edição de 1888, em livro de Augusto de Carvalho, apresenta trechos com interpolações do autor da transcrição, além de omissões de várias passagens do documento. Diga-se também que a edição do IHGB é pontuada e grafada, segundo padrões mais próximos dos atuais.

Quanto aos critérios e convenções adotados, foram tomadas como referências as *Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos*, elaboradas pela Comissão de Sistematização e Redação do I e do II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica, em 1990 e 1993². Atendendo às normas, e com o intuito de permitir maior e mais fácil acesso do público-leitor à informação, foram preservadas a grafia dos termos onomásticos e toponímicos, assim como letras maiúsculas e minúsculas, a pontuação original e a divisão paragrafada da edição de 1893.

A fim de informar a leitura do documento de época, a edição é acompanhada de notas sobre a transcrição, que indicam as interpolações de Augusto de Carvalho, o que permite contrastar as versões anteriores do documento editado. Além disso, foram preparadas notas explicativas que ajudam a situar personagens, topônimos, vocábulos, que contribuem para contextualizar as informações contidas no documento. Completa o tratamento da edição um glossário que facilita a compreensão de termos de época.

Por fim, é preciso indicar que, nesta edição do *Roteiro*, acrescentaram-se, ao final do texto, em nota de rodapé, as informações de registros cartoriais, inseridas depois que a crônica dos Sete Capitães foi encerrada.

² As referidas normas técnicas podem ser acessadas no sítio do Arquivo Nacional: www.arquivonacional.gov.br (Publicações / Publicações Virtuais).

APRESENTAÇÃO

Paulo Knauss
Fabiano Vilaça dos Santos

O Roteiro e sua história: documento e memória

A mais antiga referência sobre o *Roteiro dos Sete Capitães*, de autoria atribuída ao capitão Miguel Ayres Maldonado, encontra-se nos *Apontamentos para a história da capitania de S. Thomé*, de 1888, do jornalista e historiador Augusto de Carvalho. Natural de Campos dos Goytacazes formou-se em direito na Universidade de Coimbra, tendo publicado ainda em Portugal alguns livros, dentre os quais, *Estudo sobre a colonização e emigração para o Brasil* (Porto, 1874) e *O Brasil* (Porto, 1875). De volta ao Brasil, foi redator do *Diário do Rio de Janeiro*, redator e proprietário do *Jornal do Povo: folha democrática* e dono de um colégio em Campos.³ A descoberta do *Roteiro*, no entanto, não coube a Augusto de Carvalho, mas a quem escreveu o *Bosquejo histórico do município de Campos*:

Tivemos em mão o Roteiro desta expedição dos sete capitães, extraída dos arquivos da municipalidade de Cabo Frio, em 1848 [...]. Era um trabalho curiosíssimo e digno de ser conservado, do qual não nos foi possível tirar cópia por ter assumido foros de documento precioso para a decisão de uma questão que se debatia nos tribunais.⁴

Uma nota inserida no meio da citação permite concluir que, passados cerca de 40 anos entre a descoberta do *Roteiro* e a sua publicação nos *Apontamentos*, o que Augusto de Carvalho obteve foi uma cópia do documento, fornecida por um seu conterrâneo, o advogado José Joaquim Itabaiana de Oliveira:

³ Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, vol. I, p. 347-348.

⁴ Apud. CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de S. Thomé*. Campos [dos Goytacazes]: Tipografia e Litografia de Carneiro, Silva & Cia, 1888, p. 100.

Um amigo prometeu-nos uma cópia *autêntica* do *Roteiro dos Sete Capitães*. É tal a seriedade da pessoa a quem nos referimos que já daqui antecipamos os nossos parabéns à *História Pátria*. É um documento indispensável ao futuro historiador desta capitania.⁵

É interessante apontar a preocupação de Augusto de Carvalho em grifar a palavra “autêntica” ao se referir ao *Roteiro dos Sete Capitães*, título, aliás, que parece ter-lhe atribuído livremente. Terá a crônica da conquista e desbravamento dos Campos dos Goytacazes sido alvo de deturpações enquanto servia de prova às partes litigantes em questões de terra, como sugeriu aquele que a descobriu em 1848? Note-se que a cópia entregue a Augusto de Carvalho estava nas mãos de um advogado. Dito de outra forma, as alterações teriam ocorrido antes da publicação do livro de Carvalho, em 1888, colocando sob suspeita eventuais cópias existentes? Não se sabe ao certo. Mas, em relação à segunda questão, é certo que Carvalho foi o primeiro a divulgar uma versão do *Roteiro*, que figura em um apêndice documental dos seus *Apontamentos*, sob o título de “Inéditos”.

Importa salientar que a transcrição do *Roteiro* dada à luz em 1888 foi deliberadamente editada por Augusto de Carvalho. Trechos significativos foram suprimidos e simplesmente resumidos com palavras do próprio historiador campista, inseridas entre parênteses no corpo do texto, assim como pequenas interpolações a título de esclarecimentos. Sobre as inserções e omissões o autor se justificou dizendo ter privilegiado a transcrição das “partes mais interessantes”, deixando para obra futura, “visto a exiguidade do tempo”, a publicação na íntegra.⁶ Arbitrária também foi a divisão da crônica da expedição dos *Sete Capitães*, proposta por Carvalho, em três partes: “primeira viagem de exploração”; “segunda viagem de exploração, leva de gado e estabelecimento de currais”; “escritura endiabrada, forjada pelo general Salvador Correia de Sá e Benevides de mãos dadas com os jesuítas *et reliqua*”.

Passados cinco anos, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou, em 1893, uma transcrição mais completa do

⁵ CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de S. Thomé...*, p. 199 e 358. Grifos do autor.

⁶ *Ibidem*, p. 200.

Roteiro, revelando as enormes lacunas deixadas por Carvalho e demonstrando igualmente as suas interpolações. Já nessa época desconfiava-se da autenticidade do documento, uma vez que, em nota de rodapé, o historiador Macedo Soares prometia submetê-lo ao parecer de Capistrano de Abreu.⁷ O que de fato não aconteceu, como esclareceu José Vieira Fazenda, historiador e bibliotecário do IHGB. Em artigo publicado na Revista do Instituto, em 1908 – 20 anos após a edição dos *Apontamentos* de Augusto de Carvalho –, lançou a mais contundente crítica ao *Roteiro*, contribuindo decisivamente para que o mesmo fosse considerado inteiramente apócrifo, ou seja, que não é do autor a que se atribui.⁸

Antes de tudo, é preciso situar a narrativa de Vieira Fazenda nos termos da produção historiográfica do século XIX. Nascido em 1847, o autor de *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro* pertencia a uma geração de historiadores balizada e influenciada, segundo parâmetros estabelecidos pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Segundo Francisco Iglésias, prevalecia no IHGB o “pragmatismo da história e o gosto da pesquisa”, além do culto à história *magistra vitae*, ou seja, mestra da vida. Ainda em suas palavras, no que se refere à pesquisa e ao “cuidado com a documentação”, a influência é notadamente da historiografia alemã, “pregadora da necessidade do uso de fontes para abonar todas as afirmativas”.⁹ E conferir historicidade aos fatos.

A geração à qual Vieira Fazenda pertenceu alçou o documento ao patamar de único depositário da verdade histórica. Sua postura diante dos temas de estudo, especialmente os que diziam respeito à história pátria, no entanto, privilegiava mais os fatos e os homens que construíram a nação do que as estruturas mais profundas da sociedade. Era a história apregoadada mais tarde, no final dos anos 1920, pela vertente historiográfica francesa dos *Annales*, como “tradicional”, “*événementielle*”, a exemplo da história política, renegada, “pois estava mais voltada para os acidentes

⁷ Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 56 (87), 1893, p. 345-400.

⁸ FAZENDA, José Vieira. O Roteiro de Maldonado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 71 (117), 1908, p. 5-21.

⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG/IPEA, 2000, p. 61-62.

e as circunstâncias superficiais e negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas”.¹⁰

Deslocando-se o debate para o campo da história administrativa, uma vez que o *Roteiro* narra expedições de conquista e de povoamento típicas do processo de colonização, além das vicissitudes do trato com o gentio e as contingências dos colonos em ter que lidar com as constantes invasões estrangeiras, é preciso destacar a importância de reeditar um documento que evidencia questões mais densas, como a política de doação de capitanias, a posição do Rio de Janeiro na ordem colonial portuguesa de orientação mercantilista, no final do século XVI até pelos menos a metade do XVII, as disputas políticas locais envolvendo a família Sá e seu predomínio político e econômico muito além dos limites da cidade do Rio de Janeiro, entre outras questões de vulto.

A empreitada de volver os olhos para o *Roteiro dos Sete Capitães* implica em contribuir para o revigoramento dos estudos de história administrativa e para a superação, nas palavras de Laura de Mello e Souza, de um “obstáculo ideológico” que reduziu a importância do tema, o qual

[...] cheira a conservadorismo, embaralha Reino e conquistas, administradores e administrados, antes justificando a ação dos avós afinados com as políticas metropolitanas, ou mudos antes sua iniquidade, do que a dor da violência cometida contra os antepassados índios e escravos.¹¹

Encerrado o parêntese, não foi à toa, portanto, que a crítica de Vieira Fazenda ao *Roteiro* recaiu na identidade dos personagens – a começar pelo suposto autor – e a cronologia dos fatos. Os aspectos relativos à retomada da colonização da antiga capitania de São Tomé, do Rio de Janeiro e, mais especificamente, da região dos Campos dos Goytacazes, não foram alvos da suspeição do historiador, o que não significa dizer que a incongruência dos fatos e dos dados biográficos dos agentes envolvidos não seja capaz de comprometer as informações.

¹⁰ Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º 10, 1992, p. 266.

¹¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 17.

É possível que Vieira Fazenda tenha sido o primeiro estudioso a dissecar o *Roteiro*, ainda que para contestá-lo. Começou por considerá-lo o que realmente foi, ou seja, a crônica do dia-a-dia das viagens empreendidas pelos *Sete Capitães*, “que até hoje tem passado como o principal e primeiro documento da colonização dos Campos dos Goytacazes”, narrativa da qual se encarregou, “segundo é fama”, Miguel Ayres Maldonado. E que no início do século XX, 60 anos depois de sua descoberta nos arquivos da Câmara de Cabo Frio, ainda servia de instrumento para dirimir questões judiciais relativas a disputas de terras entre a Câmara de Campos e o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Não mereceu, todavia, maior crédito do bibliotecário do IHGB. Se Macedo Soares não levou à frente o intento de obter o parecer de Capistrano de Abreu, o mesmo não se aplica a Vieira Fazenda, que ao menos colheu do historiador cearense a informação de que o documento era “suspeito e pouco merecedor de confiança”.¹²

As dúvidas sobre a autenticidade do *Roteiro* começaram a surgir depois que Vieira Fazenda foi encarregado pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro de elaborar um trabalho sobre os antigos ocupantes do cargo. Consultando os livros de atas, tomos, testamentos, de receita e despesa da instituição, o bibliotecário deparou com a “prova de que Miguel Ayres Maldonado não podia em 21 de fevereiro de 1661 entregar o seu roteiro a João Nepomuceno de Carvalho, que o levou ao registro do escrivão da Câmara de Cabo Frio três anos depois, em 1664”. Isto porque, conforme o 1º Livro de Assentos de 1622-1658, o capitão Maldonado, eleito provedor da Santa Casa da Misericórdia pela segunda vez “no ano compromissal de 1649-1650”, falecera no exercício da função.

Sendo assim, jamais poderia ter se referido à morte de um de seus companheiros de expedição, o capitão Antonio Pinto Pereira, ocorrida em 13 de outubro de 1655, ou ao fato de ter escrito o *Roteiro* “por seu próprio punho” até 11 de junho de 1657.¹³ Todavia, a crônica poderia ter sido escrita por outra pessoa a partir do testemunho de Maldonado, o escrivão da Câmara de Cabo Frio, por exemplo, oficial responsável pelo registro de documentos em livros específicos. Ou

¹² FAZENDA, José Vieira. O Roteiro de Maldonado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 71 (117), 1908, p. 7-9.

¹³ *Ibidem*, p. 9-10.

mesmo por mais de uma pessoa. Lembre-se que a transcrição completa publicada em 1893 na Revista do IHGB apresenta o Roteiro como uma “descrição” feita por Maldonado “e o capitão José [na verdade João] de Castilho Pinto e seus companheiros”. E mais: ninguém sabe o que fez João Nepomuceno de Carvalho entre 1661 e 1664, isto é, entre o término do *Roteiro* e o seu registro na Câmara de Cabo Frio, levado por ele Nepomuceno.

Vieira Fazenda não cogitou nenhuma destas possibilidades. Ao contrário, lançou a questão: “quem sabe se algum espertalhão ignorante não se aproveitou das notas do precitado *Roteiro*, adubando-as com inexatidões ou inverossimilhanças [...]?”¹⁴ Não teria sido Augusto de Carvalho, a quem o bibliotecário tinha por seu “amigo”. Mas não poderia o historiador campista ter alterado a transcrição, já que omitiu trechos em quantidade?

As críticas de Vieira Fazenda prosseguiram, incidindo sobre os personagens. Em dado momento, por exemplo, diz que ao tratar da chegada de Salvador Correia de Sá e Benevides ao Rio de Janeiro, em 1647, o autor do *Roteiro* o teria confundido com o avô, Salvador Correia de Sá, o velho.¹⁵ A menos que o embarço tenha sido com o nome, não poderia ter Maldonado tomado uma pessoa pela outra, pois Salvador Correia de Sá, o velho, faleceu em Portugal em 1631, antes mesmo da primeira expedição dos *Sete Capitães*.¹⁶

O caminho aberto por Vieira Fazenda levou outros cronistas da história do Rio de Janeiro a considerar o *Roteiro dos Sete Capitães* apócrifo. Como Vivaldo Coaracy, que erroneamente creditou a Augusto de Carvalho a descoberta do documento, e para quem o “famoso Roteiro é indiscutivelmente apócrifo ou pelo menos profundamente adulterado, como suspeitava Capistrano de Abreu e foi provado à saciedade por Vieira Fazenda”.¹⁷

Tempos depois, no clássico *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, Charles Boxer engrossou o coro das dúvidas sobre a autenticidade do *Roteiro*. Em nota de rodapé, tomando por base a transcrição

¹⁴ *Ibidem*, p. 10-11.

¹⁵ FAZENDA, José Vieira. *O Roteiro de Maldonado...*, p. 11.

¹⁶ Sobre a morte de Salvador Correia de Sá, o velho, ver BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973, p. 21.

¹⁷ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 126.

completa publicada na Revista do IHGB, considerou-a uma narrativa apócrifa e repleta de anacronismos, a começar pela data das tratativas entre os capitães sobreviventes, Miguel Ayres Maldonado e Antonio Pinto Pereira, com Salvador Correia de Sá e Benevides, de outubro a dezembro de 1647. Segundo Boxer, nesta época, Benevides encontrava-se em Portugal.¹⁸

É muito importante salientar que apesar de duvidar do *Roteiro* no que diz respeito à cronologia, Boxer, sem querer, realçou o seu conteúdo. Pouco antes de sublinhar a questão da autenticidade, relacionou os bens que Salvador Correia de Sá possuía no recôncavo da Guanabara por volta de 1653, quais fossem “cinco plantações de cana-de-açúcar e quarenta fazendas de criação”, além de “extensas propriedades territoriais na região nordestina do Rio de Janeiro conhecida pelo nome de Campos dos Goitacá [sic], onde abundava o gado bravo”. E emendou: “essa fértil zona pastoril era desde muito tempo um reduto de índios selvagens” e de facínoras, e com grande população mameluca.¹⁹ Exatamente o cenário natural e humano descrito no *Roteiro*, paralelamente às considerações sobre as potencialidades dos Campos para a criação de gado.

Boxer foi além. Mencionou a concessão das sesmarias aos *Sete Capitães*, em 1627 e a falta de recursos para que conduzissem sozinhos a empresa de ocupação e de colonização das terras doadas por Martim de Sá naquele ano. O que fica claro quando no *Roteiro* se faz menção aos acertos entre o capitão Miguel Ayres Maldonado, Gaspar de Souza Monteiro e o capitão Tomé José de Barcellos Velho para o arrendamento de terras pelos dois últimos para a criação de gado. Outro aspecto validado por Boxer diz respeito à “escritura de composição” ou “escritura endiabrada” – termo usado pelos adversários de Salvador Correia de Sá e Benevides para realçar a sua ganância e arbitrariedade –, celebrada entre este e dois capitães remanescentes, Maldonado e Antonio Pinto, em 9 de março de 1648, pouco antes de Benevides partir para Luanda.²⁰ Pela escritura, as terras doadas aos capitães foram repartidas em 12 quinhões: quatro e meio para os capitães ou seus herdeiros, três para Benevides, três

¹⁸ BOXER, Charles R. *Op. cit.*, p. 300 (nota 105).

¹⁹ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola...*, p. 299.

²⁰ *Ibidem*, p. 299.

para a Companhia de Jesus, um para Pedro de Sousa Pereira e meio quinhão para os beneditinos.²¹

Não há dúvida de que a composição para dividir as terras beneficiou Salvador Correia de Sá e uma grande aliada de sua família, desde os tempos de Mem de Sá: a Companhia de Jesus.²² Independentemente dos expedientes usados para se obter as propriedades, Benevides as fez prosperar. Por volta de 1652, quando retornou de Angola, possuía em seus quinhões sete mil cabeças de gado, 70 cavalos, 160 negros escravos e outros bens.²³

Isto posto, é certo que a ocupação e a colonização dos Campos dos Goytacazes, em terras da antiga capitania de São Tomé, de fato aconteceu. A região também era cobiçada por ser propícia – dada à extensão do terreno – à criação de gado, tão necessário ao funcionamento dos engenhos de açúcar e ao abastecimento das vilas próximas e da cidade do Rio de Janeiro.

É possível que Maldonado tivesse escrito o *Roteiro* de seu próprio punho até certa data ou contasse com a colaboração de um parente ou companheiro das expedições, para narrar as memórias dos imensos trabalhos que padeceram na conquista e exploração dos Campos. A primeira frase da crônica ilustra isso: “fazemos saber para memória dos nossos vindouros [...]”.²⁴ Posteriormente, repartidas as terras entre os capitães, declarou-se:

[...] ficamos todos com as nossas propriedades divididas, debaixo de boa harmonia, e outro tanto

²¹ Cf. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17...*, p. 125. Pedro de Sousa Pereira era casado com uma irmã de Tomé Correia de Alvarenga, governador do Rio de Janeiro entre 1657 e 1659 e “primo” de Salvador Correia de Sá e Benevides. Daí a proximidade entre o general e Pedro de Sousa que, por volta de 1659, era administrador em exercício das minas de São Paulo e provedor-mor do Rio de Janeiro. Cf. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola...*, p. 317. Segundo João Fragoso, a família de Pedro (Frazão) de Sousa Pereira foi proprietária do ofício de provedor da Fazenda entre 1670 e 1695. Além disso, este aliado dos Sá possuía uma “fábrica” onde era manufaturado o produto da pesca da baleia, sujeita a contrato por se tratar de monopólio régio. Cf. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88. Ver páginas 72-73.

²² Cf. BOXER, Charles R. *Op. cit.*, p. 20 e 23.

²³ *Ibidem*, p. 299-300.

²⁴ Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 56 (87), 1893, p. 345.

desejamos que aconteça aos nossos herdeiros. Por esta e por outras razões é que fizemos esta descrição, para servir de memória aos nossos vindouros, juntamente para o que possa acontecer ao futuro.²⁵

Assim sendo, o *Roteiro dos Sete Capitães* constitui uma memória, um testemunho posterior às expedições dos donatários que receberam as terras de São Tomé em 1627. A profusão de diálogos reproduzidos no texto é um indicativo do que se rememora. E se o relato não foi escrito por Maldonado ou por qualquer um de seus companheiros, mas por um escrivão ou parente letrado, não seria espantoso nem incomum. Afinal, aqueles homens, ainda que gozassem de boa posição social e econômica, não escaparam à faina rude da colonização, fazendo entradas nos sertões para ampliar suas propriedades. Não admiraria que alguns fossem iletrados e necessitassem da pena alheia para registrar suas memórias.

Testemunho de época, narrativa de cuja construção muitos podem ter participado, nem por isso o *Roteiro dos Sete Capitães* deve ser considerado de autoria forjada. Trata-se de uma versão da ocupação das terras do norte fluminense, que de fato ocorreu, e nesse sentido pode vir a ser questionada.

Os Sete Capitães: biografia e história

Apesar de todas as controvérsias apontadas pelos críticos do *Roteiro dos Sete Capitães*, estes indiscutivelmente existiram e seus atributos individuais (nome, origem familiar e atividades)²⁶ estiveram intimamente ligados ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, onde teceram suas tramas de relações pessoais, bem como tiveram papel fundamental na retomada da colonização do território da antiga capitania de São Tomé, em especial a região dos Campos dos Goytacazes. Assim fizeram Miguel Ayres Maldonado, João de Castilho Pinto, Antonio Pinto Pereira, Miguel Riscado, Gonçalo

²⁵ Ibidem, p. 366.

²⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191. Os atributos individuais fazem parte do conceito de "trajetória" formulado por Bourdieu.

Correia, Manuel Correia e Duarte Correia Vasqueanes, após receberem do governador do Rio de Janeiro, Martim Correia de Sá, a carta de sesmaria de 19 (ou 20) de agosto de 1627.

Em termos gerais, segundo Vivaldo Coaracy, “figuravam todos os concessionários entre os moradores do Rio de Janeiro onde eram pessoas notáveis”.²⁷ Eram homens abastados, senhores de engenho, proprietários de casas na cidade, e de terras, proeminentes em maior ou menor grau em virtude de suas alianças políticas, ligações familiares, bem como em função de sua circulação por espaços de sociabilidade e de poder reveladores de prestígio e riqueza, como a Santa Casa da Misericórdia e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

De acordo com o conceito de “economia do bem comum”, aqueles homens estavam não apenas próximos do governo da República, mas de uma preciosa fonte de “bens e serviços” (o Senado da Câmara), monopolizada por um segmento minoritário e hierarquicamente privilegiado da sociedade colonial.²⁸ Os quadros da Santa Casa também eram formados por indivíduos oriundos dos estratos sociais mais elevados. Voltada para a assistência aos diferentes grupos que compunham a sociedade, a irmandade exercia “forte influência política e econômica”.²⁹

Os atributos de origem, de riqueza, e a proximidade dos círculos de poder e prestígio, assim como os percursos dos *Sete Capitães*, revelam similitudes. Por outro lado, em função da homonímia e da quase ausência de pesquisas renovadas sobre as trajetórias de indivíduos e famílias do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, os registros biográficos dos *Sete Capitães* são por vezes controversos.³⁰ Alguns capitães, como João de Castilho Pinto e Miguel Ayres Maldonado

²⁷ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 65.

²⁸ Cf. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, nº. 23, 2000, p. 67-88. Ver páginas 68-73.

²⁹ Cf. MULVEY, Patrícia A. “Santa Casa da Misericórdia”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994. Ver também o clássico de RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Ed. UnB, 1981.

³⁰ A exceção são os trabalhos de João Fragoso. Do autor, veja-se, por exemplo, FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 2000, p. 45-123. Ver também FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*. Niterói, vol. 8, nº. 15, 2003, p. 11-35.

eram representantes de importantes famílias senhoriais do Rio de Janeiro. Mas nem todos se encaixavam na mesma categoria.

Em estudos sobre a elite formada pelos senhores de engenho do recôncavo da Guanabara, João Fragoso estabeleceu três tipos de famílias: “extensas ou de linhagens”, “simples” e “famílias senhoriais derivadas por linha feminina das ‘extensas’”.³¹

Na primeira categoria, representativa da nobreza da terra identificada com os “conquistadores”, incluía-se João de Castilho Pinto. Nascido no Rio de Janeiro por volta de 1595, era filho do almoxarife Manuel de Castilho, bisneto de Francisco Dias Pinto, primeiro alcaide-mor da cidade, e de Jorge Ferreira de Bulhões, capitão e ouvidor da capitania de São Vicente.³² Castilho descendia, portanto, de família que ocupara diversos cargos militares e administrativos. Ele próprio foi capitão de fortaleza, tendo sido o primeiro de sua família a estabelecer um engenho de açúcar.³³ Por sua condição, estava apto a exercer a função política na qualidade de cidadão.³⁴ Segundo Fragoso, em 1628, ou seja, no ano seguinte à concessão da sesmaria além do Rio Macaé e antes da primeira expedição, “João de Castilho Pinto fora definido pelos oficiais da Câmara do Rio como ‘uma das pessoas mais nobres da dita cidade e da governança dela’”. Um de seus companheiros de jornada aos Campos dos Goytacazes, Duarte Correia Vasqueanes, na altura em que governava a cidade, afirmou que Castilho “era uma das mais nobres pessoas dela [...]”.³⁵

João de Castilho ocupou cargos de vereador e juiz ordinário no Senado da Câmara em 1635, 1645 e 1651.³⁶ Naquele primeiro ano desempenhou também a função de escrivão da Misericórdia, da

³¹ FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71. Ver páginas 31-33.

³² Cf. RHEIGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, vol. I, p. 324.

³³ FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 1, 2000, p. 45-123. Ver página 107.

³⁴ Cf. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, n.º. 23, 2000, p. 76-79.

³⁵ FRAGOSO, João. A nobreza da República..., p. 91-92.

³⁶ *Ibidem*, p. 91.

qual foi provedor entre 1655 e 1656 e interino entre 1660 e 1661.³⁷ Os cronistas pesquisados concordam que as trajetórias de João de Castilho Pinto e de Miguel Ayres Maldonado se entrelaçaram quando este se tornou genro do primeiro. Mas não foram encontradas evidências concretas de tal parentesco. A interpretação corrente consiste em que Maldonado teria desposado, em segundas núpcias, D. Bárbara de Castilho (desposara antes Maria de Medeiros).³⁸ Mas Vieira Fazenda não tinha plena certeza quando aventou tal relação de parentesco, guiando-se pelo *Roteiro*: “[...] parece até certo ponto, que o Castilho Pinto da narrativa é o próprio sogro do cronista das três expedições. Ou então ter-se-á de admitir, em uma mesma época, dois indivíduos com igual nome”.³⁹ Coincidência, aliás, bastante possível. E se os capitães não eram aparentados, poderiam perfeitamente fazer parte do mesmo partido ou “bando”, termo usado por Fragoso.

O capitão de Infantaria Miguel Ayres Maldonado era representante de uma família senhorial “simples”, isto é, não descendia de nenhum conquistador ou primeiro povoador do Rio de Janeiro e também não deu origem a qualquer outra casa senhorial por meio do casamento de alguma filha.⁴⁰ Entretanto, uma delas, Maria (ou Mariana), casou-se com um integrante das primeiras famílias do Rio, Francisco Cabral⁴¹ (Távora), filho do juiz de órfãos e senhor de engenho Luís Cabral Távora, vereador em várias ocasiões, assim como Maldonado.⁴² Por sinal, um atestado de sua “riqueza”, segundo Vivaldo Coaracy, era a escritura do dote que concedeu à filha, composto de canaviais e roças de mandioca.⁴³

³⁷ Cf. FAZENDA, José Vieira. *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, p. 44 e 394-395. Ver também COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17...*, p. 80-81.

³⁸ Cf. COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 133. Interessante notar que Joaquim Veríssimo Serrão grafa o nome da esposa de Maldonado como Bárbara de Carvalho. Cf. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, vol. I, p. 163.

³⁹ FAZENDA, José Vieira. O Roteiro de Maldonado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 71 (117), 1908, p. 15.

⁴⁰ Cf. FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 32.

⁴¹ Cf. COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 133. Ver também RHEIGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)...*, vol. I, p. 273.

⁴² Cf. FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”, p. 41 (nota 11).

⁴³ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 133. Ver também FRAGOSO, João. *Op. cit.*, p. 41 (nota 41).

O capitão Maldonado foi o primeiro senhor de engenho de açúcar de sua família, da mesma forma que o sogro de sua filha, Luís Cabral Távora. O casamento entre seus filhos, portanto, ocorreu entre famílias do mesmo tipo, ou seja, “famílias senhoriais simples”, na classificação de Fragoso.⁴⁴ Um dos engenhos de Maldonado localizava-se na Ilha do Gato (atual Ilha do Governador) e outro na Tijuca, ambos vizinhos das terras de Salvador Correia de Sá e Benevides. Este, por sua vez, adquiriu mais tarde da viúva de Maldonado, falecido em 21 de dezembro de 1650, as terras que o marido possuía na dita Ilha.⁴⁵

Consta que o capitão Maldonado era “homem de probidade, enérgico, [...] pertencente à nobreza da terra, da qual foi sempre homem bom. Amigo e devoto dos frades do Carmo doou-lhes, ainda em vida, prédios na Rua Direita”.⁴⁶ Possuía, além de prédios na cidade, currais de gado em Campos e pelo menos uma sesmaria de “1500 braças para o lado de Guaxindiba”, registrada em 23 de dezembro de 1605, e mais alguns “sobejos” recebidos no mesmo local em setembro de 1626.⁴⁷

Traçado o perfil sócio-econômico de Miguel Ayres Maldonado, já é possível associá-lo a João de Castilho Pinto. Ambos possuíam imóveis na Rua Direita, dos quais fizeram doações aos frades de Carmo; foram prósperos senhores de engenho; Maldonado também ocupou a provedoria da Santa Casa da Misericórdia em duas ocasiões, de 1643 a 1644 e de 1649 a 1650, quando faleceu – diz-se que ao ingressar na irmandade, prometeu doar 200 arrobas de açúcar branco, 100 do mascavo e quatro bois para transportar, em carro apropriado, água e lenha para o hospital da Misericórdia, dando provas de sua riqueza.⁴⁸

Maldonado desempenhou funções camarárias participando da vereança, assim como João de Castilho. Ao que parece, partilhou da animosidade entre este e os jesuítas e, quiçá, em relação a Salvador

⁴⁴ Cf. FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, 2000, p. 110.

⁴⁵ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI...*, vol. I, p. 163.

⁴⁶ Cf. FAZENDA, José Vieira. *O Roteiro de Maldonado...*, p. 10.

⁴⁷ Cf. ARAÚJO, José Pizarro de Sousa Azevedo e. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de sesmarias e registros do Cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 63, parte I, 1901, p. 112 e 119. Na *Relação* elaborada pelo monsenhor Pizarro não consta a sesmaria da Ilha do Gato em nome de Maldonado.

⁴⁸ Cf. FAZENDA, José Vieira. *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, p. 31.

Correia de Sá e Benevides. Castilho confrontou-se diretamente com o general e seus aliados, a exemplo de Pedro de Sousa Pereira. Na qualidade de procurador da Câmara e provedor dos defuntos e ausentes, o senhor de engenho foi enviado a Lisboa para denunciar as arbitrariedades de Benevides e de Pedro de Sousa no que diz respeito à administração da alfândega. A comissão de Castilho, contudo, destinava-se também à satisfação de interesses particulares em disputa com Benevides: uma vez na Corte, requereu a D. João IV a mercê do posto de capitão da Fortaleza de São Sebastião e o altamente rentável cargo de juiz da balança de pesar o açúcar, que seu desafeto exercia desde 1635.⁴⁹

A campanha surtiu efeito – temporário, diga-se. Salvador Correia de Sá e Benevides foi afastado por breve período do governo do Rio de Janeiro, mas sua lealdade à monarquia portuguesa restaurada em 1640, revelada na aclamação de D. João IV na cidade, e sua experiência na administração colonial foram reconhecidos e galardoados pouco depois, com a nomeação para o Conselho Ultramarino em 1644.⁵⁰ As disputas entre Castilho e seu grupo contra Salvador Correia de Sá não cessaram aí. Por ocasião da Revolta da Cachaça, em 1660-1661, João de Castilho foi um dos homens presos a mando de Benevides.⁵¹ O governador, em seu terceiro mandato, era acusado, dentre outras coisas, de aproximação com a Companhia de Jesus para combater a escravidão indígena, ferindo os interesses daqueles como Castilho, Maldonado e tantos outros senhores de engenho, que desejavam continuar utilizando a mão-de-obra dos nativos.⁵² Para compreender a revolta, é preciso lembrar ainda que Salvador Correia de Sá estava diretamente ligado ao comércio de escravos africanos no porto do Rio de Janeiro e suas conexões com a região do Rio da Prata.⁵³

⁴⁹ Cf. FRAGOSO, João. *A nobreza da República...*, p. 86 e 98.

⁵⁰ Cf. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973, p. 176.

⁵¹ Cf. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 162.

⁵² Cf. FIGUEIREDO, Luciano. “O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001, p. 197-254. Ver página 208.

⁵³ Sobre a importância do comércio de escravos no Rio de Janeiro e as suas conexões com a região platina em meados do século XVII ver, por exemplo, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 66-67.

Diante disso, conclui-se que Miguel Ayres Maldonado, destacado em relação aos demais capitães no relato dos cronistas e historiadores que se ocuparam do *Roteiro*, ganhou notoriedade mais pela atribuição da autoria do mesmo do que pela posição que ocupava na sociedade carioca da primeira metade do século XVII. Portanto, a maior ou menor quantidade de informações biográficas sobre cada um dos *Sete Capitães* nem sempre corresponde ao seu prestígio social, poder político ou situação econômica.

Os três capitães Gonçalo Correia, Manuel Correia e Duarte Correia Vasqueanes possuíam um traço comum que ao mesmo tempo os distinguia dos demais: eram da família de Salvador Correia de Sá e Benevides. O *Roteiro* não enfatiza o parentesco, o que suscitou dúvidas sobre o mesmo. Contudo, uma vez que os perfis dos três condizem com o que se apresenta no documento e não foram achados homônimos com traços equivalentes, pode-se admitir a atuação desses capitães na conquista e na colonização das terras da antiga capitania de São Tomé.

Nascido no Rio de Janeiro, Gonçalo Correia de Sá era filho de Salvador Correia de Sá, o velho, e de D. Vitória da Costa. Era irmão de Martim Correia de Sá e, portanto, tio de Salvador Correia de Sá e Benevides.⁵⁴ Tornou-se senhor de um engenho de açúcar em 1610.⁵⁵ Por volta de 1617, depois de servir como capitão-mor em São Vicente, aonde se casou com D. Esperança da Costa, passou a cuidar das fortificações do Rio ao lado do irmão Martim.⁵⁶ Em 1621, Gonçalo Correia substituiu-o na administração das minas de São Paulo.⁵⁷ Três anos depois, quando a Holanda se preparava para atacar o Brasil e o Rio de Janeiro parecia ser o alvo, Gonçalo ficou no governo da cidade como lugar-tenente de Martim, enquanto este restaurava a Fortaleza de Nossa Senhora da Guia (Santa Cruz).⁵⁸ Possuía com o irmão “terras e água na Tijuca”, registradas em 9 de outubro de 1594 e confirmadas em 1º de abril de 1622, e outras glebas “desde o Rio de Macaé até o de

⁵⁴ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, vol. I, p. 125.

⁵⁵ Cf. FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 1, 2000, p. 77.

⁵⁶ Cf. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17...*, p. 52. Ver também ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 366.

⁵⁷ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola...*, p. 53.

⁵⁸ Cf. COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 56.

Iguaçu”, que datam de 3 de fevereiro de 1631.⁵⁹

O lance mais importante de que Gonçalo Correia de Sá participou ocorreu quando sua filha, D. Vitória de Sá, casou-se em 1628 com D. Luís de Céspedes Xeria, governador do Paraguai. Este enlace, somado ao de Salvador Correia de Sá e Benevides com a rica viúva, D. Catarina Velasco, parente de D. Juan de Velasco, ex-governador do Paraguai e de Tucumã, proprietária de terras nesta localidade, selaram os vínculos comerciais entre o Rio de Janeiro e a região platina. Por conseguinte, os Sá tornaram-se ainda mais poderosos e influentes. Salvador Correia de Sá e Benevides conseguiu, por intermédio de Xeria, o comando das tropas que lutaram contra os índios Paiaguás e Guaicurus, enquanto o governador do Paraguai adquiriu engenhos de açúcar no Rio de Janeiro.⁶⁰

Outro membro do clã, Manuel Correia, nascido na Quinta de Pena Boa, em Portugal, por volta de 1585, era meio-irmão de Salvador Correia de Sá, o velho, por ser filho do segundo casamento de seu pai, Gonçalo Correia, com D. Maria Ramires.⁶¹ Deste consórcio nasceu também Duarte Correia Vasqueanes.⁶² Ambos, portanto, eram tios-avós de Salvador Correia de Sá e Benevides e tios de Martim Correia de Sá, que lhes concedeu a sesmaria em 1627.

Manuel Correia exerceu funções militares, tal como seus parentes. Em 1608 foi enviado a Cabo Frio pelo sobrinho Martim Correia de Sá, que terminava seu primeiro mandato de governador do Rio de Janeiro, para combater os holandeses que assolavam aquela costa, o que mostra seu conhecimento prévio da região próxima à que viria possuir mais tarde.⁶³ Senhor de engenho em Guaratiba e Irajá, obteve a riqueza e o *status* necessários para integrar os quadros da Santa Casa da Misericórdia, da qual foi provedor no ano de 1620. Deixou fama de rigoroso e empreendedor em sua gestão, por ter ampliado o

⁵⁹ ARAÚJO, José Pizarro de Sousa Azevedo e. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de sesmarias e registros do Cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 63, parte I, 1901, p. 108, 118 e 120.

⁶⁰ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes...*, p. 200.

⁶¹ Cf. RHEIGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, vol. I, p. 371.

⁶² Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI...*, p. 171. Ver também COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17...*, p. 18 e 132.

⁶³ Cf. COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 27 e 127.

patrimônio da irmandade ao receber terras deixadas em testamento por Duarte Mourão, reformado o hospital e instituído multas para os irmãos que não comparecessem aos funerais dos confrades.⁶⁴

Ao se unir em matrimônio, por volta de 1615, com Maria de Alvarenga, filha do senhor de engenho e ouvidor Tomé de Alvarenga e neta de Antonio de Mariz, camarista e proprietário do ofício de provedor da Fazenda, Manuel Correia solidificou o prestígio de seu clã, ligando-se a antiga família da nobreza da terra, e o perpetuou na administração da capitania: seu filho, Tomé Correia de Alvarenga, viria a ser governador do Rio de Janeiro (1657-1659), além de senhor de terras “entre Sapopema [sic] e Rio de Meriti” e provedor da Santa Casa (1651-1655 e 1656-1660).⁶⁵ Manuel Correia faleceu no dia 8 de janeiro de 1648, no Rio de Janeiro, dois meses antes da celebração da escritura que permitiu a seu sobrinho, Salvador Correia de Sá e Benevides, senhorear-se de vastos quinhões nos Campos dos Goytacazes. Como sinal de prestígio e posição social, Manuel Correia foi sepultado na capela-mor da igreja do Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo.⁶⁶

O capitão Duarte Correia Vasqueanes, nascido em Portugal nos idos de 1588⁶⁷, foi o terceiro membro da família a dar sua contribuição para o fortalecimento do clã mais poderoso do Rio no século XVII. Assim como o irmão, Manuel Correia, também se dedicou às funções militares, sendo levado pelas circunstâncias à faina governativa. À época em que comandava a Fortaleza de São João, por volta de 1632, assumiu interinamente o governo do Rio de Janeiro face à morte do sobrinho Martim Correia de Sá, até a posse de Rodrigo de Miranda Henriques em 9 de março do ano seguinte.⁶⁸ Nesse intervalo entre o governo interino e a chegada do novo titular do cargo, Vasqueanes não poderia ter participado da primeira expedição aos Campos dos

⁶⁴ Cf. FAZENDA, José Vieira. *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, p. 16-18.

⁶⁵ Cf. RHEIGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, vol. I, p. 371. Ver também COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17...*, p. 145-146; ARAÚJO, José Pizarro de Sousa Azevedo e. *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro...*, p. 123; Cf. FAZENDA, José Vieira. *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia...*, p. 395 e FRAGOSO, João. *A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 2000, p. 62-63 e 78.

⁶⁶ Cf. RHEIGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)...*, vol. I, p. 371.

⁶⁷ *Ibidem*, vol. I, p. 377.

⁶⁸ Cf. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17...*, p. 73-74.

Goytacazes, uma vez que esta partiu em dezembro de 1632⁶⁹, dado que reforça o fato de o *Roteiro* ser um escrito de memória.

É interessante notar que, apesar da relação parental, Duarte Correia chegou a disputar com seu sobrinho, Salvador Correia de Sá e Benevides, o governo do Rio de Janeiro por volta de 1642. Isto torna evidente, segundo João Fragoso, a existência de interesses conflitantes dentro da mesma família.⁷⁰ Ao contrário, Vivaldo Coaracy não acusou o mais leve sinal da dissensão entre tio e sobrinho ao informar que, em 1642, Vasqueanes assumiu novamente o governo interino do Rio, quando Benevides partiu para São Paulo a fim de apaziguar a capitania, sublevada contra os jesuítas. Dois anos depois, voltou provisoriamente ao cargo com a morte de Luís Barbalho Bezerra, e finalmente em 27 de março de 1645 assumiu como titular, permanecendo até 1648. Em razão da presença holandesa no Nordeste, cuidou de reaparelhar as defesas do Rio de Janeiro contra possíveis investidas.⁷¹

Duarte Correia Vasqueanes casou-se por volta de 1620 com D. Marta Borges e seguindo a trilha dos homens-bons da terra foi provedor da Santa Casa da Misericórdia (1637-1638 e 1645-1646).⁷² Da mesma forma que seus familiares e aliados, fez-se presente no centro das decisões políticas e de representação dos interesses da elite senhorial: o Senado da Câmara. Um de seus filhos, Manuel Correia Vasqueanes, era o presidente da Câmara em 1660, por ocasião da revolta contra Salvador Correia de Sá e Benevides. Duarte Correia faleceu em 1650 e assim como o irmão Manuel foi sepultado no Colégio dos Jesuítas.⁷³

Dos dois capitães que restam, Antonio Pinto Pereira e Miguel Riscado, sabe-se pouco, principalmente sobre o primeiro. Antonio Pinto talvez possuísse bens imóveis na cidade, dos quais nada foi apurado. Consta que ele e a esposa, Margarida Valdez, doaram metade das terras de Campos, recebidas em 1627, à Ordem de São Bento, conforme escritura de 29 de dezembro de 1656, devido, possivelmente, à falta de recursos para mantê-las.⁷⁴ Em relação à sua trajetória, nada

⁶⁹ Cf. LAMEGO, Alberto. A capitania de São Tomé sob o domínio dos donatários. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 197, 1947, p. 66-67.

⁷⁰ Cf. FRAGOSO, João. A nobreza da República..., p. 98-99.

⁷¹ Cf. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17...*, p. 107, 112 e 116-121.

⁷² Cf. FAZENDA, José Vieira. *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia...*, p. 394.

⁷³ Cf. RHEIGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, vol. I, p. 394.

⁷⁴ Cf. COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 122.

concreto que ilustrasse sua condição sócio-econômica ou eventuais alianças políticas foi encontrado, de modo que não se pode considerá-lo um representante da elite senhorial do Rio de Janeiro do mesmo patamar dos demais capitães.

Miguel Riscado aparece na historiografia como “figura notável na cidade”. Nasceu por volta de 1586 e se casou nos idos de 1616 com Estácia Requeixa (ou Raqueixa), sendo pai de pelo menos quatro filhas.⁷⁵ O que poderia ter-lhe granjeado boas ligações com membros da elite senhorial, a menos que não dispusesse de fortuna suficiente para a satisfação dos dotes das filhas. Era dono de imóveis no Rio e de terras em Parateí, na freguesia de Nossa Senhora do Cabo, termo de Cabo Frio. Riscado teria comprado o quinhão de João Castilho em Campos, mas após sua morte, em 1645, talvez empobrecida ou desinteressada, a família vendeu as terras a Martim Correia Vasqueanes, outro filho de Duarte Correia Vasqueanes, conforme escritura de 9 de agosto de 1658, ratificada em 20 de novembro de 1685.⁷⁶ Do pouco que se conhece de suas relações e atuação política, consta que era ligado à Câmara e inimigo dos jesuítas.⁷⁷

Os *Sete Capitães* tornaram-se figuras de relevo não apenas por sua riqueza, mas porque contribuíram com suas vidas e fazendas para defender o Rio de Janeiro de invasores estrangeiros e de índios hostis, abrindo caminho ao povoamento e a exploração do território. A sesmaria concedida em 1627, portanto, nada mais foi que uma remuneração pelos serviços que por longo tempo prestaram à Coroa portuguesa. Algumas passagens do *Roteiro* traduzem isso. De volta à cidade depois combater os Tamoios em São Vicente, os capitães narraram: “fomos cumprimentar e saudar o senhor governador e agradecer-lhe o nosso descanso, aonde nos agradeceu também, em nome de El Rei Nosso Senhor, o quanto servimos no decurso de

⁷⁵ Cf. RHEIGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 1993, vol. III, fascículo 3º, p. 122. Note-se que Rheigantz não menciona um filho homem, André da Mota Riscado, como o fez Vivaldo Coaracy, que somente indicou a existência deste rebento e de Arcângela Raqueixa. *Op. cit.*, p. 120.

⁷⁶ Cf. FAZENDA, José Vieira. O Roteiro de Maldonado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 71 (117), 1908, p. 13.

⁷⁷ Cf. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 120 e 126.

30 anos com as despesas das nossas fazendas”.⁷⁸ Fórmula deste tipo, consubstanciada na máxima “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”, cristalizou-se em outras plagas, mais precisamente em Pernambuco, à época da restauração da capitania ocupada pelos holandeses.⁷⁹

Esta noção de direitos advindos da conquista e do povoamento da terra estava implícita no “pacto” entre a nobreza da terra e a Coroa, segundo Maria Fernanda Bicalho, que se constituiu em fonte de privilégios e concessões do poder régio aos súditos que cooperavam com suas vidas e fazendas para a manutenção do Império.⁸⁰

A Capitania do Rio de Janeiro: território da administração colonial

Na história administrativa das capitanias do Sul, a capitania de São Tomé teve papel fundamental no abastecimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e na produção açucareira da região. Sua história se liga à das primeiras capitanias doadas por D. João III a capitães-donatários dispostos a empregar recursos financeiros e humanos na colonização das terras da América portuguesa. Da necessidade de “povoar-se toda esta costa do Brasil” originou-se o sistema de capitanias hereditárias, em 28 de setembro de 1532. Diante dos pedidos de vários indivíduos interessados em receber terras no além-mar, o rei mandou demarcar, entre 1532 e 1549, dez capitanias, de Pernambuco à região próxima ao Rio da Prata. Entre elas, a capitania de Paraíba do Sul ou São Tomé, doada a Pedro (ou Pero) de Góes da Silveira, em 28 de janeiro de 1536⁸¹ – “capitania [...] que se

⁷⁸ Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 56 (87), 1893, p. 347-348.

⁷⁹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 105-151.

⁸⁰ Cf. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial..., p. 75-79.

⁸¹ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. 2ª ed., Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 317-319. O alvará de doação tinha data de 10 de março de 1534 e o foral de 20 de fevereiro de 1536. Cf. LAMEGO, Alberto. A capitania de São Tomé sob o domínio dos donatários. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 197, 1947, p. 63.

chama em língua de preto Paraíba do Sul e na nossa de São Tomé”.⁸²

O nome da capitania veio do cabo existente em sua costa, batizado como de São Tomé em 21 de dezembro de 1501. Suas terras confinavam ao Norte com a capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, no sítio denominado Baixos dos Pargos; ao Sul, com a capitania de São Vicente, de Martim Afonso de Sousa, mas precisamente no Campo de Iriri; a Leste com o mar, e a Oeste, separava-se de São Pedro de Cantagalo por um conjunto de serras. Com 18 léguas de costa, possuía várzeas repletas de árvores, rios e lagoas em abundância, além de numerosas espécies de animais silvestres, aves e peixes. Nesse cenário, segundo a descrição de Augusto de Carvalho no século XIX, destacavam-se “campinas formosíssimas”, com mais de 20 léguas de extensão, “quase todas tão rasas como o próprio mar, tão verdes, enfeitadas e retalhadas da natureza, [...] conhecidas por Campos dos Goytacazes”.⁸³ Local propício à lavoura canavieira, à consequente instalação de engenhos de açúcar e à criação de gado, da qual viriam a se ocupar os *Sete Capitães*.

A história do desenvolvimento desta capitania está ligada à de muitas outras que enfrentaram uma série de dificuldades para prosperar: falta de recursos financeiros; embates entre colonos e índios; presença estrangeira na costa a fazer contrabando, e o próprio desinteresse de alguns donatários que sequer pisaram na América. Não foi o caso de Pero Góes da Silveira. O donatário iniciou a colonização das suas terras em 1539, com a construção da vila da Rainha, na margem sul [DA FOZ] do atual Rio Itabapoana, de engenhos de açúcar e da capelinha de Santa Catarina, iniciativas que homenageavam a rainha D. Catarina, esposa de D. João III. Mais tarde, segundo a historiografia, o sítio da capela acabou sendo chamado Lugar de Santa Catarina.⁸⁴

Depois de obter os primeiros resultados da produção do açúcar, Pero de Góes embarcou em 1543 para Lisboa a fim de angariar fundos para dar continuidade à empresa colonizadora de São Tomé, associando-se ao comerciante Martim Ferreira. Mas,

⁸² Cf. LAMEGO, Alberto. *Op. cit.*, p. 66.

⁸³ Cf. CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de S. Thomé*. Campos [dos Goytacazes]: Tipografia e Litografia de Carneiro, Silva & Cia, 1888, p. 47-48.

⁸⁴ Cf. LAMEGO, Alberto. *A capitania de São Tomé sob o domínio dos donatários...*, p. 64. Ver também CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de S. Thomé...*, p. 60. VER TAMBÉM LAMEGO - MENTIRAS HISTÓRICAS.

ao voltar à América, encontrou tudo destruído pelos Goitacazes. Os estabelecimentos foram reconstruídos, mas, passados três anos, novos ataques dos índios arrasaram as benfeitorias realizadas pelo donatário e levaram muitos colonos à morte. Após a repetição dos insucessos, Pero de Góes retirou-se de suas terras e seu destino é alvo de controvérsias. Teria ido para o Espírito Santo, depois para São Vicente, onde o irmão Luís de Góes havia se estabelecido e, por fim, partiu para Portugal em 1548.⁸⁵ Com isso, abriu caminho para o estabelecimento dos franceses no litoral de Cabo Frio, por volta de 1560.⁸⁶

No início do século XVII, Gil de Góes da Silveira, filho de Pero de Góes, associado a João Gomes Leitão, tentou retomar a colonização de São Tomé. Contudo, sem recursos para fazê-lo e sem condições de residir na capitania, Gil de Góes acabou renunciando à mesma em favor da Coroa, em 22 de março de 1619. Recebeu em troca, a tença vitalícia de 200 mil réis, com possibilidade de renunciar ao montante de 100 mil réis em benefício da esposa, D. Francisca de Aguilar Manique (ou Manrique) para que esta recebesse a quantia enquanto vivesse.⁸⁷ Desse fato resultou a doação, em sesmaria, de parte do território da capitania de São Tomé aos *Sete Capitães*, em agosto de 1627. Naquela época, segundo Veríssimo Serrão, “a Coroa insistia no princípio de não serem respeitadas as cartas, quando os sesmeiros não eram moradores do Rio de Janeiro e mantinham a terra ao abandono”.⁸⁸

As causas do fracasso da colonização de São Tomé, portanto, foram os constantes ataques dos índios Goytacazes, que colocavam obstáculos à prosperidade dos estabelecimentos de vilas e engenhos, bem como a falta de recursos dos donatários, fatores que levaram Pero e Gil

⁸⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 734, pasta 8. Trata-se de artigos publicados por Alberto Lamego no *Monitor Campista*, de 20 de setembro de 1939, e no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1941, ambos sobre os destinos de Pero de Góes da Silveira.

⁸⁶ Cf. LAMEGO, Alberto. A capitania de São Tomé sob o domínio dos donatários..., p. 65.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 66. Ver também COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 49. Alberto Lamego considera Gil de Góes da Silveira e João Gomes Leitão como primos (p. 65), enquanto no *Roteiro* aparecem como irmãos. Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 56 (87), 1893, p. 390.

⁸⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*..., p. 132.

de Góes da Silveira a desinteressar-se daquelas terras. Esta interpretação é aceita pela historiografia mais recente, que também reforça a atuação dos *Sete Capitães* na ocupação e desenvolvimento da região dos Campos dos Goytacazes – especialmente com a criação de gado – e a íntima ligação entre o norte fluminense e a cidade do Rio de Janeiro.⁸⁹

A propósito desta relação, cabe realçar que a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e a sua rápida inserção no circuito de comércio Atlântico ocorreram paralelamente ao abandono de São Tomé. O aumento das hostilidades indígenas, sobretudo, de Tamoios e Tupinambás, bem como a presença constante de franceses, holandeses e ingleses na costa, especialmente os primeiros, desde Cabo Frio até São Vicente (para ficar restrito ao Sul), demandaram esforços para afirmar a presença portuguesa na região.⁹⁰ De 1565 a 1567, na conjuntura da expulsão dos franceses que estabeleceram a França Antártica e da fundação da cidade, esteve à sua frente Estácio de Sá, iniciando, no Rio de Janeiro, o domínio da família Sá consolidado no século XVII.⁹¹ Não à toa seu sucessor, na qualidade de capitão-mor, foi Salvador Correia de Sá, o velho (1567-1572), substituído por Cristóvão de Barros (1572-1577), e novamente empossado em 1578, permanecendo no cargo por 20 anos.⁹²

Em meio a estas mudanças de governo ocorreu o lance mais importante em termos administrativos após a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Pela carta régia de 16 de dezembro de 1572 foram criadas duas repartições distintas: a do Norte, sediada em Salvador, entregue a Luís de Brito de Almeida, e a do Sul, com sede no Rio de Janeiro, para onde seguiu Antonio de Salema. De 1574 a 1577, o magistrado ocupou o cargo, e apesar da formação alheia à faina militar, garantiu a conquista do Rio de Janeiro, combatendo os Tamoios e Tupinambás e seus aliados franceses, auxiliado por Salvador Correia

⁸⁹ Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 88.

⁹⁰ Cf., KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. *O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1991 (Biblioteca Carioca).

⁹¹ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 199-203.

⁹² Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)...*, p. 128-129. Ver também BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973, p. 420.

de Sá, que já os havia enfrentado em seu primeiro mandato.⁹³ Corre a versão de que Salema organizou, em 1575, uma tropa composta de 400 homens brancos, entre os quais alguns senhores importantes, e 700 índios aliados para “varrer do território localizado entre Niterói e Cabo Frio os Tupinambás e franceses que encontrasse”, tendo sido mortos na investida mais de mil nativos e escravizados os sobreviventes.⁹⁴ O fim da divisão administrativa do Estado do Brasil em duas repartições, em 1577, reconduziu o exercício do governo-geral à cidade de Salvador, com a nomeação de Lourenço da Veiga. A essa altura, a questão da presença estrangeira na costa americana não havia sido plenamente resolvida.

A prática da pirataria e o enfrentamento de tribos indígenas hostis pelos primeiros colonizadores da Guanabara são temas que continuam frequentando a historiografia mais recente. Em estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, Maria Fernanda Bicalho enfatizou a presença francesa, em especial, além da inglesa e da holandesa na costa americana, entre o Espírito Santo e São Vicente. Mencionou, além da pirataria, os saques a vilas costeiras e o escambo realizado entre índios e estrangeiros.⁹⁵

O próprio *Roteiro* traz algumas passagens que ilustram o temor dos habitantes do Rio de Janeiro da chegada de possíveis invasores. Quanto aos franceses, o início da narrativa se encarrega de mencionar o estado em que se encontrava a capitania do Rio de Janeiro entre 1578 e 1582, ameaçada pelos franceses e seus aliados Tamoios e Tupinambás – uma evidência de que os esforços de Antonio de Salema não haviam solucionado completamente o problema em 1575. A situação foi descrita da seguinte forma:

[...] estava esta capitania do Rio de Janeiro em grande perturbação respeito a gentildade, tanto tamoios como tupinambás todos bem fortificados, reunidos com os franceses em círculo no Rio de Janeiro, ameaçando uma grande ruína os nossos estabelecimentos, e todos nós

⁹³ Cf. KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. *Op. cit.* - especialmente o capítulo 3.; e SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p. 136-141.

⁹⁴ Cf. CAVALCANTI, Nireu de Oliveira. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 41-42.

⁹⁵ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 33-34.

moradores em armas para sua defesa, sem nos podermos empregar nos nossos trabalhos das canas do açúcar [...].⁹⁶

Mais adiante, numa referência indireta à presença holandesa na América portuguesa, apenas a suspeita de que uma embarcação próxima da barra estivesse a serviço daqueles invasores, alarmou os moradores da cidade:

Em 1647 houve na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro um rebuliço em razão de aparecerem um dia pela manhã ao largo do mar umas embarcações. Os povos se dirigiram pelas praias a tomarem conhecimento não fossem franceses, ou holandeses, pois a estas coisas ainda reinavam alguns crimes; como vinham corridas com vento fresco, se aproximavam não muito longe da barra; nisso já se tinham dado as providências necessárias. Estavam todos com as suas vistas empregadas nas embarcações, quando mais próximas da barra foram reconhecidas as suas bandeiras serem portuguesas. Nisso sossegou o espírito público na fê de ser algum reforço mandado por El Rei.⁹⁷

Numa abordagem assentada na história econômica, Antônio Carlos Jucá enfatiza a posição estratégica do Rio de Janeiro para o domínio português do Atlântico Sul. Muito antes das invasões holandesas, na primeira metade do século XVII, para consolidar sua posição no cenário atlântico, foi necessário fazer frente aos franceses e aos nativos. No final do século XVI, eram constantes os ataques dos Goytacazes na longa extensão de território que compreendia Cabo Frio, Macaé, Campos e Espírito Santo. Mas, se por um lado alguns grupos indígenas eram inimigos dos colonizadores, por outro lado, serviram como importante reserva de mão-de-obra para a lavoura. Em suma, nas palavras de Jucá, “o controle sobre a terra e a posse inicial de uma mão-de-obra servil, eram, sem dúvida, condições essenciais para a consolidação da sociedade colonial que nascia em torno da Baía de Guanabara”.⁹⁸

⁹⁶ Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 56 (87), 1893, p. 345.

⁹⁷ Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado..., p. 388.

⁹⁸ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 57-62.

Não foram, contudo, os índios escravizados os únicos que colaboraram com a colonização das antigas terras de São Tomé. Como testemunha o *Roteiro dos Sete Capitães*, estes também foram auxiliados por um grupo de 11 degredados cujo navio em que viajavam com destino ao Rio de Janeiro, onde engrossariam as fileiras contra os franceses, naufragara ao norte da capitania. Havia perto de dois anos viviam na companhia dos índios, encontrando-se já bem familiarizados com aqueles que os acolheram.⁹⁹ Sobre esse aspecto, vale lembrar a existência de outros casos semelhantes, como o de João Ramalho, “provavelmente um naufrago [...] talvez um degredado”, estabelecido entre os Tupiniquins de São Vicente, e o de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, célebre naufrago que viveu entre os Tupinambás na Bahia.¹⁰⁰ Ainda dentro deste parêntese, cabe mencionar as conclusões de Laura de Mello e Souza acerca do degredo para a América portuguesa no século XVII, momento em que se percebe a “confluência do Estado e da Inquisição no sentido de purgar a metrópole de suas mazelas, povoando ao mesmo tempo, a colônia brasileira”.¹⁰¹

Fechado o parêntese, retome-se a discussão sobre a consolidação do Rio no cenário atlântico, no contexto da União Ibérica (1580-1640). Em estudo clássico sobre a história econômica do Rio de Janeiro, Eulália Lahmeyer Lobo enunciou as transformações ocorridas durante a união das Coroas ibéricas e o domínio holandês no Nordeste: a crise na fabricação do açúcar nas áreas ocupadas pelos invasores levou o Rio a “cobrir o déficit” da produção, fornecendo também efetivos militares e escravos; houve maior tolerância quanto às exportações de cativos para Buenos Aires e às importações de prata e couro da região platina para o Rio de Janeiro; a Câmara teve seu poder ampliado.¹⁰²

Luiz Felipe de Alencastro demonstrou com detalhes os socorros enviados das capitanias do Sul para abastecer de víveres as capitanias do Norte, como Bahia e Pernambuco. Para tanto, a Coroa ordenou que

⁹⁹ Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 56 (87), 1893, p. 358-361.

¹⁰⁰ Cf. VAINFAS, Ronaldo. “Caramuru”. In: _____. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. _____. “João Ramalho”. *Op. cit.*

¹⁰¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 91.

¹⁰² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, vol. 1, p. 20.

em São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro e no Espírito Santo fossem preparados mantimentos e cultivada mandioca para o sustento da guerra no Nordeste. Além destas provisões, por meio de uma carta régia de 1639, estavam facultados à requisição das autoridades das áreas ocupadas, carretas, navios, montarias e homens. Os requerimentos da Bahia, por exemplo, atingiram tal monta que provocaram a revolta dos moradores do Rio de Janeiro em 1648. Estes, sobrecarregados com as contribuições para socorrer Luanda, também em mãos holandesas, invadiram a Câmara e literalmente rasgaram as ordens do governador-geral.¹⁰³

Retomando as considerações de Eulália Lobo, alguns sinais da mudança de *status* da Câmara do Rio de Janeiro, em meados do século XVII, foram: a concessão à municipalidade dos mesmos privilégios dos cidadãos do Porto, em 1642; a prerrogativa, alcançada dois anos depois, de designar governadores interinos em caso de vacância inesperada do cargo e ausência de instruções sobre a sucessão, e a conquista do título de “mui leal e heróica” em 1647.¹⁰⁴

Nessa época, a cidade já havia consolidado sua posição no circuito comercial atlântico, que tinha em seus outros dois vértices Luanda e Buenos Aires. O comércio de escravos africanos para Buenos Aires, tolerado pela Espanha, como destacou Eulália Lobo, atingiu a cifra de quase 20 mil peças entre 1597 e 1645, sem contar o contrabando. Os interesses peruleiros, envolvendo diretamente os Sá, alcançou níveis bastante elevados em meados do século XVII, favorecendo o afluxo da prata castelhana ao Rio de Janeiro.¹⁰⁵

O número de engenhos de açúcar na capitania fluminense só fez crescer no decorrer do século, saltando de três, na década de 1580, para 110 em 1639 – o que justifica a recorrência à capitania para subsidiar as guerras contra os holandeses. Uma demonstração desse poderio econômico – e político – deu-se na preparação da expedição enviada em socorro de Angola, em 1648, comandada por Salvador Correia de Sá e Benevides. Por volta de 1650, a capitania do Rio de Janeiro tinha a “primazia política e, sobretudo, econômica” no Sul da América portuguesa, graças, inclusive, à produção açucareira.¹⁰⁶

¹⁰³ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 362-363.

¹⁰⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro...*, p. 21.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 20. Ver também ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes...*, p. 109-114.

¹⁰⁶ Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 65-67.

No que se refere às terras do norte fluminense, importantíssimas para a criação de gado e o abastecimento de carne da cidade do Rio de Janeiro, é possível identificar mais um lance característico do poder e da influência dos Sá na capitania. Não satisfeito com as vantagens obtidas, em termos fundiários, com a redistribuição em doze quinhões das terras doadas aos *Sete Capitães*, no ano de 1648, passados quase 30 anos, Salvador Correia de Sá pleiteou a doação da capitania de Paraíba do Sul aos seus dois filhos, Martim Correia de Sá, 1º visconde de Asseca, e João Correia de Sá. Atendido o requerimento, o primeiro recebeu 20 léguas, enquanto ao segundo, que servia na Índia e nunca tomou posse efetiva de sua sesmaria, foram reservadas 10 léguas. O compromisso, previsto na carta de doação da capitania, de 15 de setembro de 1674, era de que os donatários deveriam povoar as terras, fundar vilas, construir edifícios públicos (câmara) e religiosos. O que resultou na criação das vilas de São Salvador (dos Campos dos Goytacazes) e São João da Praia.¹⁰⁷

Curiosamente, quando se fala em Rio de Janeiro é difícil separar a cidade da capitania. Aquela foi fundada, em terras vicentinas, em 1565, no contexto da expulsão dos franceses. E como foi visto, ainda que brevemente, o ato teve grande repercussão no desenvolvimento do Centro-Sul da América portuguesa. Mas a capitania, esta nunca foi criada ou delimitada tal como as unidades distribuídas por D. João III nos idos de 1530. A sede do governo, o porto, a Câmara, sempre foram da cidade do Rio de Janeiro. De São Tomé, por exemplo, não se originou a capitania do Rio de Janeiro. Até porque, a história de São Tomé e Paraíba do Sul só se resolveu muito posteriormente, em 1753. Na época, a metrópole retomava as últimas donatarias da América portuguesa. Com isso, a então chamada capitania dos Campos dos Goytacazes, em mãos dos viscondes de Asseca havia gerações, foi incorporada aos bens da Coroa, em troca de compensações honoríficas e monetárias.¹⁰⁸ A partir daí a delimitação da capitania do Rio de Janeiro ganhou os contornos gerais que manteve até o fim dos tempos coloniais.

¹⁰⁷ Cf. LAMEGO, Alberto. A capitania de São Tomé sob o domínio dos donatários. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 197, 1947, p. 67-72.

¹⁰⁸ Cf. CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de S. Thomé*. Campos [dos Goytacazes]: Tipografia e Litografia de Carneiro, Silva & Cia, 1888, p. 120-123 e 130.

O ROTEIRO DOS SETE CAPITÃES À LUZ DA ECOHISTÓRIA

Arthur Soffiati

Um dos mais polêmicos documentos sobre a história da Capitania de São Tomé e do Rio de Janeiro é, sem dúvida, o chamado Roteiro dos Sete Capitães, datado do século XVII. O primeiro a publicá-lo foi o historiador Augusto de Carvalho, em seu livro *Apontamentos para a História da Capitania de S. Tomé*, mesmo assim parcialmente, numa parte do livro que dedicou a documentos inéditos¹⁰⁹. Nela, figura, também parcialmente, o célebre relatório de Manoel Martins do Couto Reis¹¹⁰. Carvalho esclarece que obteve “... cópia textual da certidão autenticada da pública forma do registro do mesmo ROTEIRO, feito na Secretaria da Câmara Municipal da cidade de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, no ano de 1664”, a ele oferecida pelo advogado José Joaquim Itabaiana de Oliveira¹¹¹.

Além de fonte primária das mais ricas para a historiografia da planície fluviomarina dos Goitacás, entre os Rios Macaé e Iguaçú, o Roteiro também conta com uma história muito discutida pelos historiadores da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX: trata-se da questão da posse de terras entre os herdeiros dos Sete Capitães de uma lado e Salvador Correia de Sá e Benevides, os Jesuítas e os Beneditinos de outro no que se chamou de “Escritura Endiabrada”.

A cópia dele que se usou para esta edição crítica foi obtida em São João da Barra, no cartório de Amaro Gomes da Cunha Braga, com lavra do escrivão Orlando Gomensôro Ferreira, e foi publicada com o nome de *Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com*

¹⁰⁹ CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da Capitania de S. Tomé*. Campos: Tip. e Lit. de Silva Carneiro e Comp., 1888.

¹¹⁰ COUTO REIS, Manoel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás que por Ordem do Il^{mo} e Ex^{mo} Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, etc se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que debaixo de dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: manuscrito original, 1785.

¹¹¹ CARVALHO, Augusto de. *Op. cit.*, p. 199.

a gentildade e com os piratas nesta costa¹¹². Originalmente, ele foi registrado em Cabo Frio, mas se perdeu num incêndio, ao que consta.

Renato Pereira Brandão informa que existem cópias dele no Livro de Tombo do Colégio da Companhia de Jesus com o título de “Escritura de Composição e Repartição dos Curraes dos Goitacases”; nos Livros da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes e no Livro de Tombo do Colégio de São Bento¹¹³. Algumas informações foram colhidas em *Subsídios para a História dos Campos dos Goitacases desde os Tempos Coloniais até a Proclamação da República*, de Julio Feydit, livro cuja primeira edição data de 1900¹¹⁴. Se estas versões ainda existem, estaria justificada uma futura edição do Roteiro, agora com seu texto estabelecido.

Em nota de rodapé à publicação do documento pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Macedo Soares salienta: “Em trabalho separado, com a colaboração do nosso douto colega Sr. Capistrano de Abreu, será anotado este M. S., um dos mais importantes para a história do estado do Rio de Janeiro.”¹¹⁵ Segundo Vieira Fazenda, as prometidas anotações nunca apareceram porque, em conversa com Capistrano de Abreu, ele declarou considerar o documento suspeito e pouco merecedor de confiança¹¹⁶. O próprio Vieira Fazenda tomou a si, então, a tarefa de proceder a uma rigorosa crítica interna do *Roteiro*. Baseando-se principalmente em datas e em descrição de personalidades, o bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro concluiu por sua apocrifia¹¹⁷. Affonso D’Escragnole Taunay acatou a crítica positivista dele¹¹⁸. Sopesando os argumentos de Vieira Fazenda e de Taunay, José Honório Rodrigues pondera que

... se não se tratava de documento falso, pelo menos fora de tal modo adulterado que não se poderia sustentar sua genuinidade. O intuito da forjicação

¹¹² In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

¹¹³ BRANDÃO, Pereira Brandão “O Roteiro dos Sete Capitães e a Capitania de São Tomé: confrontações documentais numa perspectiva interdisciplinar”. *Anais da Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1996.

¹¹⁴ FEYDIT, Julio. *Subsídios para a História dos Campos dos Goitacases desde os Tempos Coloniais até a Proclamação da República*. Campos: Tipografia a vapor de J. Alvarenga e Companhia, 1900.

¹¹⁵ *Descrição...* Op. cit., p. 345.

¹¹⁶ FAZENDA, José Vieira. “I- Roteiro de Maldonado (1661) II- Ilha da Carioca (1570)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* tomo LXXI, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909.

¹¹⁷ *Ibidem.*, p. 20.

¹¹⁸ TAUNAY, Affonso D’Escragnole. “A propósito do Roteiro dos sete capitães”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 8 de setembro de 1946.

(sic) fora reivindicar para os herdeiros dos sete capitães a repartição de grandes sesmarias dos Campos dos Goitacases, de que eles teriam sido os descobridores e concessionários¹¹⁹.

Acrescenta ainda, em nota de rodapé, que Charles Boxer apontou outros anacronismos no documento¹²⁰. Entre os anacronismos apontados por Boxer, estão as entrevistas de Salvador Correia de Sá e Benevides com Maldonado e seus companheiros, que teriam ocorrido em outubro e dezembro de 1647, período em que Salvador não se encontrava no Brasil¹²¹. O historiador inglês fustiga com impiedade o documento: “A narrativa de Maldonado, puramente apócrifa, é ainda tomada a sério por alguns historiadores, apesar dos flagrantes anacronismos que contem”¹²². Cumpre observar, contudo, que o próprio Boxer não abandonou de todo o documento condenado. Rodrigues ainda volta ao assunto em outro livro, concluindo novamente que “Tudo faz crer que se trata de uma relação apócrifa e forjada, tais os evidentes anacronismos nela existentes.”¹²³

Também desconfia de sua autenticidade o estudioso do Brasil quinhentista Márcio Werneck em carta a mim dirigida¹²⁴. Lendo a versão incompleta do *Roteiro*, publicada por Augusto de Carvalho, Werneck aponta pelo menos três incongruências que definiriam a inautenticidade da fonte.

Aqui não é o lugar de esmiuçar a história deste fascinante documento. Levanto sobre ele uma hipótese. Parece que um escrivão contratado pelos sesmeiros fez apontamentos referentes às três expedições que empreenderam aos seus domínios, situados entre os rios dos Bagres (atual Macaé) e Iguaçú (atual lagoa do Açú). Após a morte de Miguel Aires Maldonado, a quem se atribuiu-se a autoria do documento, um herdeiro ou vários, querendo provar os direitos dos

¹¹⁹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*, 2ª vol., 2ª edição, revista, aumentada e ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 506.

¹²¹ BOXER, Charles C. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

¹²² *Ibidem*, p. 300.

¹²³ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil, 1ª parte: Historiografia Colonial*, 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

¹²⁴ WERNECK, Márcio. *Carta a Arthur Soffiati*. Cabo Frio: 26 de setembro de 1994.

sesmeiros sobre as terras contra as pretensões de Salvador Correia de Sá e Benevides, teria aproveitado as notas para redigir um documento registrado no Cartório da Câmara de Cabo Frio, mas cuja cópia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro obteve em Cartório de São João da Barra. Márcio Werneck informou-me verbalmente que o original não figura em nenhuma instituição de Cabo Frio.

Efetuei uma verdadeira varredura nos cartórios de São João da Barra e também não o encontrei. Tal malogro, contudo, não significa que o misterioso documento nunca tenha sido registrado em algum livro cartorial de São João da Barra. Há de se levar em conta que muitos documentos dos cartórios dessa cidade se perderam. Os indícios de que a cópia dele obtida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de fato provenha de São João da Barra são fortes, pois a assinatura do tabelião que o transcreve aparece em vários outros documentos do Cartório do 2º Ofício daquele município. Se, pelas datas e pela caracterização psicológica da personalidade de Salvador Correia de Sá e Benevides, como quer Vieira Fazenda, o documento não se sustenta, pela descrição da ecofisionomia da planície fluviomarina no século XVII, ele aparenta ser bastante fidedigno aos olhos de um ecohistoriador.

O grande problema desse documento, até aqui, é que seus exegetas limitaram-se a buscar incongruências de datas e a tratar de atores humanos. Ninguém tentou submeter as informações ambientais a uma crítica rigorosa, provavelmente por desconhecimento do quadro geográfico da planície fluviomarina nos séculos XVI e XVII. Foi o que intentamos fazer nesta edição, em notas de rodapé. Poder-se-ia afirmar, sempre provisoriamente, que esta investigação a partir de um ângulo virgem pode nos levar a uma conclusão.

O documento é um diário das três viagens dos sesmeiros as suas terras, nos anos de 1632, 1633 e 1634. As anotações efetuadas por um escrivão, e não pelos autores a quem ele é atribuído, sofreu, posteriormente, alguns acréscimos e alterações que não comprometeram as informações ecológicas, já com a finalidade de assegurar para os herdeiros dos Sete Capitães as terras que eles receberam como sesmarias. Uma vez manifesto o interesse pelas férteis terras por Salvador Correia de Sá e Benevides e pelas ordens religiosas dos jesuítas e beneditinos, os descendentes dos Sete Capitães forjaram uma discussão em torno das terras acrescida ao fim do documento

que acabou ganhando o nome de “Escritura Endiabrada”. Esta parte final sempre foi o objeto de exame dos historiadores. Como ela apresenta fortes indícios de ser um apêndice falsificado, o documento foi considerado apócrifo em seu todo. Assim, jogou-se fora a criança com a água da bacia.

Para recuperar a água, necessário seria distanciar-se dos seres humanos envolvidos na querela e das datas. Concedendo à natureza a condição de sujeito de história, a bacia talvez mostre a limpidez da água antes que introduzissem a criança nela para o banho.

DESCRIÇÃO

que fez o capitão Miguel Ayres Maldonado e o capitão José¹²⁵ [*sic*] de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa.

Fazemos saber para memória dos nossos vindouros que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1578 a 1582, estava esta capitania do Rio de Janeiro em grande perturbação respeito à gentilidade, tanto os tamoios como os tupinambás, todos bem fortificados reunidos com os franceses, em círculo no Rio de Janeiro, ameaçando uma grande ruína os nossos estabelecimentos, e todos nós moradores em armas, a defender os nossos estabelecimentos, sem nos podermos empregar nos nossos trabalhos das canas do açúcar,¹²⁶ e tudo pelos selvagens, quando tivemos uma grande satisfação em o Governador ser rendido, [*sic*] muito manso, pacífico e cobarde, aonde depositou o Governo da capitania nas mãos do Senhor Antonio [de] Salema. Homem de um caráter firme e rígido, resolveu livrar o seu governo destes inimigos, ajuntou um corpo dos portugueses, e muitos indianos convertidos auxiliares, aonde nós fomos nomeados Capitães de vários troços para os atacar, sendo o nosso comandante o Senhor Cristóvão de Barros, que tanto se assinalou na expulsão dos

¹²⁵ O nome correto é João.

¹²⁶ Planta da família Poaceae (antiga Gramineae), tem origem indiana. Na capitania de São Tomé, onde os Sete Capitães ganharam sesmarias, a cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) foi introduzida por Pero de Góis da Silveira, seu primeiro donatário, mas não se desenvolveu.

franceses. Atacamos ao mesmo tempo os tamoios e os tupinambás¹²⁷ e seus aliados franceses. Estavam fortemente guarnecidos de estacadas e fizeram grandes entrincheiramentos, tudo a repelir os portugueses e nós outros; a vitória estaria duvidosa por muito tempo. Antonio [de] Salema, Governador do Rio de Janeiro, recusa-se fazer pazes e tratar com os franceses aliados dos selvagens, prometeu a vida a todos os franceses que se rendessem, exigindo deles a entrega das armas de fogo com que se armavam; os selvagens ficando sem os seus comandantes, que eram os seus guias, pela sua falta de experiência na regra e arte européia, os tamoios e os tupinambás viram-se sujeitos ao furor de seus inimigos. Nós portugueses fomos os vencedores, não pela coragem superior a nossos adversários, porém, pela vantagem das armas de fogo e a disciplina que nos asseguravam sobre homens nus, que não podiam opor-nos mais que uma intrepidez; fizemos neles uma grande mortandade, ficando abandonadas as suas povoações. Os tamoios ficaram de todo aniquilados e o resto dos tupinambás abandonaram [sic] as costas do Rio de Janeiro; largando fogo às suas habitações, tomaram as montanhas vizinhas e seguiram para o Norte.

Este acontecimento extraordinário tinha deixado a capitania do Rio de Janeiro, sem que nós tivéssemos para o futuro que recear alguma liga das povoações selvagens com os corsários franceses. Cuidou logo o Governador Antonio [de] Salema na prosperidade da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em aumento da capitania, quando nos coube por sorte sermos recolhidos aos nossos estabelecimentos a cuidarmos no aumento das nossas pousadas, tão somente três anos, quando chegou uma notícia que a capitania de São Vicente estava atacada pelos selvagens, saídos do sertão, aonde se pedia socorro ao Governador do Rio de Janeiro. No melhor que estávamos cuidando nos nossos trabalhos, recebemos ordem pelo governador a três de novembro, para embarcarmos para São Vicente, isto com a maior presteza. A 12 do dito mês saímos pela barra fora com o dito socorro; a 18 chegamos a São Vicente, no dia seguinte desembarcamos; achamos já São Vicente restaurada. A força dos selvagens estava nas cordilheiras da parte do Oeste de Piratininga: tivemos ordem de seguirmos a defendermos esta colônia, pois já estava muito aumentada. Com a

¹²⁷ Freire & Malheiros (1977) consideram tupinambá e tamoio como um só grupo, do tronco lingüístico tupi, habitando a área de Cabo Frio até Angra dos Reis.

chegada de nossa força os selvagens tomaram o interior dos sertões para o Norte; estivemos em Piratininga cinco meses sem novidade alguma; a 25 de agosto recebemos ordem para marcharmos para São Vicente, aonde chegamos no dia 30. Estava a povoação muito pacífica: os colonos desfrutando do seu trabalho, sem medo algum, quando pelas 11 horas do dia 13 de setembro, somos atacados por cento e tantas pirogas de gentios da raça dos tamoios. Tudo pegou em armas e saímos ao encontro, porém sem resultado algum nos primeiros encontros, até que, chegando de Santo Amaro um reforço, que se reuniu conosco, tivemos a vitória do nosso lado, aonde fizemos neles grande mortandade; o resto embarcando-se, tomaram [*sic*] para o Sul. Aí estivemos oito meses sem alguma novidade, aonde requeremos ao Governador o sermos recolhidos às nossas pousadas, pois estávamos com 28 anos e sete meses de uma vida guerreira, nossas idades avançadas e os nossos estabelecimentos atrasados: a sete de junho recebemos uma ordem para sermos recolhidos às nossas pousadas, aonde chegamos no dia 17. Fomos cumprimentar e saudar o Senhor governador e agradecer-lhe o nosso descanso, aonde nos agradeceu também, em nome de El Rei Nosso Senhor, o quanto servimos no decurso de 30 anos com as despesas das nossas fazendas, oferecendo-se juntamente para tudo quanto ele prestasse.

Aqui deu fim os grandes trabalhos que tivemos e o risco das nossas vidas guerreiras, recolhemo-nos às nossas pousadas e na laboriosa vida. Tínhamos os nossos engenhos de fabricar açúcar, no terreno desta capitania do Rio de Janeiro, nesta parte da baía em o caminho que vai a Cabo Frio; achamos as nossas casas atrasadas, nossos engenhos sem fabricar as canas do açúcar, tudo paralisado por falta de gado vacum para o trabalho da moagem próxima; não fizemos interesse por esta mesma razão; compramos pelas nossas vizinhanças alguns touros novos para podermos aproveitar algumas canas, pois não havia de onde viesse gados, tivemos por noticia que se tinha abandonado uma donataria por dois donatários, João Gomes Leitão e Gil de Góes da Silveira, aonde constava haver no interior grandes campinas; e como o Senhor Governador Martim de Sá tivesse recebido de El Rei uma ordem régia, para todas as donatarias que ficassem abandonadas concedê-las por sesmaria, e segundo a nossa necessidade

de gados,¹²⁸ fizemos uma petição, pedindo por sesmaria, segundo o que nos informaram, desde o Rio de Macaé,¹²⁹ correndo a costa, até o Rio que chamam Iguaçú¹³⁰ ao Norte do cabo de São Tomé,¹³¹ e para o sertão até o cume das serras, a qual nos foi concedida a 20 de agosto de 1627 em recompensa dos nossos serviços guerreiros, segundo a nossa petição rezava, no decurso de tantos anos que servimos ao Estado; requeremos a nossa posse judicial com toda a segurança, aonde tudo nos foi concedido.¹³²

Tínhamos grande desejo de irmos ver esta nossa nova propriedade, porém corria uma noticia muito desastrosa dos gentios Goytacazes,¹³³ e assim ficamos indecisos algum tempo; aonde então tivemos a noticia que os selvagens Goytacazes mais ferozes costeavam pelo Norte do Rio Paraíba até às cordilheiras das minas do ouro, e que estes é que fizeram oposição aos dois donatários quando queriam dar começo à sua donataria ao Norte do Rio Paraíba, e os da parte do

¹²⁸ A fabricação de açúcar no entorno da baía do Rio de Janeiro (da Guanabara) ocupava terras, não permitindo a criação extensiva de gado. No Nordeste do Brasil, o governo real proibiu a criação de gado em larga escala em terras litorâneas, reservando-as à cana. O gado foi empurrado para o interior. Na capitania do Rio de Janeiro, a parte norte foi ocupada, no início da colonização européia contínua, com a criação de gado para servir às necessidades da cultura da cana.

¹²⁹ Desde o século XVI, a foz do rio e suas adjacências são conhecidas por nomes semelhantes a Macaé. Ele era chamado rio dos Bagres.

¹³⁰ Significa água (i) grande (açu, guaçu ou uaçu), isto é, rio Grande. A considerar o *Roteiro*, nota-se que alguns acidentes geográficos já estavam batizados com termos tupis, e não com étimos da língua falada pelos goitacás. Esta palavra mesma é de origem tupi.

¹³¹ Conta uma lenda que os portugueses encontraram entre os índios um personagem de nome Sumé e entenderam referir-se a Tomé, que, por ter duvidado da ressurreição de Jesus, recebeu como castigo, após a morte, vir à América pregar o cristianismo aos indígenas. Como estes se recusaram a se converter, São Tomé batia com furor e tamanha força os pés e seu cajado nas pedras, que elas ficavam marcadas. Daí a localidade de São Tomé das Letras, com sinais feitos pela própria natureza, insculpidos nas pedras. A lenda conta que, descontente com seu fracasso de missionário, São Tomé foi visto pela última vez no cabo que leva seu nome, caminhando sobre as águas em direção ao infinito. (Holanda, 1992). Na verdade, o cabo tem este nome por ter sido atingido por portugueses no dia de São Tomé, em 21 de dezembro de 1501.

¹³² Brandão (1996) informa que a Companhia de Jesus havia requerido sesmarias na antiga capitania de São Tomé, em 1591.

¹³³ Os goitacás receberam vários nomes. Léry (1961) chama-os uetacá; Knivet (1878) registra waytacasses; no *Roteiro*, originalmente, grafa-se eutacazes. Em tupi, a palavra tem várias acepções. As mais conhecidas são corredor, nadador ou caranguejo grande comedor de gente.

Sul era uma horda da mesma raça, porém muito mais pacíficos;¹³⁴ e que nas ditas campinas haviam duas aldeias destes, uma não muito distante de Macaé, e a outra na ponta do cabo de São Tomé.

Com estas notícias ficamos mais satisfeitos e animados, apesar que já tínhamos lidado muito com gente de semelhante natureza. Determinamos a seguir a vermos a nossa nova propriedade, quando nos coubesse no possível, pois tanto a necessitávamos para criação do nosso gado.

Quando nos coube no possível fazer a dita jornada, ajuntamo-nos todos seis e fomos ter com nossos companheiros ao Senhor Miguel Riscado, que então fabricava seu estabelecimento para engenho em o distrito de Araruama, termo de Cabo Frio; concertamos com ele esta jornada.

No dia apazado, seguimos para Araruama, aonde chegamos no dia 25 de novembro de 1632.¹³⁵ No dia 28, seguimos para Cabo Frio; aí fretamos uma sumaca por nome “Senhora da Glória”,¹³⁶ metemos nossas comedorias e nossas armas, pois íamos dispostos ao que pudesse acontecer.

Éramos 17 pessoas com alguns filhos e agregados.

No dia dois de dezembro, saímos de Cabo Frio, seguimos a nossa derrota; no mesmo dia pelas nove horas, passamos à altura do Rio de São João;¹³⁷ no dia 11 chegamos a Macaé¹³⁸ pelas oito horas da manhã; aqui desembarcamos e fomos tomar conhecimento desta

¹³⁴ Costa (1959) e Niemuendaju(1987) classificam os goitacás, guarus, puris, saruçus e coropós como integrantes do grupo lingüístico jê, sem nenhum parentesco com o tupi. Freire e Malheiros (*op.cit.*) explicam que Aryon Rodrigues reuniu esses povos no tronco lingüístico macro-jê, divididos em 23 línguas. Os autores, citando estudiosos, apontam como integrantes do tronco macro-jê, a família dos botocudos, falando 38 dialetos, no Espírito Santo e Minas Gerais. No Rio de Janeiro, citam o grupo botocudo, aimoré ou batachoa, nos vales dos rios Itabapoana e Macacu. Por fim, a família maxakali, com 27 línguas, das quais, no Rio de Janeiro, existe apenas referência à língua maxakali ou mashakali, no vale do rio Carangola. Cabe notar que, no norte-noroeste fluminense, usa-se a palavra maxacá para designar roceiro, capiau, ignorante, muito provavelmente derivada da palavra maxakali. Das línguas puris, no Rio de Janeiro, restou apenas um glossário registrado por Torrezão, 1889.

¹³⁵ A chegada da caravana a Araruama ocorreu em 23 de novembro de 1632, início do período de chuvas na região. O *Roteiro* não menciona chuva na primeira viagem dos Sete Capitães as suas sesmarias.

¹³⁶ Na transcrição feita por Augusto de Carvalho consta que a sumaca chamava-se “Senhora da Guia” (nota da transcrição).

¹³⁷ O rio São João é o centro da maior bacia hídrica inteiramente situada nos limites da capitania, província e estado do Rio de Janeiro. Conta com 120 km de comprimento. A bacia tem superfície de 2.160 km² e perímetro de 266 km (Rocha, 1958).

¹³⁸ Pelo *Roteiro*, Macaé existia antes das vilas de São Salvador dos Campos dos Goytacazes e de São João da Praia, encontrado por eles como um povoado de mamelucos pescadores ligado a Cabo Frio.

povoação. Com efeito não achamos gente de maior consideração, de choupanas cobertas de palha se compunha o seu arraial; seus habitadores eram mamelucos, porém muito costeados e agradáveis. Esta gente se ocupava da pesca, aonde achamos muitos bagres,¹³⁹ que deles fizemos mantimento de refresco. Andamos mais para o interior e descobrimos uns moradores, estas moradas com alguma consideração. Voltamos e chegamos à margem do rio onde era a dita aldeia, indagamos quem eram aqueles moradores e nos disseram que eram gente da nossa massa e um deles que fazia vezes de governo,¹⁴⁰ autorizado por Cabo Frio, não tardou muito, nos apareceu [*sic*] três dos ditos moradores acompanhados de um mameluco que foi avisar a dita autoridade segundo a ordem que eles tinham da sua autoridade, este entrou na sua indagação de nós, quem éramos e nosso destino. Como se apresentasse como uma autoridade do país em que pisávamos, lhe fizemos saber quem éramos e o nosso destino, depois disto tudo passado, e entrou no conhecimento verdadeiro de quem éramos, se mostrou muito bonacho [*sic*] e se ofereceu para tudo quanto ele prestasse. Nisto, nos informou muito bem a respeito dos selvagens, que havia uma pequena aldeia deles em um lugar beira-campo, ao pé de um pontal¹⁴¹ da Lagoa Grande, segundo diziam os mamelucos, e que eram pacíficos e que alguns vinham a Macaé e tinham relações; e na ponta do cabo de São Tomé havia outra aldeia, porém com

¹³⁹ O primeiro nome dado pelos portugueses ao rio Macaé foi rio dos Bagres.

¹⁴⁰ Augusto de Carvalho inseriu no texto, entre parênteses, a seguinte informação: “chamava-se Domingos Leal” (nota da transcrição).

¹⁴¹ Cabo ao sul da lagoa Feia, formando uma grande enseada denominada saco da Farinha Seca ou enseada do Tatu. Podemos supor que ele já era conhecido pelos moradores do povoado de Macaé, que forneceram informações valiosas aos sesmeiros. Couto Reis (1785) explicou a origem dos nomes desta enseada: “Assim se ficou chamando este lugar; porque os seus primeiros descobridores quando ali chegaram, não levavam mais provimento que uma pouca de farinha, talvez esperançados em encontrar alguma caça: erraram no projeto, contentaram-se com farinha sem mais adjunto. Deste acontecimento passaram a ter outro no dia seguinte; porque matando eles um tatu, o comeram sem farinha por se ter acabado, ficou também o lugar memorável denominando-se do Tatu”. Pela descrição dos Capitães, o padrão de assentamento dos goitacás era terrestre, como o da maioria dos povos nativos da América, contrariando, assim, informação do padre Simão de Vasconcelos, para quem os goitacás construíam pequenas casas sobre um tronco de árvore fincado dentro de lagoas, informação que Alberto Ribeiro Lamego tomou como correta. A arqueologia confirmou os dados contidos no *Roteiro*.

maior grandeza;¹⁴² enquanto à sua ferocidade estavam pouco mais ou menos; destes até constava que havia brancos residindo entre eles, de uma embarcação que naufragou.¹⁴³ Com estas informações ficamos muito satisfeitos e animados, agradecemos ao administrador, e recolhemo-nos à nossa sumaca e aí pernoitamos.

No dia seguinte que eram [*sic*] 12, fizemo-nos de vela costeando a costa para o cabo de São Tomé para descobrir a barra do Rio Iguaçu, que fica ao Norte do cabo de São Tomé. O vento estava regular, que era sueste,¹⁴⁴ depois que a sumaca seguiu algum tanto para o Norte, deitamos a lancha fora para mais se aproximar a terra, a descobrir a dita barra do Iguaçu, e deitamos na lancha dez pedras para nos servir, nas nossas divisões, de marcos;¹⁴⁵ embarcaram oito homens e o nosso intérprete ou língua que nos deu o administrador de Macaé por saber o idioma destes gentios pelas relações que tinham com os outros,¹⁴⁶ pois era a mesma nação, foram aproximando-se à terra seguindo para o Norte acompanhados da nossa embarcação. Pelas três horas da tarde se descobriu a terra do Iguaçu, aí deitaram as pedras segundo a nossa ordem. Tínhamos vontade de aqui fazer o nosso desembarque, porém virando o vento para o sul, depois para Oeste, que ficou muito duro e ponteiro, que nos fez correr ao largo, fizemos reconhecer a lancha para se recolher a bordo, bordejamos o quanto pudemos ate a lancha chegar com a falta do intérprete que não pode a lancha mais suster

¹⁴² Pela descrição do *Roteiro*, é de se julgar que existia uma aldeia goitacá considerável no cabo de São Tomé. A presença de europeus naufragos entre eles é narrada com muita verossimilhança. Tudo indica uma relação intermitente entre o povoado da Macaé e as aldeias de nativos na ponta de Capivari e no cabo de São Tomé, notadamente pela presença de europeus, que poderiam melhor promover uma comunicação lingüística entre nativos e exóticos.

¹⁴³ No chamado período pré-colonial, era comum a presença de naufragos e degredados entre os povos nativos da América, dispostos a acolhê-los pacificamente e a adotá-los como seus, ainda mais em áreas remotas, como os Campos dos Goitacás.

¹⁴⁴ Na planície fluviomarina, os ventos são tão importantes que ganharam uma dimensão cultural. São famosos os ventos nordeste, a trazer tempo seco e quente, e o vento sul, indicando queda de temperatura e chuvas. Existe, na região, o ditado “mais velho que vento sul”. A melhor e mais poética descrição do vento da região encontra-se em *O menino e o palacete*, livro de memórias de Thiers Martins Moreira. Eles aparecem também, muito frequentemente, nos dois romances de José Cândido de Carvalho, *Olha para o céu*, *Frederico* e *O coronel e o lobisomem*. Mesmo assim, a importância cultural dos ventos, no norte-fluminense, está a merecer estudo mais detalhado.

¹⁴⁵ Várias pedras para marcar limites de propriedade foram encontradas na região em apreço. Elas mereciam grande respeito, mas não conferiam precisão aos chamados “rumos” divisórios.

¹⁴⁶ Pelas andanças dos sete fidalgos nas suas lutas na capitania de São Vicente, era de se esperar que conhecessem razoavelmente bem o tupi. No entanto, entre os goitacás, necessitam de um intérprete.

com o vento.¹⁴⁷ A pena que tivemos foi mortal, apesar dele gritar para a lancha que nos fizesse saber que dele não houvesse cuidado que ele se entenderia com os selvagens e que ele nos esperava. Recolhida a lancha, fomos bordejando para Macaé, tomamos as ilhas e entre elas demos grande fundo¹⁴⁸ até o dia 16 que virou o vento a sudoeste e depois a sul, que suspendemos ferro e fizemo-nos de vela para Macaé; pelas duas horas da tarde entramos em Macaé.

Todos os Macaenses da povoação tiveram uma alegria considerável da nossa chegada e foram logo dar parte ao Administrador. Nós saltamos para terra; não muito arredado da margem do rio encontramos com o Administrador, e travamos com ele conversa, aonde lhe demos parte do sucedido e da falta do intérprete, e o cuidado em que estávamos, porém ele nos informou que tal cuidado não houvesse, pois que era muito prático no idioma dos selvagens, e nos informou que o melhor agora era seguir por terra; que nos dava mais gente desses mamelucos, que seguíssemos a aldeia que estava a beira-campo, na Ilha do Pontal, na Lagoa Grande, por ter relações com os mamelucos, e lhe ordenou a um destes, também muito prático, para daí seduzir a eles para todos juntos seguir à aldeia do cabo de São Tomé, pois era o nosso destino.

No dia seguinte refizemo-nos do necessário e passamos uma porção de aguardente em vasilhas de cabaças, pois não haviam de outra qualidade, tudo às costas destas gentes; levamos várias qualidades de miçangas compradas no Rio de Janeiro para com isto mais os acarinhar.¹⁴⁹ Outro tanto faziam os padres da Companhia, para por este meio melhor os catequizar.

No dia 19, seguimos a nossa derrota, levamos na nossa companhia dois afilhados índios, batizados em Santo Amaro na capitania de São Vicente, Miguel e Valério da Cursunga, apelido do

¹⁴⁷ Como já vimos, o vento sul anuncia frio e chuva, afastando a embarcação da costa. Neste ponto, a curva acentuada do cabo se São Tomé cria um ambiente de alta energia oceânica, a sul, e pouco mais ameno depois da curvatura, a leste (Muehe & Valentini, 1998). Não sem razão, incontáveis foram os naufrágios neste ponto, que, além de ventos e mar forte, ainda tem um baixio arenoso extremamente traiçoeiro. Daí a necessidade de se construir um farol, que acabou dando nome à localidade: Farol de São Tomé.

¹⁴⁸ Provavelmente, o arquipélago de Santana, procurado desde início do século XVI por navegadores europeus por contar a sua ilha maior com água potável e ficar distante do continente, julgado perigoso por seus habitantes nativos.

¹⁴⁹ O documento confirma o uso de aguardente e miçangas como produtos que favoreciam a aproximação dos europeus aos povos nativos.

lugar da aldeia que eles nunca quiseram, e como nunca nos largaram, os quais nos serviram de muito.

Todos nós levamos armas de fogo, à exceção dos que levam cargas às costas; estes levavam espadas e outras lanças; não podiam bem caminhar em razão dos areais¹⁵⁰. Pernoitamos ao pé de uma mata, não muito longe do mar; neste lugar armamos as nossas barracas para passarmos.

Amanheceu o dia 20, seguimos a nossa jornada até às cinco horas da tarde; neste lugar passamos a noite encostados a uma mata ao longo de um lago de água.

Amanheceu o dia 21, caminhamos por algumas pequenas charnecas com areais, em partes lugares alagadiços; seriam quatro horas da tarde, saímos das charnecas e descobrimos campinas;¹⁵¹ caminhamos até às cinco horas da tarde e aí à margem de um chavascal, armamos as nossas barracas e passamos a noite, estando não muito longe da aldeia da dita ilha, segundo dizia o prático. Ao romper da alva, fomos reconhecidos pelos selvagens; porém estes conhecendo o prático e seus camaradas, não houve novidade alguma, tudo ficou sereno, o prático lhes falou pelo seu idioma, lhes fazendo ver o nosso destino, e ao que vínhamos; nisto fomos os acarinhando com várias miçangas, e ficaram camaradas e muito satisfeitos. Aqui disse o Senhor Castilho: – “o começo não vai fora de ordem, e se sempre assim suceder, seremos felizes”. O Maioral¹⁵² embaixo do seu belo modo, nos ofereceu a sua pousada, isto depois de bem instruído do nosso prático; juntamente

¹⁵⁰ O autor destas notas refez, a pé, o *Roteiro* e encontrou as mesmas dificuldades que os Capitães e sua comitiva. Marchar na praia é desgastante porque a declividade faz com que uma perna – a mais próxima do mar – desenvolva esforço maior que a outra, afetando a junção do fêmur com a bacia. Caminhar sobre o cômodo da praia, ponto mais alto dela, tem a vantagem do terreno plano, mas a desvantagem do substrato fofo para os pés, que afundam e cansam o caminhante e até mesmo o animal de montaria. Além do mais, a areia retarda a marcha. O melhor ponto fica, de fato, atrás do cômodo, em substrato argiloso plano e consolidado, posto a grande quantidade de água, dependendo da estação do ano.

¹⁵¹ Desde a partida de Macaé, a descrição mostra claramente que o grupo marcha na proximidade de terreno arenoso, passando por lagoas e buscando bordas de matas para pernoitar. De Macaé até as proximidades do lugar hoje chamado Barra do Furado, estende-se uma longa restinga em forma de meia-lua discreta. Uma ponta situa-se em Macaé; a outra, em Barra do Furado. Trata-se da restinga hoje protegida pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Ao chegarem a uma campina, a excursão entra na planície aluvial, com terrenos argilosos e compactos.

¹⁵² Nome que os portugueses davam ao que consideravam chefe de um grupo nativo. Entre os ameríndios não existe uma autoridade pessoal, centralizada e reconhecida por todos. Esta noção foi transferida pelos europeus de seus reis absolutistas para os povos de outros continentes.

nos ofereceu peixe para comermos, que mandaria pescar, porém nós repugnando as suas ofertas, não fossem isto alguma tratada de sua indústria, alcançando ele a nossa repugnância falou pelo seu idioma ao prático que não tivéssemos nenhum receio deles, assegurando toda a fidelidade, e o prático nos assegurando a pacificação, que podíamos ir juntamente para tomarmos conhecimento destes lugares, consultamos em os acompanhar. Nisto disse o Senhor Maldonado:- “Esta gente é muito afetuosa à aguardente; por consequência fazemo-lhe o presente dela para mais os acarinhar”. - “Pois tratemos disso”, disse o Senhor Gonçalo. Nisto o Senhor Castilho fazendo-se despenseiro, agarrou numa cabaça e os foi cumprimentando a todos; nisto todos bateram palmas muito alegres, em modos de agradecimentos. Juntamente demos ao Maioral um espelho pequenino, aonde ele vendo a sua imagem, ficou muito admirado e alegre; enfim consultamos em os acompanhar, caminhamos juntos com eles, eles na frente como práticos. No romper a nossa marcha, ordenou o Maioral a dois para irem com toda a brevidade adiante se ajuntar com os outros para a dita pesca: todos se mostravam muito satisfeitos. Seguindo a dita campina obra de meia légua, descobrimos uma regueira d’água, comprida e larga da parte do sudoeste¹⁵³; caminhamos mais algum tanto de distância, descobrimos a aldeia: fomo-nos aproximando; quando já estávamos perto, puseram-se em uma alaridade [*sic*]: o Maioral lhes grita, tudo se calou. Eles aí vêm saltando e nos receberam. Reconhecemos os nossos relógios, estava a chegar o meio-dia. Saudamos a eles e eles a nós pelo seu belo modo; nisto nos afastamos da aldeia, uma distância de algumas 200 braças, ou para mais, para termos campo para a batalha, quando o caso assim fosse necessário.¹⁵⁴ Aí fizemos o nosso abarracamento, para nos abarracarmos, o vento era sudoeste, estava duro, o sol encoberto, que muito nos favoreceu na jornada. Nisto poderiam ter se passado duas ou três horas, quando vimos vir uma pequena porção de selvagens; nada receamos por serem poucos: era o Maioral e os pescadores, que nos conduzia [*sic*] o peixe prometido. Ficamos pasmos de ver semelhantes grandezas de peixes em terra, dentro em um dia

¹⁵³ Este curso d’água não pode ser definido com precisão, tamanha a profusão deles ao sul de lagoa Feia.

¹⁵⁴ A desconfiança dos Sete Capitães e de sua comitiva com relação aos índios permanece. Mais tarde, a confiança predominará.

nublado, frio e de um vento fulminoso [sic].¹⁵⁵ Agradecemos muito o presente, pois era estimável em tal lugar; nos pediram aguardente a qual lhes demos; o Maioral nos pediu seis espelhos para os pescadores, o satisfizemos, e com isto se despediram. Mandamos preparar os peixes, pois eram de cobiçar em tal lugar por estar fresco, para nos refazermos de barriga, pois já ia havendo alguma necessidade. Depois que jantamos, mandamos chamar o Maioral, pois tínhamos consultado indagar dele o grande mar da sua pesca. Chegado ele com mais alguns, pediram mais aguardente; assentamos que nos acabavam [sic] este alimento, pois era tão necessário; enfim os satisfizemos e seguimos a ver com eles o grande mar d'água doce, como eles lhe chamavam pelo seu idioma; lhes perguntamos se ficava perto, e nos disseram que sim. Poderíamos ter caminhado coisa de meia hora, quando já perto descobrimos o dito mar. Era um grandíssimo lago ou lagoa d'água doce, a qual estava tão agitada com o vento sudoeste, tão crespas suas águas e tão turvas que metiam horror: aonde lhe demos o apelido de Lagoa Feia. Neste mesmo lugar vimos as suas embarcações de pesca; três traves de paus aguçados nas cabeças para cortar as águas e atados com umas travessas nas mesmas cabeças, era formada a dita embarcação; à forma de jangada, porém muito bem organizada.¹⁵⁶ Depois que observamos tudo isto coisa de meia hora, voltamos ao nosso abarracamento, vimos os nossos relógios, eram seis horas da tarde: determinamos seguir de manhã cedo, que se contavam 23, que nosso destino era sairmos cedo, para se entender com o Maioral para nos dar alguma companhia para o cabo de São Tomé, pois eram da mesma espécie e comunicavam-se

¹⁵⁵ Por este trecho, parece impossível que o documento seja apócrifo no seu todo. A planície fluviomarina era exuberante em termos de fauna, como mostrarão os visitantes brasileiros e estrangeiros mais tarde.

¹⁵⁶ Este tem sido considerado o momento culminante do *Roteiro*. Na aldeia goitacá assentada no cabo de Capivari ou na ilha dos Pássaros, os Capitães e sua comitiva partiram para a grande lagoa, bem perto dali, um verdadeiro mar interior de água doce, maior do que os mares da Galiléia e Morto. Chegando às suas margens, ficaram pasmos com tamanha dimensão de água. Conhecendo-a num dia tormentoso, os europeus se impressionaram com a fúria das águas e nomearam a lagoa de Feia, Não por seu aspecto estético, mas pelas condições meteorológicas. Lamego (1934) exclama que e “A Feia é linda” O autor destas notas a atravessou de canoa com o velho pescador, já falecido, Manoel Rocha, em 1978, de Campos a Macaé, pois Quissamã ainda não existia como município. Em determinado momento, uma tempestade encrespou as águas da lagoa. Ela já não tinha as dimensões e outrora. Na sua experiência, o pescador pediu para cobrirmos o corpo com uma lona e esperar pelo fim da tormenta em vinte minutos. Dito e feito: vinte minutos depois, as águas encapeladas e ameaçadoras amainaram.

segundo dizia o intérprete. O Maioral nos prometeu que sim e que ele mesmo iria conosco.

Amanheceu o dia 23, nos preparamos para seguirmos. No romper da nossa marcha é que tomamos o conhecimento da sua quantidade, pois saíram à despedida pelo seu belo modo. Não excediam a mais de 52 entre homens e mulheres; ficamos perplexos, quando fazíamos ser maior quantidade, e seguimos nossa derrota junto com o Maioral, e mais uns 16 deles. Nisto indagamos do Maioral se na ponta do cabo de São Tomé, como eles lhe chamavam, havia grande quantidade de índios e sua ferocidade, nos informou que eram pacíficos, pois que eram de seu caráter e que todos juntos não excediam a mais de 160, isto segundo a conta que nos deu, e que ele Maioral se apartou daquela aldeia e mais alguns seus amigos por certa diferença com seu Maioral que foi, e que vieram se aldear naquele lugar, e que não houvesse que recear, pois que havia gente nossa entre eles, duma embarcação que naufragou, assentamos ser verdadeira a notícia que nos deu o Administrador de Macaé da embarcação naufragada.¹⁵⁷ Com esta notícia ficamos muito satisfeitos, por irmos a salvamento, pois não desejávamos senão paz e concórdia¹⁵⁸. Fomos caminhando com o vento sudoeste e o sol encoberto que nos favorecia, nos aproximamos à marinha, reconhecemos os nossos relógios, estava a chegar meio-dia, arriamos as nossas conduções para a nossa gente descansar aí sobre a erva da campina; e nisto estendíamos as nossas vistas pela campina, para a parte que tínhamos vindo, que era uma grande distância juntamente para aquelas serras, onde considerávamos ser o pedido

¹⁵⁷ A explicação fornecida pelo maioral corrobora as informações obtidas no povoado de Macaé. A confiar nos informantes, havia, na aldeia indígena do cabo de São Tomé, naufragos portugueses acolhidos pelos índios.

¹⁵⁸ Acostumados a mover guerra contra gentios (de dentro) e estrangeiros (de fora), os Sete Capitães, agora, entram na fase de assentamento para ganhos econômicos. A guerra não é desejável.

da nossa sesmaria:¹⁵⁹ enfim já tínhamos descansado e comido alguma coisa, o sol já quebrava, eram perto de três horas, seguimos sempre beirando a campina e a marinha. Depois de termos caminhado boa distância, já o sol aparecia baixo, porém encoberto, assentamos daí fazer o nosso abarracamento, por termos aí água perto.

Depois de armadas as barracas, ficando o nosso cozinheiro tratando da comida, saímos ao largo da campina a ver tamanha grandeza. Os nossos corações se abrasavam de alegria por ver que tínhamos alcançado tão rica prosperidade para as nossas criações de cavalar e vacum, que tanto carecíamos para o fim dos nossos engenhos; as nossas vistas não alcançavam o fim das campinas continuadas.¹⁶⁰ Com isto nos recolhemo-nos [*sic*] ao nosso abarracamento muito satisfeitos: eram nove horas quando comíamos alguma coisa; as noites eram de luar, porém encoberto; fomos descansar. – “Nós para São Vicente não fomos tão satisfeitos”, disse o Senhor Castilho da sua cama. – “Não, não, disse o Senhor Maldonado, pois para lá fomos constrangidos”. Com estas e outras coisas fomos sossegando, quando já ao romper da alva, sentimos um grande rebuliço. “Ponhamo-nos de pé, pois temos novidade”, disse o Senhor Castilho. Tudo pegou em armas: fomos tomar fé do rebuliço; era o nosso intérprete que ficou no Rio Iguaçu, que vinha mais cinco índios do cabo de São Tomé após de nós, por homens da lancha lhe advertir que a sumaca arribara

¹⁵⁹ Não resta dúvida de que a planície fluvio-marinha obtida como sesmarias pelos Capitães é plana e, em certos pontos, mais baixa que o nível do mar. Este não a invade por existir uma barreira a protegê-la que os cientistas denominam crista praial. A questão polêmica é o tipo de vegetação nativa que a revestia. O competente brasilianista Warren Dean (1996) sustentou que se estendia nela uma vasta floresta – a Mata Atlântica adaptada à planície – que foi suprimida por seus habitantes nativos mediante queimadas contínuas. A tese mais recente é que nunca houve cobertura florestal contínua na planície aluvial por conta da excessiva umidade. Apenas em alguns pontos mais elevados desenvolvia-se vegetação arbórea, atualmente conhecida pelo nome de Mata Ombrófila Densa Aluvial. Alguns palinólogos, pelo estudo de pólen, entendem que ela é natural (cf. Soffiati, 2006). No mais, o *Roteiro* representa o melhor testemunho da ecofisionomia da região: lagoas, campos nativos de planície, bosques aluviais e vegetação de restinga. Por este aspecto, ele é autêntico e fidedigno. Foram estas campinas que deslumbraram os colonos, não por sua beleza, mas pela perspectiva que ofereciam de ganhos monetários fáceis com a criação de gado sem a necessidade de gastar dinheiro com a implantação de pastos. Estes campos são classificados por Veloso, Rangel Filho & Lima (1991) como vegetação pioneira de influência fluvial. Pioneira porque medra no terreno abrindo caminho para outras. De influência fluvial porque esta vegetação se desenvolve em áreas planas e baixas, onde as inundações fluviais tornam-se fator limitante para o crescimento de árvores, salvo algumas espécies, como a tabebuia (*Tabebuia cassinoides* – Família Bignoniaceae).

¹⁶⁰ Esta passagem deixa bastante claro o interesse dos colonos europeus: usar os campos nativos com fins de produzir para uma economia de mercado.

a Macaé em razão do grande vento oeste.¹⁶¹ Os recebemos com grande prazer, e eles a nós; nos informou de tudo a nosso favor a respeito dos selvagens, que ele intérprete os informou ao que nós vínhamos, pois que eles viram sobre a marinha as voltas todas da embarcação, e quando se aproximou à terra e que achava gente nossa entre eles, como se suspeitava em Macaé, determinamos ao nosso cozinheiro quanto antes fazer a comida para seguirmos. Entretanto fomos indagando do intérprete se estávamos muito longe da povoação sua, e quando de lá saiu, nos respondeu que tinha saído ao sol posto, porém que caminharam devagar e que se dispôs a caminhar de noite em razão do luar, porém que nós havíamos chegar de tarde, por caminharmos devagar em razão da condução.

Comemos e saímos com toda a brevidade. Era o dia 24, rompemos a nossa derrota, à boa distância caminhamos sobre a marinha e tivemos areais: para suportarmos das fadigas descemos das marinhas para a campina em razão dos areais; caminhamos beirando a campina da parte do noroeste;¹⁶² faziam lagos de água, e destas águas é formado o Rio Iguazu. Ele tem seu nascimento na grande Lagoa Feia, a que lhe demos o apelido, nos fundos saco apantanado traz sua corrente a leste; suas águas são encanadas por uma espécie de rio, fazendo suas voltas, aonde traz sua corrente pela parte do sudoeste pelo sítio do curral do capitão Monteiro, na Costaneira,¹⁶³ apelido que ele lhe deu; segue até certa altura da campina, seguindo para leste para a parte da marinha. Neste lugar finda o dito encanamento. Suas águas se espriam pela dita campina, sempre a leste, não muito longe da marinha; deste lugar fazem sua quebra a procurar o nordeste, isto até a barra do dito Iguazu, ao norte do cabo de São Tomé,¹⁶⁴ enfim ia chegando o meio-dia já nós tínhamos caminhado boa distância, quando o intérprete do Rio Iguazu nos apontou uma campina muita

¹⁶¹ O intérprete levado de Macaé que conseguiu desembarcar no cabo de São Tomé, apesar da tormenta, reaparece.

¹⁶² A descrição topográfica, o relato sobre a dificuldade de caminhar sobre os areais e o encontro de áreas úmidas neste ponto do litoral são perfeitos. Refizemos o trajeto e encontramos as mesmas dificuldades que a caravana ao caminhar no topo do cômodo arenoso. Atrás dele, o terreno é plano, mas alagado por cursos d'água e lagoas do delta do rio Paraíba do Sul e da lagoa Feia, notadamente pelo antigo rio Iguazu.

¹⁶³ Augusto de Carvalho registrou "a Castanheta" (nota da transcrição).

¹⁶⁴ Aqui também a descrição é bastante precisa para a época. Vários braços nasciam na grande lagoa Feia e iam se juntando na formação do rio Iguazu. Os principais, posteriormente, receberão os nomes de Velho, Barro Vermelho, Novo do Colégio, da Onça e da Castanheta.

extensa, aonde nos fez saber que naquela campina perto da marinha era a Aldeia dos Índios, e a ponta do cabo de São Tomé: com isto ficamos muito satisfeitos por ver que chegávamos a boas horas. Arriamos as cargas, já era meia hora, isto aí ao pé de uma volta do dito lago das águas do Rio Iguaçu, para descansarmos e comermos alguma coisa: quando aí paramos se despediram os cinco selvagens, com uma porção de aguardente na barriga e outras coisas que lhes demos de miçangas para os acarinhar, nos dizendo que iam dar parte da nossa chegada.

- “Basta, hoje descanso”, disse o Senhor Maldonado, “vamos a chegar”.¹⁶⁵ Com esta expressão nos arrumamos, e seguimos eram duas horas e meia caminhando boa distância. Ao longe descobrimos vir uma grande esquadra de gente. - “Ora queira Deus não tenhamos algum ataque”, disse o Senhor Riscado. Escorvamos de novo as nossas armas e todos ficamos dispostos para o que pudesse acontecer. Vieram aproximando-se, aonde entramos no conhecimento serem os selvagens: os nossos Intérpretes, mormente o do Rio Iguaçu nos assegurou que não houvesse que recer, pois que ele tinha posto tudo em ordem, porém nós já tínhamos um grande conhecimento da fidelidade desta gente, não nos fiamos nesse dizer do intérprete: nisto chegaram todos de arcos e flechas, o seu Maioral na frente acompanhado de quatro homens da nossa massa, estes nos saudaram junto com o Maioral pelo seu belo modo; nisto tomaram conhecimento pelo intérprete que lhe falou pelo seu idioma que éramos nós os que com ele tinha praticado; nisto o Maioral dirigiu ordem para todos recolher [*sic*] os arcos debaixo do braço e todos bateram palmas e abaixaram as cabeças; o Maioral se dirigiu ao intérprete para que nos fizesse saber que não reparássemos em virem de arcos, pois que não sabiam se veriam outros que os viessem atacar; lhe fizemos saber tudo a nosso respeito e ficaram muito satisfeitos, e lhe fizemos saber com mais vagar, depois que nos abarracássemos, as nossas práticas seriam mais saudosas. Com isto seguimos, marchava uma esquadra tal, que nos fazia lembrar dos ataques do Rio de Janeiro e São Vicente. - “Tudo vai bem até aqui”, disse o Senhor Castilho. “Falta ver o consumado”,

¹⁶⁵ Embora atribuído a Miguel Aires Maldonado e a João de Castilho Pinto, o *Roteiro* é narrado por uma terceira pessoa que parece estar de fora. Só num momento das descrições das viagens, há a menção do pronome EU, mais adiante.

disse o Senhor Gonçalo. Na marcha em que íamos, o Maioral nos ofereceu caças frescas para comermos, e agradecemos e lhe dissemos que sim, pois nas alturas em que nos achávamos tudo era necessário.

Enfim chegamos ao seu arraial. Era bem grosseiro. Eram umas choupanas grandes em cima de uns montinhos:¹⁶⁶ nesta mesma campina achamos muitas caças mortas que diziam serem mortas de manhã, as quais eram veados e capivaras e muitas aves grandes e pequenas, uma fertilidade.¹⁶⁷ O Maioral nos ofereceu a sua boa ou má pousada, nós lhe agradecemos, e seguimos para a marinha, acompanhados do Maioral e os quatro homens: aqui atravessamos o Rio Iguazu, porém neste lugar era baixo. Fizemos o nosso abarracamento no fim da dita campina ao pé da marinha na ponta do cabo de São Tomé da parte do sudoeste, isto ia a pôr-se o sol. Oferecemos-lhe aguardente ao Maioral e aos homens; eles aceitaram; lhes dissemos que ia anoitecer, e que nós estávamos muito moídos da jornada, que foi um tanto extensa, que de manhã com mais vagar praticaríamos melhor: - isto com os homens, pois a nossa vontade era indagar dos homens muitas coisas, que nos era mister e por eles serem da nossa massa. O Maioral disse que ia nos mandar caças para comermos, nós lhe dissemos que sim, porém que fossem veados ou algumas aves; com isto se despediram. Daí a pouco chegaram uns índios, que traziam dois veados já prontos esfolados e seis aves; demos aos portadores a cada um uma gota de aguardente e umas miçangas, que ficaram muito satisfeitos. “Não há volta, havemos de os acariciar”, disse o Senhor Castilho, que foi o despenseiro, e se despediram. Mandamos o nosso cozinheiro tratar desse negócio para nos refazermos de barriga, pois já ia havendo alguma vontade; o cozinheiro foi cuidar na sua obrigação e nós

¹⁶⁶ Pela descrição, o tipo de assentamento dos goitacás acompanhava o de outros grupos, contrariando Simão de Vasconcelos, para quem os goitacás construíam pequenas casas sobre uma tora de madeira fincada no leito de lagoas. As pesquisas arqueológicas corroboram o *Roteiro*. Os goitacás moravam em aldeias formadas por choupanas. Sendo muito úmida a região por eles ocupada, nada mais natural que escolhessem pontos mais elevados na planície para se assentarem. Vale observar que estes montinhos poderiam ser também sambaquis. A respeito, ver Dias Junior, 1969; Heredia, Lima & Silva, 1981-198; Machado, Sene & Ribeiro Silva, 1994.

¹⁶⁷ É muito comum afirmar que coletores, pescadores e caçadores eram nômades. Este modo de vida pode ser válido para os bosquímanos, mas não para os jês. Pelo menos na planície fluvio-marinha do norte fluminense, a relação entre um vasto território, a abundância de animais e de ovos, e uma pequena população era tão favorável aos três elementos que a agricultura não se desenvolveu nem tampouco o nomadismo. O caso da ilha maior do arquipélago de Santana exemplifica bem o estilo de vida desses povos (Lima & Silva, 1984).

desfrutando da boa hospedagem, com algumas conversas, onde disse o Senhor Duarte: – “com efeito, estão muito pacíficos, não são estas as notícias que ocorrem no Rio de Janeiro da sua ferocidade, e por esta mesma razão estávamos a largo tempo sem virmos ver a nossa propriedade nova”. Aqui disse o Senhor Castilho: – “já disse que não temos a obra consumada, até vermos a sua boa ou má conduta”. Seriam nove horas quando comemos para descansar.

Amanheceu o dia 25, começaram as nossas narrações: – “nós agora quando vierem os homens havemos de indagar deles como vieram aqui pararem [*sic*]”, disse o Senhor Antonio Pinto. “Isso está claro, é do nosso dever”, disse o Senhor Maldonado. – “Havemos deles colhermos o quanto pudermos”, disse o Senhor Castilho. O sol saía a romper seu véu pelo horizonte, quando vimos virem alguns índios. Era o Maioral, os quatro homens e quatro índios, aos quais mandou ver lenha para nos trazer.¹⁶⁸ Como na véspera de noite lhes oferecemos aguardente a qual aceitaram, os quatro índios da lenha saíram logo muito contentes, com a barriga quente. O Maioral era um índio de boa disposição, mostrava ter muito boas entranhas, era muito costeadado, ouseria por estarem estes homens entre eles. Passamos a perguntar aos homens como aí vieram a pararem [*sic*]. – “Senhores pela misericórdia de Deus”, disseram eles, “estamos aqui com esta gente onze pessoas, isto está a fazer dois anos. Vínhamos de Lisboa em uma embarcação que vinha de ordem para o Rio de Janeiro, e trazia um socorro de gente, juntamente quarenta e tantos criminosos, não de crimes de morte, nem de ladrões, mas sim crimes de outras circunstâncias,¹⁶⁹ remetidos por El Rei ao Governador, para engrossar as forças, em razão dos franceses e da gentildade, aonde nós quatro e três que estão na aldeia somos do número dos ditos criminosos, e os outros quatro eram marinheiros da embarcação. Quando chegamos nesta altura tivemos tão rijo temporal com vento les-sueste e uma cerração tal, quando mal nos apreatamos [*sic*] estávamos com a embarcação dada à costa sobre estas praias. Nisto cuidou cada um

¹⁶⁸ A lenha mencionada não poderia nem deveria vir das florestas da serra do Mar. Ela era obtida ou nas matas de restinga ou nos tufos de matas nativas aluviais que medravam em pontos ligeiramente elevados ou ainda das árvores que se encontravam nas lagoas, como, por exemplo, a tabebuia.

¹⁶⁹ Finalmente, os naufragos que habitavam entre os nativos da aldeia do cabo de São Tomé revelaram aos Capitães o que já era de esperar: eles eram criminosos degredados. Este fato, bastante comum nos primórdios da colônia, é mais um elemento a confirmar a autenticidade do *Roteiro*.

em salvar a sua vida. O comandante se meteu na lancha e outros oficiais, e os que remavam e seguiram para o sul, beirando a terra, não soubemos mais deles, a maior parte da equipagem já tinha morrido, uns afogados e outros de desastres de paus e tábuas que arrebetavam com o jogo da embarcação pela fúria de mar. Nós onze deitamos uns mastaréis, quebrados do mesmo temporal, ao mar da parte contrária do vento rijo, nos ficando de abrigo a embarcação. Amarramos uns com outros, com muito trabalho em razão da fúria do mar e vento rijo, e depois disto feito montamos neles; deu-nos Deus a ventura: com uns pedaços que nos serviam serramos, para o governo: tivemos tal felicidade que viemos encalhar nesta praia, aonde esta gente estavam [*sic*] sobre a praia nos vendo labutar com a morte; nos levaram para a sua habitação e usaram conosco tal caridade até hoje, vai a perto de dois anos. - “Deus louvado!”, dissemos nós. Depois da sua prática finalizada, lhe dissemos que a lancha que falavam ia gente, se salvaram [*sic*] na praia da Armação em Cabo Frio, aonde saltaram e vieram ter na cidade de Cabo Frio, e foram transportados pela câmara para o Rio de Janeiro, aonde de tudo deram parte ao Governador do sucedido; pois tínhamos disto lembrança. - “Então vocês não tiveram receio desta gente por serem gentios?”, lhes dissemos nós. Nos responderam: - “senhores, nós não sabíamos que gente era, depois é que viemos no conhecimento, pelo que se falava em Lisboa serem gentios; porém depois que tomamos o idioma deles, é que eles nos disseram, se fossem os verdadeiros Goytacazes, que costeiam o Norte do Rio Grande, que nós éramos mortos, que antigamente costeavam estas campinas, porém o seu velho chefe deles era um Índio de muito más entranhas e cismático [*sic*], e por essa mesma razão é que ficou de uma vez costeando pelo Norte do Rio Grande. Isto conta um velho desse tempo que ainda existe entre estes, que fizeram oposição a uns homens que queriam fazer povoação ao norte do rio, até que os homens abandonaram o lugar. - “Esse rio tem o apelido de Rio Paraíba, e estes homens eram os dois donatários João Gomes Leitão e Gil de Góes”, lhes dissemos nós. - “Porém, vamos ao resto do [*sic*]¹⁷⁰ do velho”, disse o Senhor Castilho. - “Quando eles se separaram de uma vez, ficou este velho, e outros homens e mulheres por estas campinas, não os quiseram acompanhar por já estarem muito afeitos por estes lugares de

¹⁷⁰ Augusto de Carvalho inseriu em sua transcrição a palavra “conto” para completar o sentido da frase

onde têm multiplicado tudo isto que estamos vendo, fora muitos que têm morrido, e por eles estarem aqui fora e estarem já costumados a verem embarcações e gente da nossa, já não têm receio algum. – “Bem, bem”, disse o Senhor Castilho; depois que eles contaram todo o seu acontecido; assentamos que esta razão deles estarem residindo entre os índios a perto de dois anos nos era muito equivalente para melhor nos informarem de muitas coisas deste continente. Lhes perguntamos se nos sabiam informar do interior do país, nos disseram que eles já tinham andado com os índios por alguns lugares, do interior até o Rio Grande, e que o interior era melhor por não ter areais como cá para fora para o Sul, e que as campinas iam pelo interior dentro, não muito longe do Rio Grande e que eram as mais férteis de erva,¹⁷¹ que em parte embaraçava as pernas dos andantes;¹⁷² indo eles com os índios caçarem aves a certo lago do interior, e que havia muito peixe.

Com estas e outras informações ficamos muito satisfeitos. Então é que nós descobrimos quem éramos e ao que vínhamos: lhe dissemos nós: – “pois meus amigos, já sabereis, que nós somos donos desta grande propriedade até esse Rio Grande que assim lhe chamais. Esse é o Rio Paraíba; não pode ser outro; nós daqui da ponta do cabo de São Tomé voltamos para Macaé, viemos tão somente tomar conhecimento do território, pois esta grande propriedade nos concedeu o Governador do Rio de Janeiro, em nome de Sua Majestade, por uma sesmaria em recompensa dos nossos serviços guerreiros com os franceses e a gentildade no Rio de Janeiro, em São Vicente e outros lugares; todos temos servido no lugar de Capitães no decurso perto de 30 anos; porém nós daqui voltamos para Macaé como já dissemos, e de lá para o Rio de Janeiro, a vermos as nossas famílias; juntamente estamos com pouca comedoria, nos é necessário

¹⁷¹ Mais uma vez, a informação endossa a legitimidade do documento. Pela formação geológica da região, a planície aluvial se forma entre duas unidades da Formação Barreiras que foram cindidas pela máxima transgressão marinha, em torno de 5.100 AP, segundo Martin et al., 1997. À esquerda e à direita da planície, existem duas áreas de tabuleiro com elevações modestas.

¹⁷² Em 1818, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1974) observa: “Dizem que outrora nascia nas pastagens naturais de Campos uma forragem notável por sua altura; mas, à força de ser tosada pelo gado ela apenas produz hoje um relvado raso. Quando a pecuária constituía a indústria exclusiva dos habitantes desta região, eles enviavam anualmente ao Rio de Janeiro cerca de 6 a 8 mil cabeças de gado; atualmente essa exportação está reduzida à sexta parte. Não somente os agricultores já não remetem queijos para várias partes do Brasil, como até recebem-no de Minas Gerais. O gado de Campos dos Goytacazes é em geral de uma raça mirrada e sujeito a várias moléstias; dizem que excetuadas as terras virgens, um rebanho de 200 vacas não produz atualmente mais de 50 bezeros.”

provermos de várias coisas, para então virmos com mais demora, e trazer algumas cabeças de gado,¹⁷³ para dar princípio à nossa vida, pois esta guerra nos atrasou muito as nossas casas, e virmos dividir os nossos quinhões de terra para cada um de nós saber o que é seu, que assim reza a nossa carta de sesmaria; por enquanto estaremos com vocês estes três dias para descansarmos, que não estamos tão pouco moídos da jornada. – “Os senhores Capitães nos farão a caridade de nos levar na sua companhia?”, nos disseram os quatro naufragados. Nós lhes dissemos: – “não, vocês vieram com esse degredo, e no Rio de Janeiro poderão ser descobertos e serem presos, e passaremos alguns trabalhos; e assim o mais acertado é vocês ficarem por aqui. “Nós não havemos ter grande demora; quando viermos havemos de trazer algumas ferramentas, pois o território se vai povoar, e vocês também podem fazer seus estabelecimentos, assim como também estes Índios, que pretendemos aldeá-los no interior em lugar que melhor possam permanecer; por enquanto fiquem até a nossa volta, convivendo com esta gente com cautela”.¹⁷⁴ – “Sim, Senhores, nos disseram eles, “porém os Senhores Capitães não tenham grande demora, pois já há muito estávamos desejando nos ver com gente nossa”. – “Sim, sim, o mais breve que puder ser, vimos”, disse o Senhor Castilho.

¹⁷³ Ao contrário do que pensa o senso comum, a planície aluvial do futuro norte fluminense foi colonizada pelos portugueses com a pecuária, não com a cana, embora os solos de massapé sejam excelentes para esta lavoura. Já no século XVII, ela começa a ocupar o lugar do gado e a expulsá-lo para áreas mais elevadas.

¹⁷⁴ A construção da vila da Rainha e de dois engenhos de açúcar por Pero de Góes da Silveira visavam o uso da capitania de São Tomé para atender às demandas da economia mercantil europeia. O mesmo se pode dizer da segunda tentativa de desenvolver a capitania por Gil de Góes e Pero Leitão. Existe uma linha baírrista na historiografia do norte fluminense que defende o início da colonização do tipo europeu da região por Lourenço do Espírito Santo, pescador de Cabo Frio que teria montado um acampamento na praia de Atafona e atraído seus companheiros para o local em 1622, dez anos antes da primeira excursão dos Sete Capitães, portanto. Esta iniciativa não teria um caráter mercantil, mas apenas de subsistência. Conta-se que a mulher de Lourenço morreu afogada ao aventurar-se num banho na foz do Paraíba do Sul e que, desgostoso, o marido teria se deslocado rio acima, onde teria fundado um arraial de pescadores que daria origem a São João da Praia, hoje São João da Barra. Até um pequeno monumento foi erguido no pontal do Rio Paraíba (foz) em homenagem a Lourenço do Espírito Santo. Em sua voracidade, o mar o destruiu. Pode-se observar que, entre o peixe e a planta e o boi; entre o pescador e o agropecuarista, o extrativismo vem perdendo lugar na região há quatrocentos anos. Além do mais, esta versão da colonização não conta com documentação suficiente para se afirmar. Em linhas gerais, ferramentas, povoamento, aldeamento de índios apontam para um projeto de mudança tipicamente ocidental e que, no século XVII, alcançará seu ápice com o projeto de André Martins da Palma (1884). Para um balanço sobre os projetos de desenvolvimento no norte-noroeste fluminense do século XVII aos dias atuais, consultar Soffiati, 2005.

Aí estivemos na ponta do cabo de São Tomé até o dia 28 que rompemos a nossa marcha. Os naufragados nos acompanharam, o Maioral e alguns Índios até no dia seguinte 29. No romper da nossa marcha se despediram com ostras de sentimentos, seguimos a mesma derrota de quando viemos no dia 30 chegamos na outra aldeia na grande Lagoa Feia segundo o apelido que lhe demos, isto em razão do Maioral nos acompanhar até final.

No dia seguinte, 31, despedimo-nos do Maioral e sua gente e seguimos para Macaé: pernoitamos em uma beira de mato, não muito longe da marinha.¹⁷⁵ Eram quatro horas da tarde, estávamos em nossas conversas, a respeito da nossa hospedagem, que tão felizes fomos, quando ouvimos gritar para o interior da charneca. Na fé de ser gente pegamos nas nossas armas, e fomos reconhecer o que poderia ser, andamos um bocado e demos em um lago grande, aonde gritou segunda vez. Conhecemos então pela espécie do grito não ser gente, mas sim carapebus, aves corpulentas, que nós caçávamos em São Vicente e Santo Amaro.¹⁷⁶ O Senhor Duarte, como muito sagaz para a caça, se deitou a elas sutilmente com presteza, percebemos o tiro e apressamos os pés a encontrar com ele; tinha morto uma e outra ficando prejudicada, se deitou a nado e não a pode mais colher e as outras voaram. Com efeito eram os ditos carapebus. Aí lhe demos à lagoa o apelido dos Carapebus. – “Ora, pois, tem o Senhor Duarte muito com que se divertir nos Campos dos Goytacazes, caso venha residir nele, visto ser tão inclinado à caça”, lhe disse o Senhor Castilho. Entregamos ao cozinheiro Alexandre do fogo, como os Índios lhe chamavam, enfim passamos a noite.

¹⁷⁵ Mais uma vez, referência à vegetação de restinga. Mato significa até hoje, na região, vegetação de maior porte que a herbácea e a arbustiva, logo, arbórea. Nos terrenos percorridos pelos Capitães, este tipo de vegetação só é encontrado nas restingas e nos pontos altos da planície aluvial.

¹⁷⁶ Esta referência confirma que a caravana caminhava em área de restinga. A lagoa de Carapebus tem conformação alongada perpendicular à costa. Deve ter sido um rio que mantinha foz permanentemente aberta no mar, pois desce de área cristalina, passando por uma unidade de tabuleiro, até rasgar a restinga de 120 mil anos de existência, entre Quissamã e Macaé e chegar às proximidades do mar. Trata-se da maior lagoa desta restinga e controla toda a hidrodinâmica dela. No passado, deveria manter a sua barra permanentemente aberta, como um curso d'água. Depois, com a perda de competência de suas águas, abria sua barra periodicamente. Hoje, só com ação humana ela é aberta. Quando isto acontece, a lâmina d'água de todas as lagoas da restinga se adelgaça. Pela descrição, os Capitães deram à lagoa o nome de Carapebus por encontrarem nela uma ave cujo nome nativo é carapebus, que eles já conheciam de outros lugares. O termo gera controvérsias que devem ser esclarecidas, pois ele também é lido como derivando da palavra carapeba, nome de um peixe.

No dia seguinte que era o primeiro de Janeiro de 1633 seguimos a nossa derrota e chegamos a Macaé, eram cinco horas da tarde;¹⁷⁷ fomos bem recebidos dos habitantes; chegou logo o Administrador com a notícia de termos chegado, fizemos-lhe entrega da gente que nos deu e juntamente o intérprete que muito nos serviu e os gratificamos o que foi possível e lhe agradecemos-lhes [*sic*] muito e nos despedimos de todos, pois já ia anoitecendo; fomos para bordo de nossa sumaca, aonde o mestre nos conhecendo, logo mandou a lancha. Passamos a noite, e no dia seguinte que eram [*sic*] dois, fomos à terra refazermos do necessário para Cabo Frio, e despedimos do Administrador e sua gente até a torna viagem.

No dia seguinte (3) pelas nove horas, abrimos as velas com o vento lés-nordeste e rijo. Tivemos tal felicidade que chegamos em Cabo Frio às seis horas da tarde.

Aí passamos o dia (4) e de tarde seguimos com o Senhor Riscado para a sua nova propriedade em Araruama, para ali passarmos com o Senhor Riscado até o dia sete.

No dia seguinte (8), seguimos às nossas pousadas, e fomos cuidando em refazer-nos de cavalgadas para tornarmos aos campos [*sic*] fazer a nossa repartição de terras; e nós desejávamos levar, quando tornássemos, algumas cabeças de gado entre todos; porém a falta deste gênero no Rio de Janeiro era grande, pois as coisas estavam então no seu princípio; alguns que se criavam mal chegavam para o trabalho dos engenhos. O Senhor Riscado obteve, por uma amizade vinda de Cabo Verde, dez novilhas para este fim de dar começo à sua criação de vacum nos campos; ainda desta largou três ao Senhor Castilho para o mesmo fim, e não pudemos ir aos campos com aquela brevidade que desejávamos tratar do projetado, pois era tempo de aproveitar as canas de açúcar: e assim ficou este negócio para depois, pois era um objeto de todos assistir a ele, a nossa brevidade era equivalente em razão de aproveitar a ocasião dos naufragados por estar os Índios muito ligados com eles, para juntos uns e outros nos servirem de práticos de muitas coisas, pois os naufragados sempre são da nossa massa.

¹⁷⁷ Tomando o limite oeste das sesmarias, ou seja, o rio dos Bagres, a desembocar no mar, onde se ergueu a aldeia de Macaé, consideramos a primeira viagem como terminada. Seu fim, a 1^o de janeiro de 1633, corresponde ao período de chuvas na região, mas, até o momento, elas não foram registradas no *Roteiro*.

Enfim tivemos a demora até no dia 17 de outubro do dito ano de 1633, que fizemos a nossa marcha para nos juntarmos com o Senhor Riscado, que nos esperava em a sua nova propriedade em Araruama do Parateí.

No dia 20 seguimos, levando o Senhor Riscado, para seus curraleiros o seu afilhado Índio Miguel (do seu nome) e o escravo Antonio Dias, e o Senhor Castilho também o seu afilhado Índio Valério da Cursunga, naturais e batizados em São Vicente, que jamais nunca [*sic*] nos largaram.

Esta jornada foi de cavalgadas, juntamente para as cargas, que nos eram necessárias; foram do Senhor Riscado dez novilhas e dois touros e do Senhor Castilho, três novilhas, uma vaca e um touro; às disposições de nós ficaram mais para o futuro, em razão da falta de gado.¹⁷⁸ Gastamos até Macaé sete dias, chegando ao dia 27 pelas três horas da tarde com muitos incômodos, a romper parte dos caminhos, nos servindo de muito as ferramentas que levávamos para cortar paus e matas cerradas, que nos impediam em tal caso, senão fora o gado antes ir embarcado.

Não tardou muito, nos apareceu o Senhor Domingos Leal, Administrador do governo desta povoação, nos mostrou um grande prazer de nos ver, e nós outro tanto para com ele, se ofereceu para tudo quanto pudesse prestar: deitamos o gado mais para a banda de cima do rio, aonde estava muito fértil de erva, juntamente o cavalari; mais para baixo fizemos o nosso abarracamento, para passar o rigor da noite e mais algum dia de descanso em razão dos animais, por passarem muito mal até aqui, e aproveitar a grande abundância de erva que à margem do rio havia, descansamos três dias, até o dia 31 em que seguimos com mais seis homens dos mamelucos, e o intérprete da primeira jornada ¹⁷⁹, que nos deu ao administrador por serem mais práticos destes lugares, pernoitamos na mesma charneca do dito Lago dos Carapebus, que lhe demos o apelido das ditas aves.

¹⁷⁸ Usando como critério a entrada em domínios de suas sesmarias, a segunda viagem começou no dia 7 de outubro de 1633, quando a comitiva dos Sete Capitães chegou a Macaé. O período de estiagem já havia passado, mas ainda não se iniciara o tempo das chuvas.

¹⁷⁹ “(E seguiram o mesmo itinerário nessa jornada até a aldeia do Cabo, dando nomes às campinas, lagos etc)”. Este trecho foi inserido, entre parênteses, na transcrição do documento feita por Augusto de Carvalho para resumir trechos que o mesmo suprimiu (nota da transcrição).

No dia 1º de novembro, rompemos a nossa jornada e pernoitamos não muito longe de um lago, mais a um lado da parte do sudoeste, em cima de um baú fizemos o nosso abarracamento para passar a noite.

Passamos a este lugar em razão de uma fedentina que saía do dito lago, que estava a secar e tinha pelas suas margens peixes mortos, que eram a origem da dita fedentina, aonde lhe demos o apelido de Lago Fedorento.¹⁸⁰

No dia seguinte, que eram [*sic*] dois, seguimos sempre à margem do dito lago e este comunicava-se [*sic*] para o nordeste com outro de maior grandeza, à margem da marinha. Aqui disse o Senhor Antonio Pinto: – “que apelido havemos de dar a este lago? Já temos dado apelido a outros lugares, é necessário ir dando a outros também, pois estamos em país inculto, que está em uma escuridade [*sic*], é necessário que nós lhe demos a luz da aurora, para os nossos vindouros e para sua civilização”. – “Não diz mal, é justo, pois nós somos os primeiros possuidores e povoadores, assim o devemos praticar: pois demos a este lago o apelido de Jagabra de Santo Amaro”, disse o Senhor Castilho. – “Pois seja o Jagabra”, dissemos nós todos.¹⁸¹

Nisto fomos seguindo e pernoitamos à boa distância ao nordeste do Jagabra, aonde fizemos o nosso abarracamento à margem da marinha.

No dia três, seguimos a nossa jornada e fomos pernoitar no mesmo lugar da jornada passada, não muito longe da quebra que fazem as águas para o nordeste, que é formado o Rio Iguaçú.

¹⁸⁰ Como as chuvas ainda não deviam ter começado, nada obsta, em termos climáticos, que o lago continuasse a perder água pela evaporação e que o ecossistema se mostrasse insuficiente para os peixes dependentes dele, o que é muito comum ainda hoje em várias lagoas da região. Há um mapa que registra esta lagoa como o mesmo nome que os Sete Capitães lhe deram no longínquo ano de 1633, como, por exemplo, o mapa que acompanha o relatório do DNOS (1968). A maioria, no entanto, nomeia-o lagoa do Pires (Silva, 1898; Lamego, 1954; Fibge, 1968). Cumpre observar que a segunda viagem dos Sete Capitães é uma espécie de Testamento de Adão, pois eles cuidam de batizar os acidentes geográficos por estarem “em um país inculto, que está em uma escuridade”. Necessário, portanto, “que nós lhe demos a luz da aurora, para nossos vindouros e para sua civilização.” A preocupação com os vindouros seria uma contaminação que o documento sofreu, mais tarde, quando das disputas das terras com a família Sá e Benevides, com os Beneditinos e com os Jesuítas?

¹⁸¹ A lagoa de Jagabra de Santo Amaro aparece nos mapas atuais como o nome de Jagoroaba ou de Ubatuba. Ela nomeou o malsucedido canal de Jagoroaba ou de Ubatuba, aberto no final do século XIX pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva, ligando o ponto mais próximo da lagoa Feia ao mar, a fim de dar esgotamento para suas águas. De fato, ela é maior que a lagoa Fedorenta. Observa-se que santo Amaro é muito popular na planície. Há uma localidade, no município de Campos dos Goytacazes, com seu nome e uma igreja com sua invocação, onde, todo ano, no dia 15 de janeiro, há uma grande festa dedicada ao santo, famosa por uma antiqüíssima cavalhada, a qual acorrem milhares de fiéis em romaria noturna.

No dia quatro rompemos a marcha com mais veemência para chegar com dia na ponta do cabo de São Tomé. Seriam dez horas quando descobrimos a campina da aldeia dos Índios. Andamos, seriam três horas, quando vimos ao longe vir gente aproximando-se, conhecemos ser os naufragados e o Maioral e outros Índios; nisto nos mostraram grande prazer da nossa presença, e muito pesarosos da nossa demora, a qual lhe participamos as circunstâncias; nisto fomos seguindo para a ponta do cabo de São Tomé, aonde chegamos eram quatro horas e meia. Nos abarracamos no mesmo lugar da outra jornada. O Maioral logo deu providências a algumas coisas, pois era um tanto civilizado. Nos mandou lenha logo, e nos disse que no dia seguinte que mandaria caçar para nós termos que comer; aqui deitamos o gado, mais o cavalarião para pastar.

No dia seguinte chegaram os outros homens com a notícia da nossa chegada junto com o Maioral da outra aldeia, aonde eles tinham ido com a disposição de seguirem para Macaé, segundo a nossa demora.

Aqui descansamos até o dia 8, juntamente para consultarmos a nossa repartição de terras, da maneira seguinte: fazendo a testada na marinha, como é costume, e fundos no cume das serras que ficam ao Oeste, segundo reza a nossa carta de sesmaria.¹⁸² Estas foram as circunstâncias de nós irmos pela marinha, para calcularmos este negócio e cada um de nós convencionar-se com a sua propriedade embaixo [*sic*] de boa harmonia, sendo nós mesmos os marcadores, e fazendo vezes de piloto o Senhor Castilho, por ter disto alguma experiência. O mesmo Senhor Castilho convencionou-se ficar da parte do norte da sesmaria, desde da barra do Rio Iguaçu, inteirando-se até o sul do cabo de São Tomé, assentando-se uma pedra de três palmos pouco mais ou menos das que foram na sumaca, que ficaram na barra do Rio Iguaçu. Desta pedra, imediato ao Senhor Castilho, da parte do sudoeste segue o Senhor Riscado, até o lugar que as águas do Rio Iguaçu quebram para nordeste, aonde ficou inteirado; e deste mesmo lugar segue outra vez o Senhor Riscado até a volta de um valado que fica à margem da marinha defronte de um mato, sobre um banco

¹⁸² Por falta de meios para demarcar propriedades, seus limites eram sempre bastante imprecisos, tomando-se a testada marinha como ponto de partida. Ao fundo, as sete sesmarias se estendiam até a serra do Mar, conhecida como Imbé na região e só desbravada no fim do século XIX por temor ao “Certão occupado por índios brabos”, como registra Manoel Vieira Leão (s/d).

de areia ao sudoeste do curral de São Miguel, a que lhe demos este apelido, por uma troca do seu engenho do Caldeador, que fez com o Senhor Maldonado, ficar imediato ao Senhor Riscado. Do outro lado do sudoeste aonde se assentara a pedra do Senhor Maldonado, na volta do dito valo de água, da parte de dentro da marinha, daqui segue o Senhor Riscado que divide com o Senhor Maldonado para sudoeste, ficando inteirado do seu quinhão ao norte do Lago Jagabra, aonde se assentou outra pedra. Defronte desta pedra, segue o Senhor Gonçalo Corrêa para o sudoeste até uma pequena campina em um altinho, próximo a umas águas emprazadas, criadeiras de palhas, aonde se assentou outra pedra no dito altinho. Desta pedra segue o Senhor Duarte, imediato ao Senhor Gonçalo (seu irmão) para o sudoeste até a um areal aonde tem um lago d'água salgada à margem da marinha, assentando-se outra pedra da parte do norte do dito lago. Desta pedra segue o Senhor Manoel Corrêa, imediato a seu irmão, seguindo pela marinha até o sudoeste do Lago dos Carapebus, coisa de meia légua, aonde se assentou outra pedra. Desta pedra, imediato ao Senhor Manoel Corrêa, segue o Senhor Antonio Pinto, até o Rio de Macaé que divide pela parte do sudoeste. Aqui finda o pedido e nossa carta de sesmaria.

Desta maneira ficamos todos com as nossas propriedades divididas, debaixo de boa harmonia, e outro tanto desejamos que aconteça aos nossos herdeiros.

Por esta e por outras razões é que fizemos esta descrição, para servir de memória aos nossos vindouros, juntamente para o que possa acontecer ao futuro.¹⁸³

¹⁸³ Na transcrição publicada em 1888, foi inserido ao final deste parágrafo um breve texto de Augusto de Carvalho, entre parênteses, resumindo o longo trecho a seguir: "(Depois de terem percorrido o interior, trataram de levantar currais para o gado que levavam: o primeiro curral foi levantado no dia 8 de dezembro de 1633, pelo capitão João de Castilho, em terras que para esse fim lhe cedeu o capitão Miguel da Silva Riscado, por achá-las aquele mais próprias do que as do seu quinhão. Era situado em Campo Limpo ao norte da Lagoa Feia. Na mesma ocasião se engendrou ali uma choupana, coberta de palha, para o curraleiro, que era o índio Valério da Cursunga. Neste ficaram três novilhas, uma vaca e um touro. O segundo foi levantado no dia dez do mesmo mês e ano, na ponta do cabo de São Tomé, pelo capitão Riscado, que, dias depois, e na pouca distância deste, armou um outro, deixando em cada um deles cinco novilhas e um touro: naquele ficou como curraleiro o escravo Antônio Dias e neste o índio Miguel, o qual, tendo trazido consigo um santo do seu nome, ali lhe ergueu um tosco oratório. Estas novilhas tinham vindo do Cabo Verde para um amigo do capitão Castilho, que lhas cedera, cedendo este por sua vez três ao capitão Castilho. Deram ferramentas aos naufragados e terras para cultivar, fizeram suas determinações nos curraleiros e voltaram à Aldeia do Cabo, donde regressaram a Cabo Frio e daqui às suas pousadas, no dia 8 de fevereiro de 1634, chegando todos de saúde e muito satisfeitos" (nota da transcrição).

Acabadas as nossas divisões seguimos para o cabo de São Tomé para entrarmos para o interior, para dele tomarmos conhecimento. Aqui descansamos dois dias, desfrutando a boa hospedagem desta gente, comendo caças e peixe fresco, que havia em grande abundância; entretanto estivemos fazendo o nosso arranjo para entrarmos para o interior.

No dia 24, seguimos com os quatro naufragados, que mostravam serem os mais bem educados, o Maioral e alguns Índios, e os nossos camaradas agregados, os primeiros para nos servirem de práticos, e os segundos para o que pudesse suceder; caminhamos até às cinco horas da tarde. As campinas eram ricas, muito aprazíveis e muito férteis de erva, mais saudosas que as de fora da parte do sul; o seu local era muito próprio para a culturação.¹⁸⁴ Fizemos o nosso abarracamento para passarmos as inconstâncias da noite em um lugar que haviam umas árvores de *quiribas*, aonde demos o mesmo apelido ao lugar.¹⁸⁵

No dia seguinte 25 determinamos sondar os seus arredores, ficando no nosso abarracamento o nosso cozinheiro com um camarada, e nós seguimos com os Índios adiante como práticos levando nossas armas; caminhamos para a parte do sul a ver um lago que nos diziam os quatro naufragados, e por já terem por aí andado; caminhamos coisa de meio quarto de légua; chegamos ao dito lago, ficamos pasmos de ver tanta grandeza, tanto do lago como da fertilidade da erva e sua grandeza, e muitas caças de aves, que aí matamos. Seguimos neste exercício até às três horas da tarde juntamente para tomarmos

¹⁸⁴ Foram essas e outras campinas da planície que deslumbraram os colonos, não por sua beleza, mas pela perspectiva que ofereciam de ganhos monetários fáceis com a criação de gado sem a necessidade de gastar com a implantação de pastos.

¹⁸⁵ Holanda Ferreira (s/d) registra *quiriba* como “Natural ou habitante da parte baixa do rio Pindaré, na linguagem dos sertanejos.” Cunha (1999) anota apenas como árvore. Estas árvores podem indicar presença de manguezal, decorrendo a palavra *quiriba* do tupi *veréiba*, que permaneceu até hoje com os nomes de siriba, siriúba e siribeira. Nos manguezais da América atlântica, há duas espécies de Siriba, a *Avicennia schaueriana* e a *Avicennia germinans*. A primeira ocorre com exclusividade nos manguezais abaixo do rio Macaé, mas é possível encontrá-la acima deste rio. A segunda ocorre da Flórida ao rio Macaé, não tendo sido ainda encontrada abaixo deste rio, que é, atualmente, seu limite meridional de distribuição (Maciel & Soffiati Netto, 1998). Entre os rios Macaé e Itapemirim, trecho em que estudamos os manguezais (Soffiati Netto, 2001), só foram encontrados exemplares de *A. germinans*. Recentemente, a pesquisadora Elaine Bernini deu notícia de *A. schaueriana* no manguezal da lagoa do Açú, outrora o trecho final do rio Iguaçú, limite leste das sesmarias dos Sete Capitães. No ponto pouco preciso em que se encontram os Capitães, de acordo com o texto, deveria prevalecer a água doce, pela menção a terras férteis. Cumpre lembrar, todavia, que as marés deveriam chegar até o sul da lagoa Feia, avançando pelo rio Iguaçú, seu principal desagudouro no mar. O local em que os sesmeiros encontraram as árvores quiribas tornou-se, na segunda expedição, o ponto de referência para reconhecimento de suas terras.

conhecimento. Nisto voltamos, vindo os Índios e mais alguns outros carregados de aves, assentamos que não passaríamos mal de barriga. Chegando as ditas quiribas, os Índios trataram das aves em um sopro; ficamos pasmos da sua brevidade e destreza; comemos alguma coisa, e nisto fomos tirando língua dos naufragados. Passamos a noite, e de manhã seguimos para a parte do nordeste, pelos nossos práticos nos informar de outro lago, que por ele tinham andado, seguimos com ele pouco mais de um quarto de légua, chegamos à sua margem, tinha as mesmas particularidades do outro, tanto em grandeza quanto na fertilidade da erva, e muitas aves, aonde fomos divertindo com elas, caminhando pela sua margem do sul. Tudo para cima era uma campina continuada, procurando a sua margem do norte, seguimos, fazia uma nobre vista, tudo muito verde e viçoso. Juntamente umas bananeiras do mato, em uma baixa da sua margem. Aqui disse o Senhor Antonio Pinto: – “então, Senhores, que apelido havemos de dar a este lago?” – “Vossa mercê o dirá”, disse o Senhor Castilho. – “Pois demos-lhe o apelido de Lago das Bananeiras, disse o Senhor Gonçalo.¹⁸⁶ Seguimos sempre para o norte aonde finalizou o dito lago, fazendo uma regueira d’água, não muito extensa, que ia comunicar-se com outro da parte do norte, e não de menos extensão. Passamos a dita regueira às costas de um de nossos agregados, subimos para cima [*sic*] a ver a campina próxima; era extensa e fazia para o nordeste umas matas.¹⁸⁷ “Isto vai depois de meio-dia”, disse o Senhor Riscado; “não abrimos mais para fora, são horas de caminhar para as nossas quiribas; se voltamos são horas, pois estamos de pé”. Com isto perguntamos aos nossos práticos para onde havíamos de voltar, nos disseram, visto estar naquela altura, que rodeássemos o dito lago das ditas bananeiras que vínhamos dar por onde entramos, e assim fizemos.

Seguimos e chegamos no dito lugar que entramos, eram perto de quatro horas; caminhamos para o nosso pouso das quiribas; vimos os nossos relógios, eram cinco horas e meia, descansamos para comer alguma coisa, e fomos tirando língua dos práticos.

¹⁸⁶ As bananeiras, da família Musaceae, ocorrem em todos os continentes, mas, na América, a *Musa paradisiaca* e suas muitas variedades (a conhecida banana de nossas mesas) são de origem incerta. O *Roteiro* observa que são bananeiras do mato. A lagoa das Bananeiras foi drenada pelo canal do Quitingute aberto pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

¹⁸⁷ Um dos ecossistemas existentes na planície fluvio-marinha, além das lagoas, dos campos herbáceos, da vegetação de restinga e dos manguezais, é a Mata Ombrófila Atlântica Aluvial, que ocorria nas partes mais altas da planície, por conseguinte, rara.

Amanheceu o dia 27, voltamos ao lago, o primeiro da parte do sul, para sondar a campina da sua parte do sul; seguimos com os nossos práticos; chegamos ao lugar do primeiro; seguimos a sua margem de leste e rodeamos para o sudoeste. Neste caminhar indagamos dos naufragados se eles neste curto tempo que estavam residindo entre os Índios já tinham alcançado alguma inundação; nos responderam: logo adiante quando naufragaram, no mês de dezembro, entraram as trovoadas, que em janeiro e fevereiro estavam as campinas alagadas;¹⁸⁸ nisto estávamos já em boa altura do sudoeste do dito lago, seguindo sempre a sua margem; adiante descobrimos uns coqueiros de [in]daiá. – “Aqui deve-se [sic] dar o apelido de lago dos coqueiros de [in]daiá”, disse o Senhor Manoel Corrêa. – “Pois seja”, disse o Senhor Riscado.¹⁸⁹ Nisto seguimos para cima a reconhecer a campina, caminhamos um bocado para a parte do oeste: não era muito fértil, o seu local era de areia, assim como a outra campina ao nordeste do lago das ditas bananeiras; daqui voltamos para as nossas quiribas. – “Ora pois, agora é tempo de caçar, que vamos de volta”, disse o Senhor Duarte. – “Pois bem, Vossa mercê que é o mais inclinado vá dar o começo”, disse o Senhor Maldonado. Seguimos neste exercício, pois havia muitas aves, chegamos ao nosso abarracamento das quiribas eram quatro horas da tarde, comemos alguma coisa para descansar. Depois que descansamos, consultamos em seguir no outro dia, indagamos dos práticos se eles tinham já bem conhecimento dali para diante, nos disseram que só três vezes tinham ido ao Rio Grande; lhe dissemos que falasse ao Maioral pelo seu idioma, que nós tínhamos tenção [sic] de examinar todo o interior, se ele dava conta deste encargo, nos disse que sim. – “Pois bem, amanhã havemos de romper a marcha”, disse o Senhor Castilho.

Amanheceu o dia 29. Depois que nos refizemos de barriga caminhamos sempre por campinas altas de muita fertilidade. Era uma campina continuada de grandíssima extensão para todos os lados, que ficamos pasmos de tanta grandeza, tínhamos caminhado eram

¹⁸⁸ Pela primeira vez, no *Roteiro*, toca-se na estação das águas. A resposta foi precisa: os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são chuvosos alagam as campinas.

¹⁸⁹ Segundo Lorenzi et.al. (1996) o indaiá é uma palmeira solitária com 5 a 7 m de altura que ocorre do Espírito Santo até Santa Catarina nas planícies e encostas litorâneas, tanto nas florestas úmidas como em áreas conturbadas e campos de cultura. Mais uma vez, as características ambientais da região descrita validam o *Roteiro*, pelo menos na parte ecológica. A lagoa dos Coqueiros existiu e foi drenada pelo canal de Coqueiros.

três horas da tarde; aqui perguntamos aos nossos práticos pela Lagoa Feia, a que lhe demos o apelido, e se estávamos muito longe dela, nos disseram que não, e nos apontaram para a parte do oeste aonde ela jazia. – “Pois caminhemos para lá”, lhe dissemos nós. Poderíamos ter caminhado coisa de uma légua, quando descobrimos a sua margem da parte do nordeste, era muito fértil de ervas as suas margens [*sic*], caminhamos para a parte do norte coisa de uma légua. Neste lugar fazia um alto e tinha uma agradável vista e a campina muito fértil; passamos a reconhecer os relógios, eram quatro horas e meia, assentamos daqui fazer o nosso abarracamento para passarmos a inconstância da noite. Nisto persistiram as nossas narrações, aonde disse o Senhor Castilho: – “aqui está muito próprio para um curral, pois tem aquele lago para o gado beber, o qual fica muito perto, e neste lugar por ser um tanto alto para o dito estabelecimento, juntamente para alguma cultura; se acaso aqui compreender a minha propriedade, aqui farei o meu sítio de curral”. Porém passando a examinar ficava compreendido no quinhão do Senhor Riscado. – “Não é obstante estar compreendido no meu quinhão, Senhor Castilho”, disse o Senhor Riscado, “faço muito gosto nisso, visto estar tão agradado do lugar”. – “Pois bem, terá o Senhor Riscado já um arrendatário”, disse o Senhor Castilho. – “Já disse que faço muito gosto, sem nenhum interesse para o Senhor Castilho”, disse o Senhor Riscado. – “Pois então quando acabarmos esta tarefa do reconhecimento do país, e quando nos determinarmos, aqui viremos tratar do dito curral; aqui ficará o meu afilhado Valério da Cursunga, e caso eu sempre embarque com o Senhor Gonçalves, para a costa de leste, o Senhor Riscado será o comprador do meu quinhão, pois é confrontante comigo”. – “Não haverá dúvida nisso”, disse o Senhor Riscado.

Aqui passamos a noite.

No dia seguinte que eram [*sic*] 30, caminhamos para oeste, a campina era continuada; eram dez horas do dia, quando chegamos em um charco d’água, perguntamos aos práticos donde vinham aquelas águas, nos disseram que da Lagoa Feia, seguimos; seriam perto de duas horas quando descobrimos outro lado. Aqui disse o Senhor Castilho: – “em toda a minha vida, não vi país mais cheio de lagos”. As suas águas se faziam um tanto avermelhadas. “Então senhores que apelido havemos de dar a este lago?” disse o Senhor

Pinto. A isto disse o Senhor Duarte – “dá-se-lhe [*sic*] o apelido de Lago Vermelho, em conseqüência de suas águas assim estarem”. “Pois seja o lago vermelho”, disse o Senhor Maldonado.¹⁹⁰

Deste lago um tanto ao nordeste, caminhamos; eram quatro horas da tarde descobrimos outro lago; a campina vai sempre continuada da parte do oeste, até para o norte, já se viam matos grossos. Nos aproximamos à sua margem da parte de leste e aí assentamos o nosso abarracamento para passar o rigor da noite. Reconhecemos os nossos relógios, eram cinco horas da tarde. Enquanto se fazia a comida, vimos os Índios práticos com os naufragados; por curiosidade nossa, lhes perguntamos o que eles lhes diziam, nos responderam que queriam ir pescar, que naquele lago havia muito peixe. – “Bem, e eles como poderão pescar?” lhes dissemos nós. – “Eles trouxeram umas redes”, nos disseram eles, que fazem de uma erva que dá por alguns lugares, tiram os fiapos da folha da erva e o põem ao sol para secar, e depois de seco torcem nas pernas com a palma da mão, e depois de torcido fazem as ditas redes.¹⁹¹ E por eles assim estarem já criados nesta vida, aqui nestas campinas fora, e a fertilidade de caças e peixes, é que não quiseram os seus pais e acompanharam os outros Goytacazes, quando se mudaram de uma vez para o norte do Rio Paraíba, como os Senhores Capitães lhe chamam. – “Bem, pois vão pescar, lhes dissemos nós, comeremos peixe fresco, pois que mal nos tem ido até aqui”, disse o Senhor Gonçalo. Estava o sol para se pôr quando eles saíram para dentro do lago; gastaram duas horas pouco mais ou menos na pesca, vieram carregados de peixe de várias qualidades, aonde trouxeram muitas piabanhas de uma tal grandeza que ficamos admirados. Nisto disse o Senhor Maldonado: - “o apelido das piabanhas”. - “Pois seja das piabanhas”, dissemos nós.¹⁹² - Neste país, se sempre for assim, não se passa mal,¹⁹³ e por essa mesma razão, é que estes Índios não quiseram acompanhar os outros que passaram ao norte do Paraíba”, disse o Senhor Riscado. Enfim passamos a noite.

¹⁹⁰ A lagoa Vermelha situava-se na periferia da lagoa Feia e foi totalmente drenada.

¹⁹¹ Talvez taboa (*Typha domingensis*).

¹⁹² A lagoa da Piabanha localizava-se à margem esquerda do rio Ururá, junto a sua foz. A retificação do curso inferior do rio provocou a sua drenagem total. Todavia, as fortes chuvas do verão de 2008/2009 provocaram o seu retorno.

¹⁹³ O tom deste comentário assemelha-se ao otimismo da carta de Pero Vaz de Caminha.

Amanheceu o dia 1º de dezembro, consultamos em seguir para o lado do sul, andamos até as dez horas, estávamos ao pé do mato grosso ao sul do dito Lago das Piabanhas,¹⁹⁴ andamos mais um pouco, fomo-nos topar com um rio saído do sertão. – “Que apelido havemos de dar a este rio?” disse o Senhor Riscado. – “Demos-lhe o apelido destes coqueiros de [Ururaí]” (que estavam em um pântano ao sul do dito rio). Isto disse o Senhor Manoel Corrêa. – “Pois fique sendo o rio Rarái¹⁹⁵ [Ururaí]”, dissemos nós. Daqui voltamos e seguimos sempre para o sul, caminhamos sempre por chavascais, porém tinham ervas; andamos mais um pouco, descobrimos uma campina fazendo mato grosso do lado do oeste, e da parte do leste ficava a grande Lagoa Feia, seguimos sempre para o sul. Era esta campina seguida de um pântano, procurando o sul, fazendo o seu desembocamento [*sic*] por uma barra, na dita Lagoa Feia; assentamos ser uma espécie de rio formado do dito pântano, andamos para oeste aonde fazia o mato grosso, observamos os macacos ramalhar nos ramos.

Daqui voltamos, caminhamos e passamos pelo Lago das Piabanhas, seguimos para o norte aonde viemos dar na grande campina. Aqui disse o Senhor Antonio Pinto: – “esta campina não tem fim, já lhe vimos o fim da parte do sul, lá no Rio dos Macacos, pois está próxima ao mato grosso; porém para a parte do norte a vista vai ao horizonte, pois temos caminhado desde da campina do cabo de São Tomé, e anda não lhe vimos o fim, e toda ela tão descoberta e tão limpa de chavascais, deve-se lhe dar o apelido por aqui fora para o sul, a campina do grande campo limpo”. – “Pois seja a campina do

¹⁹⁴ Ainda hoje, depois de séculos de supressão vegetal nativa na planície fluviomarina, ainda há remanescentes de “mato grosso” nela, ou seja, de Mata Ombrófila Aluvial. Às margens do rio Ururaí, no seu baixo vale, podemos encontrar fragmentos significativos, apesar do intenso processo de drenagem efetuado pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

¹⁹⁵ A espécie de Palmae que ocorre na costa sudeste do Brasil com nome mais próximo de rarái é airi. Pela explicação de Lorenzi et.al. (*op. cit.*), a espécie (*Bactris vulgaris*) é também conhecida pelo nome de airi-mirim, tucum e tucum-preto. Ocorre da Bahia a São Paulo na floresta atlântica, em terrenos baixos não inundáveis, até a altitude de 700 metros. Airi e tucum são palmeiras bastante comuns na planície fluviomarina do norte-fluminense, tanto na restinga quanto na baixada fluvial. O solar em que residiu Alberto Frederico de Moraes Lamego, autor de *A terra Goitacá*, é chamado de Airises, como plural de airi. Sem dúvida, o *Roteiro* está a referir-se ao rio Ururaí, que nasce na lagoa de Cima e deságua na lagoa Feia. Em tupi, significa água (i) de jacaré (ururau). Há outros nomes de origem tupi construídos pelo indianismo do século XIX, como Itabapoana, por exemplo. Rarái pode ser derivado das muitas cópias por que passou o documento, referindo-se a airi. Aos poucos, pode ter sido mudado para Ururaí.

Campo Limpo, para se divulgar das mais”, dissemos nós outros.¹⁹⁶ Caminhamos sempre ao norte. Aqui disse o Senhor Manoel Corrêa: – “são horas de abarracar, aonde vamos mais?”. Puxamos os relógios ia a fazer cinco horas. Aí num alto fizemos o nosso abarracamento para passar a noite.

No dia que eram [*sic*] dois enquanto nos arrumamos, indagamos dos nossos práticos se estávamos muito distantes do Rio Grande, como eles lhe chamavam, nos disseram que não tinham maior conhecimento para bem nos informar. Então lhes dissemos que falassem ao Maioral pelo seu idioma para nos informar. O Maioral disse, apontando para a banda do Lago das Piabanhas, que já ficava um tanto a oeste, que o mato vem seguindo sempre para o norte acompanhando o rio até a certa altura, aonde segue depois chavascais unido às campinas. Juntamente lhe fizemos perguntar se dava alguma relação da parte do norte do rio, disse que não, que nunca passou o rio em razão dos outros Goytacazes, donde eles descendiam, por serem muito ferozes; juntamente os outros lhe ficarem muito avessos destes os não quererem acompanhar. Nisto seguimos para o nordeste, caminhando sempre campinas. – “Ora, pois, da parte do oeste temos tomado conhecimento do país, falta-nos desta parte do nordeste”, disse o Senhor Maldonado. – “Pois vamos lá; Vossa mercê será o piloto”, disse o Senhor Antonio Pinto. – “Piloto não, disse o Senhor Maldonado, essa parte cabe ao Senhor Castilho, como experiente nessa arte”. – “Eu farei o que me couber no possível”, disse o Senhor Castilho.

Caminhamos a campina sempre continuada para o nordeste, quando descobrimos outro lago; seguimos direito a ele. – “Que apelido havemos de dar a este lago?”, disse o Senhor Manoel Corrêa. – “Demos-lhe o apelido de Saquarema de Cabo Frio”. – “Pois seja

¹⁹⁶ Este é um dos mais conhecidos campos originalmente nativos da planície, exatamente pelas qualidades que lhe apontou o capitão Antônio Pinto.

Saquarema”, disse o Senhor Riscado.¹⁹⁷ Abeiramos o dito lago pela parte do norte; seguimos sempre ao nordeste, até que lhe vimos o seu fim, da parte do nordeste. Andamos uma boa distância e nos fomos topar com um rio ao nordeste da dita Saquarema; reconhecemos os relógios em razão do sol quebrar muito, eram cinco horas da tarde assentamos o nosso abarracamento na margem do rio. Depois que nos abarracamos, entramos em consulta que rio será este e para onde deságua. Aqui disse o Senhor Castilho: – “ele procura o norte. Enfim amanhã o saberemos”. Neste mesmo resto do dia passamos a examinar. Não mui largo, porém não se vadeava.

Amanheceu o dia três, seguimos a sua margem do sul, caminhando ainda por campinas, até chegar em chavascais que se unia a mato um tanto grosso, fomos seguindo a sua margem e descobrimos o seu desaguamento no Rio Paraíba;¹⁹⁸ nisto voltamos até ao nosso lugar, que passamos a noite do lado do nordeste. Tudo era uma campina continuada.¹⁹⁹ – “Agora como havemos de atravessar?” disse o Senhor Duarte. – “Fazendo uma jangada de paus como os Índios na Lagoa Feia pescavam”, disse o Senhor Castilho; “para que vêm machados? Não é para o que for mister? Ora vamos a isso”. Fez-se a dita embarcação, estava muito boa e nela todos passamos. Depois que estávamos da outra parte do nordeste, disse o Senhor Riscado:

¹⁹⁷ Havia duas lagoas de Saquarema no norte fluminense, na direção em que caminhavam os Capitães, na localidade correspondente, hoje, a Poço Gordo. Ambas foram drenadas pelo DNOS. Um dos argumentos invocados por Brandão para endossar a forte suspeita de apocrifia do *Roteiro* é justamente esta lagoa: “esta referida lagoa situa-se na direção exatamente oposta de onde se encontravam os exploradores. Além disso, no livro de Tombo do Convento Carmelita do Rio de Janeiro consta o traslado de uma carta de sesmaria concedida por Jorge Correa, capitão-mor de São Vicente, e datada de 1596, correspondente ‘no cabo frio hua legoa de terra de sesmaria tanto como de comprido que partira da ponta de marahitiba athe o morro de Saquarema’. Assim, bem antes dos sesmeiros terem batizado a lagoa de Saquarema de Cabo Frio, os carmelitas já estavam instalados em suas margens”. (Brandão, *op.cit.*, p.283). Cabe lembrar que o capitão Riscado tinha terras em Araruama e que a lagoa poderia ter sido batizada com o nome de Saquarema de Cabo Frio, como homenagem ou como recordação da atual Região dos Lagos. Poder-se-ia entender, de outra forma, lagoa de Saquarema, como a de Cabo Frio, restando só o primeiro nome. Pode-se ainda aventar a possibilidade do acréscimo por conta das várias cópias do documento. O certo, porém, é que havia (com chuvas fortes, ainda há) duas lagoas de Saquarema na planície fluviomarinha.

¹⁹⁸ Pela descrição, só pode ser o complexo lagunar constituído, de norte para sul, pelas lagoas do Taí Pequeno, dos Jacarés, de Bananeiras, do Pau Grande e do Mulaco, que, com nível baixo, recebia o nome de rio Doce. O sentido do fluxo, naturalmente, era do rio Paraíba do Sul para o rio Iguaçu. Todavia, com a mínima declividade da planície, as águas podiam fluir para o Paraíba do Sul. Aproveitando as linhas naturais de drenagem dessas lagoas e das ligações entre elas, o DNOS abriu o canal do Quitungute, que inverteu a defluxo da lagoa Feia em direção à barra do Iguaçu.

¹⁹⁹ Trata-se dos Campos do Taí.

- “agora de que modo havemos de seguir?”. - “O Senhor Castilho dirá, pois é prático desta arte”, disse o Senhor Maldonado. O Senhor Castilho disse: - “nós já sabemos aonde nos fica o Rio Paraíba, e ainda a ele havemos de voltar, que nos é mister, e havemos de seguir a sua margem do sul para marcar esta linha de fora que me pertence até apanhar a direitura ao cume das cordilheiras das serras; porém visto estarmos aqui, nos é mister tomar conhecimento deste rio. Ele vem de leste e nós seguindo este vento havemos de descobrir o Rio Iguaçu, ou mais aqui ou mais acolá”. Por consequência perguntamos aos naufragados, se eles davam alguma relação desse rio, nos disseram que sim, que àquela parte que o Senhor Castilho apontava, ficava o Rio Iguaçu. - “Bem, bem, então vai direito, Senhor Piloto”, disse o Senhor Gonçalo. - Visto isso, havemos de seguir a leste”, disse o Senhor Castilho.

Abeiramos o rio da parte do norte e nordeste e tudo era uma campina continuada; para deste rio se tomar o verdadeiro conhecimento e seguirmos para o Iguaçu aonde é o nosso pedido, para quando se dividir as linhas para as serras tomarmos conhecimento do mais e desta campina, pois esta linha de fora vem apanhar pouco mais ou menos por esta altura. Isto disse o Senhor Castilho. Nisto assentamos a leste abeirando o dito rio: andando certa distância, topamos o seu recebimento, saídas de um grande lago; seguimos a sua margem; em certa altura finalizava o dito lago, e começava um canal; suas águas levavam sua elevação ao dito lago pela parte de leste. Aqui passamos a sondar este negócio; perguntou-se aos Índios donde vinham essas águas, que vinham juntas com as águas do Rio Iguaçu, que parte delas quebravam para o norte por certos canais das campinas sempre a leste; todo este local era de areia até a marinha;²⁰⁰ aqui se perguntou aos práticos aonde ficava a barra do Rio Iguaçu, nos disseram que ficava mais para o sul. Andamos mais um pouco pela marinha e

²⁰⁰ Mais uma referência precisa. O conjunto de lagoas drenadas pelo DNOS originou-se da compressão que a grande restinga do norte fluminense exerceu sobre a planície fluvial, aprisionando, neste limite, grandes massas de água que formaram as lagoas. O mesmo processo ocorreu na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, com a restinga barrando uma série de pequenos cursos d'água que desciam da serra e do tabuleiro e transformando-os em lagoas alongadas e dendríticas. Assim, posicionando-se de costas para a margem direita do Paraíba do Sul, à direita ficam as ricas terras de massapé; à esquerda, os terrenos arenosos de restinga. O registro do roteiro é corretíssimo, já que os exploradores se passaram para a margem esquerda do rio Doce.

descobrimos a barra do Iguaçu.²⁰¹ Daqui voltamos a apanhar sua margem do poente, rodeamos certos pântanos e caminhamos por alguma campinas, aonde viemos tornar a campina do cabo de São Tomé pela parte do norte, nos ficando as águas do Iguaçu a leste. Nos era necessário atravessar para seguir pela marinha para irmos para o nosso pouso. Nisto ficamos perplexos a perguntar aos práticos, nos apontaram um lugar mais ao sul, para passarmos seguimos até o dito lugar, e passamos às costas desta gente, lhe dando a água pela cintura. Seguimos a marinha pela parte de baixo, beirando a campina até a ponta do cabo de São Tomé e chegamos ao nosso pouso costumado, eram cinco horas e meia da tarde.²⁰² – “Ora pois, já vimos o Rio Iguaçu, rio do nosso pedido”, disse o Senhor Castilho. – “Já, Senhor piloto, lhe disse o Senhor Gonçalo, e por ele há de seguir o seu rumo”.

Aí na ponta do cabo de São Tomé consultamos neste negócio; assentamos primeiramente em fazer o curral do Senhor Castilho, no lugar que ele se agradou na campina limpa no centro; os do Senhor Riscado e as divisões ficaram para depois em razão de mais alguma demora para estarmos mais alguns dias perto dos curraleiros para ficarem com isto mais satisfeitos enquanto se vão acostumando.

Descansamos dois dias; no seguinte que eram [*sic*] seis seguimos com os nossos camaradas todos e as ferramentas para o mesmo fim, atravessamos a campina e no fim dela estava o grande banco de areia aonde passamos a jornada antecedente. Aparamos [*sic*], pois agora íamos montados, estendíamos as nossas vistas pela campina fora, para a banda do cabo de São Tomé, que fazia um aspecto mui brilhante. Aí disse o Senhor Riscado: – “ainda falta dar o apelido a esta campina”. – “Eu já lhe dei”, disse o Senhor Duarte. – “Qual foi, que não tenho disso lembrança?”, disse o Senhor Riscado. – “A campina do cabo de São Tomé. Pois não está conforme o apelido segundo o aspecto que daqui faz?”, disse o Senhor Riscado. – “Pois que apelido se deve dar?”, disse o Senhor Duarte. – “Segundo o que daqui representa tão grandiosa

²⁰¹ Fatalmente, seguindo pelas margens esquerda e direita do rio Doce, o destino seria o rio Iguaçu, já que o primeiro era seu tributário.

²⁰² A descrição é incrivelmente precisa. Só o capitão de infantaria e topógrafo Manoel Martins do Couto Reis a superará, em 1785.

vista, deve-se lhe dar o apelido de campina da Boa Vista”.²⁰³ – “Pois seja campina da Boa Vista”, disse o Senhor Duarte.

E voltamos os cavalos a alcançar os que iam de pé e carregados; caminhamos até as nossas quiribas, e aí armamos o nosso abarracamento, para passarmos o rigor da noite.

Amanheceu o dia sete marchamos com a nossa gente, eram três horas e meia, estávamos no dito lugar, armaram-se as barracas, e o cozinheiro foi tratar da comida, pois a gente de pé chegaram [*sic*] bem cansadas. Consultamos em cortar madeira em uma mata que jazia ao pé do lago, que ficava um tanto arredado, aonde havia de ser formado o curral e a choupana, coisa de meio quarto de légua para o sudoeste.

Amanheceu o dia oito, tratou-se deste trabalho, se fez o dito curral e uma choupana coberta de palha, por não poder ser menos, para residência do curraleiro Valério da Cursunga, por Índio afilhado do Senhor Castilho. Depois de tudo pronto, voltamos para se fazer os dois currais do Senhor Riscado, cá fora próximo à marinha; viemos pernoitar nas nossas quiribas, em razão da gente que caminhava de pé. Aqui disse o Senhor Duarte: – “Falta dar-se o apelido da grande campina do centro, já se lhe deu, não tenho lembrança, o Senhor Castilho que lhe diga o apelido que lhe deu”, disse o Senhor Riscado. – “Qual é o apelido, Senhor Castilho?” – “A campina do grande Campo Limpo”, disse o Senhor Castilho, pois ela é tão extensa, que vai até às matas do Rio Paraíba, é toda limpa de chavascas, isto é a razão d’eu lhe dar esse apelido”. – “Bem, está muito conforme”, disse o Senhor Duarte.

Amanheceu o dia nove; seguimos para a ponta do cabo de São Tomé. No dia seguinte, se tratou de fazer um curral do Senhor Riscado, mesmo aí na ponta do cabo de São Tomé; depois que se finalizou este trabalho, e foi colocar o outro de São Miguel, que se lhe deu este apelido, em razão do Índio Miguel que aí ficou para curraleiro, afilhado do Senhor Riscado, trazer uma imagem do Santo do seu nome e aí a colocou fazendo certo oratório; depois de tudo pronto, voltamos para a ponta do cabo de São Tomé. Nesse curral de São Tomé ficou por curraleiro o escravo Antonio Dias, cinco novilhas

²⁰³ Até hoje, o nome de Boa Vista permanece. Terra muito baixa, a campina alaga-se facilmente. Há bastante gado bovino sendo criado nela. Contudo, os fazendeiros descobriram o búfalo como animal mais resistente ao banhado. Legalmente, ele é protegido por uma Unidade de Conservação do município de Campos por seu valor ambiental e cultural.

e um touro, e no de São Miguel, outras cinco e um touro, aonde ficou o Índio Miguel. Esses trabalhos nos levaram até o dia 29.²⁰⁴

Amanheceu o dia 30; fomos levar o gado do Senhor Castilho ao seu curral da campina do grande Campo Limpo, e juntamente acompanharam algumas ferramentas dois machados, três facões e cinco enxadas, quatro para os naufragados e uma para o curraleiro também índio afilhado do Senhor Castilho, Valério da Cursunga. Estes quatro homens eram muito camaradas e se uniam muito e bem educados, muito diferentes dos outros que estavam na aldeia, e por essa mesma razão é que nós olhemos mais para eles. Apesar disto deixamos ordem, se eles os procurassem, de lhe dar pouso; deu-se lhe ao norte do curral um lugar muito próprio para se cultivar, para eles irem vivendo em companhia do curraleiro Valério da Cursunga. Aí do curral do Senhor Castilho viemos à ponta do cabo de São Tomé para marcar as linhas para o sertão, pois a testada já estava marcada.

No 1º de janeiro de 1634 seguimos para o Rio Iguaçu, para daí fazermos menção da linha de fora para o sertão. Da barra do Iguaçu seguiu [*sic*] direito por alguns areais e matas a apanhar um lago d'água salitrada, a que lhe demos o apelido de Lago Salgado.²⁰⁵ Daqui seguiu [*sic*] pelo canal das águas dos dois lagos pela parte do nordeste.²⁰⁶ Aí se fez uma jangada como já se tinha feito, quando por aí passamos; feita a jangada se embarcaram alguns nela, seguindo para o norte. Já em boa altura se desamarrou a cabeça da jangada, aonde caiu o Senhor Duarte, porém não teve perigo algum. Aqui disse o Senhor Gonçalves, que se desse ao lago o apelido de Caí, por seu irmão aí cair. - “Pois seja o Caí”, disse o Senhor Castilho, que ia na jangada como piloto do dito Lago do Caí.²⁰⁷ Seguiu [*sic*] direito ao rio, que vai desaguar no Rio Paraíba, em razão de ser mãe d'água e lugares permanentes. Do Rio Paraíba seguiu [*sic*] a sua margem do sul para nos servir de

²⁰⁴ Ou seja, vinte dias. A distância entre o Cabo de São Tomé e a Fazenda de São Miguel é considerável para ser percorrida a pé ou a cavalo em tão pouco tempo, como dá a entender o documento, se lido de maneira corrida.

²⁰⁵ Trata-se da famosa lagoa Salgada, totalmente no interior da restinga e objeto de estudo da comunidade científica mundial pelos processos de fossilização recente que apresenta. Bem perto dela, existia o brejo do Riscado, talvez em homenagem ao capitão Miguel Riscado.

²⁰⁶ Paralelamente ao rio Doce, existe, inteiramente dentro da restinga, um outro curso d'água que cruza a lagoa do Quitungute e do Taí Grande, em direção ao rio Paraíba do Sul.

²⁰⁷ Em sua transcrição, Augusto de Carvalho registrou o local como “lagoa de Taí”, topônimo de fato mais usual.

limites. Caminhamos uma boa distância pela sua margem acima, aonde descobrimos outro rio, da parte do norte, que desaguava no Paraíba;²⁰⁸ andamos mais para cima; em certa altura paramos. Fazia uma baixa até a margem do Paraíba; deste lugar fizemos menção ao cume das serras. Neste mesmo lugar em um alto da dita baixa da parte do sul se cortaram dois paus e se fez uma Santa Cruz: a haste tinha dez palmos e o seu cruzanto [*sic*] seis palmos; colocou-se para dentro do Paraíba coisa de 30 braças em razão das suas águas que poderiam ir correndo a sua margem. Deste lugar voltamos à ponta do cabo de São Tomé para apanhar as outras linhas.

No dia sete querendo se pegar a linha, que divide o Senhor Castilho com o Senhor Riscado, o Senhor Castilho disse, que era escusado fazer menção desta linha em razão de maior demora, pois que ele sempre estava resolvido a embarcar para a costa de Leste, portanto o Senhor Riscado lhe comprava o seu quinhão, pois já estavam convencionados nisso, se assentou seguir-se a apanhar a pedra do Senhor Riscado, que divide com o Senhor Maldonado. Desta pedra seguiu pela campina, que quebram as águas ao nordeste, que vem para o Rio Iguaçu, seguiu a campina e atravessou alguns lagos, direito a um alto que lhe demos o apelido do Retiro, por estar no centro desse alto não muito longe de um riacho d'água que fica ao sudoeste à beira de um mato, vai em direitura à grande Lagoa Feia;²⁰⁹ desta beira a sua margem da parte do norte, por não podermos atravessar a grande Lagoa Feia, até apanhar a barra do Rio dos Macacos, vizinho do Ururaí, que a todos dois lhe demos apelido, e desta barra em direitura ao cume das serras a vento les-nordeste. Finalizado este rumo voltamos a apanhar a pedra, que divide o Senhor Riscado com o Senhor Maldonado, para o Senhor Riscado ficar inteirado da terra, pelo negócio que fez do seu engenho com o Senhor Maldonado, que é o seguinte: – o Senhor Maldonado lhe deu neste negócio a terra desde o rumo do Senhor Riscado por estar imediato com ele, aonde se inteirou desde donde as

²⁰⁸ Caminhando-se pela margem direita (sul) do Paraíba em direção à foz, rapidamente os sesmeiros encontrariam o brejo de Mundeuzinho, outrora largo como um grande rio e que serviu para a abertura do canal de Cacimbas, no século XIX, para navegação. Caminhando para cima, andariam muito para alcançar a foz do rio Muriaé, último verdadeiro afluente do rio Paraíba do Sul. A menos que o registro se refira ao córrego da Cataia, que liga a lagoa do Campelo ao rio Paraíba do Sul.

²⁰⁹ Na planície fluvio-marinha, existem vários locais com o nome de Retiro. Este, mencionado no *Roteiro*, sem dúvida, fica nas imediações do sul da lagoa Feia, onde restaram remanescentes de tabuleiro, formação mais alta que a baixada.

águas quebram para o nordeste do Rio Iguaçu, como em outro lugar fica dito, deste lugar segue para o sudoeste até a volta de um valado d'água defronte de um mato formado sobre um banco de areia que fica ao sudoeste do curral de São Miguel, deste mato segue ao canal que traz as águas do Rio Iguaçu, daqui segue em direitura a apanhar o mato do sudoeste do saco apantado, apelido que lhe demos, a fazer fundos na Lagoa Feia, pelo norte do saco apantado. Acabado isto fomos apanhar a pedra que divide o Senhor Maldonado com o Senhor Gonçalo Corrêa. Desta pedra segue a apanhar pelo norte do Lago Jagabra, cortando sempre a campina que vai a outra aldeia da Lagoa Feia, a qual já a não achamos, aonde veio passar perto da dita aldeia, atravessando parte da Lagoa Feia até ao oeste, aonde passou por uns chavascas em direitura a um rio que topamos da parte do oeste, ao qual lhe demos o apelido de Macabu, derivado do Rio Macacu, nas vizinhanças do Rio de Janeiro²¹⁰. Deste Rio seguiu ao cume das serras.

Acabado este trabalho saímos para fora [*sic*]; nesta saída caminhamos mais ao sul pelo prático nos dizer que tínhamos outro caminho mais perto, para apanhar a pedra do sul ou sudoeste do Senhor Gonçalo com seus irmãos; por acaso viemos dar na outra aldeia nova dos Índios que se tinham mudado da aldeia do pontal da Lagoa Feia, logo que nos conheceram nos vieram saudar, junto com eles apareceu um preto entre eles, nós ficamos perplexos, de ver aquele preto por lugares incultos sem moradores, nisto indagamos dele quem era e como veio ali parar; nos disse, que era forro; lhe perguntamos mais se era crioulo da terra, nos disse, que não, que era de nação Quissamã; vimos que não tinha lugar o que ele dizia, assentamos ser desertado de seu senhor e desconfiando das nossas indagações, se sumiu aí mesmo na aldeia, que não o vimos mais, por mais diligências que fizemos. Aí demos ao lugar o apelido de Quissamã, em razão do preto.²¹¹ Nisto seguimos procurando a marinha para apanhar a pedra que divide o Senhor Gonçalo de seus irmãos o Senhor Duarte e o Senhor Manoel Corrêa. Convencionando-se todos três irmãos em seus negócios particulares, não se fez menção deste rumo juntamente em mais nos abreviarmos, pois queríamos nos recolher ao seio das nossas

²¹⁰ O rio Macabu é um dos dois grandes afluentes da lagoa Feia. O outro é o Ururaí, ambos batizados, segundo o *Roteiro*, pelos Sete Capitães.

²¹¹ Município que se constituiu em 4 de janeiro de 1989, com a lei n.º 1.419, desmembrando-se de Macaé. Existe um grupo nativo na África denominado Quissama.

famílias. Nisto fomos apanhar a pedra, que divide os Senhores três Corrêas irmãos com o Senhor Antonio Pinto. Desta pedra que está à margem da marinha seguiu por charnecas ou chavascas em areais, coisa de um quarto de légua, pouco mais ou menos, ao sudoeste do Lago dos Carapebus, que lhe demos o apelido, atravessou mais dentro do interior outras águas que comunicam com o dito Lago, passando coisa de meio quarto de légua ao nordeste de um canal espécie de rio; deste canal entrou pelo sertão. Caminhando mais para o interior, se descobriu um riacho de água; passando à margem de um outro da parte do sudoeste, aonde em uma árvore grossa lhe fizemos uma cruz funda a machado, juntamente ao redor da extremidade um monte de pedras; desta árvore seguimos para o interior até que topamos com um rio, o qual não pudemos vadear. Assentamos ser o Rio de Macabu, que lhe demos o apelido, derivado de Macacu, das vizinhanças do Rio de Janeiro, daqui deste lugar se fez menção ao cume das serras a vento les-nordeste. Aí da parte do sul e sudoeste lhe serve de divisa o Rio de Macaé, que nasce das mesmas cordilheiras, pela divisão pela natureza, e segundo a nossa carta de sesmaria.

Nisto voltamos para a ponta do cabo de São Tomé; daqui fomos ao curral do Valério da Cursunga, aí se determinou aos naufragados para ficarem certos de não desamparar e servirem de companhia ao Valério e juntamente visitarem os dois currais de fora do Senhor Riscado. Nisto nos despedimos do Valério ficando com um dos homens, e os três nos acompanharam até o dia seguinte.

Seguimos para ponta do cabo de São Tomé, aí nos demoramos até o dia 27, para nos refazermos de comedoria, para se fazer certas determinações a esta gente. Em primeiro lugar pedimos ao Maioral para mandar caçar alguns veados, pois disse que havia muitos para o lado do Rio Iguaçu, e que eles apanhavam com suas armadilhas, para termos que comer até chegar em povoado. Juntamente consultamos com o Maioral para eles se aldearem no interior, onde era melhor terreno para cultivação, que se lhes daria ferramenta para esse fim, e eles assentaram nisso.²¹² Depois que nos refizemos de comida, nos arrumamos para seguir ao Rio de Janeiro.

²¹² O processo de transformação dos nativos de extrativista em agropastores toma forma mais nítida, sendo que não em seu próprio proveito, mas como servos.

Amanheceu o dia 30; depois que comemos alguma coisa seguimos com os três homens, companheiros do que ficou com Valério da Cursunga, o Maioral e alguns Índios. Nisto caminhamos determinando aos três homens, que lhe achamos mais circunstâncias que nos outros que ficavam na aldeia, que nos determinasse para eles fazerem companhia ao escravo Antonio Dias; mas no curral de São Miguel eles nos disseram que fariam todas as determinações. Pernoitamos no curral de São Miguel e aí nos demoramos dois dias e achamos na choupana que se fez para residência do curraleiro Miguel Índio, e pela sua curiosidade fez um oratório, onde colocou a imagem do Santo do seu nome de São Miguel.²¹³ Nisto chegando os Índios fizeram um burburinho, que nos fez certa desconfiança; porém os três naufragados, conhecendo a nossa desconfiança, nos asseveraram que não tivéssemos que aquilo neles foi admiração de verem a imagem do Santo, aonde diz, que diziam que estava muito belo, aonde então ficamos com os nossos espíritos em sossego. Neste dois dias que tivemos de demora, fizemos todas as recomendações possíveis tanto ao curraleiro Miguel, como aos outros três homens, para que todos façam união perfeita.

Amanheceu o dia três de fevereiro, nos despedimos de todos, seguimos a nossa derrota com grande sentimento de todos. Nós os consolamos que logo voltávamos, e se despediram. Chegamos a Macaé ao sol posto, pernoitamos nessa povoação.

Amanheceu o dia quatro, fomos agradecer ao Senhor Domingos Leal, administrador desta povoação tantos obséquios, e lhe fizemos a entrega dos práticos e os gratificamos.²¹⁴ Nisto nos despedimos, seguindo nossa jornada até às quatro horas da tarde; chegamos a uma pequena povoação do Rio de São João, e em razão dos caminhos não estarem ainda transitáveis aí pernoitamos.²¹⁵ Amanhecendo o dia cinco, seguimos para Cabo Frio, aonde chegamos pelas duas horas da tarde; aí nos demoramos com algumas pessoas da nossa amizade até

²¹³ Até hoje, ergue-se no local uma capelinha com invocação de São Miguel, não significando isto que ela tenha sido construída no século XVII.

²¹⁴ A data de 4 de fevereiro de 1634 marca o fim da segunda viagem dos Sete Capitães, pois, neste dia, deixaram seus domínios rumo ao Rio de Janeiro. Em pleno período chuvoso no norte fluminense, nenhuma referência é feita a chuvas.

²¹⁵ A principal explicação para os caminhos não estarem transitáveis, nessa época do ano, são as chuvas. No entanto, este registro não explicita uma informação de vital importância.

às cinco horas, que seguimos com o Senhor Riscado para a sua nova pousada em Araruama do Parateí.

Aí estivemos até o dia sete desfrutando da nossa amizade até o dia oito, que nos despedimos e seguimos às nossas pousadas. Ocorrendo a notícia da nossa chegada, fomos visitados de algumas pessoas da nossa amizade, estes nos perguntando como passamos com os selvagens em razão das notícias que corriam na capitania do Rio de Janeiro da sua ferocidade, aonde lhe participamos o contrário e o quanto nos foi ocorrido da boa paz e concórdia dessa gente, juntamente a grandeza do país. Nisto se estenderam as notícias na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que só se tratava dos Campos dos Goytacazes, em razão de ser as primeiras campinas descobertas, para a criação do cavalariço e vacum, segundo a necessidade que então havia²¹⁶. Logo o Senhor Maldonado foi visitado do Senhor Gaspar de Souza Monteiro, o qual informado destas grandezas convencionou-se com o Senhor Maldonado para criação de gados; este participando ao capitão Tomé José de Barcellos Velho, se dispôs a ir falar sobre este mesmo fim, aonde também convencionou-se para quando se determinasse ir aos campos, que juntamente desejava ir para tomar conhecimento do país, aonde se lhes respondeu que sim, que ele teria participação. Em princípios de outubro nos participou o Senhor Riscado para nos dispormos quando quiséssemos ir aos campos. Com esta notícia o Senhor Maldonado fez saber aos Senhores Capitães Monteiro e Barcellos para se disporem; nisto nos aprontamos para o primeiro aviso do Senhor Riscado.

No dia três de novembro tivemos o dito aviso que nos esperava na sua pousada em Araruama do Parateí. Os nossos companheiros que foram são os seguintes: eu,²¹⁷ João de Castilho, o Senhor Maldonado, o Senhor Riscado e o Senhor Duarte por si e seus irmãos por não poderem ir, um seu sobrinho Antonio Lopes Pereira, o Senhor Monteiro, o Senhor Barcellos.

No dia seis, todos estavam prestes para a dita jornada.

²¹⁶ De fato, em toda a capitania, província e estado do Rio de Janeiro, não existem planícies mais vastas que no norte fluminense. Na época dos Sete Capitães, mais propícias ainda à criação de gado porque os pastos eram nativos e as terras, gratuitas.

²¹⁷ Esta é a única vez, em todo o *Roteiro*, que aparece pronome EU, indicando uma pessoa encarregada de redigir o relato. Seus autores presumíveis – Miguel Aires Maldonado e João de Castilho Pinto – são referidos sempre na terceira pessoa do singular. É quase certo que os Capitães tenham levado um escrivão anônimo.

No dia seguinte, sete, seguimos para a pousada do Senhor Riscado em Araruama do Parateí, que nos esperava. Chegamos era sol posto, aí passamos a noite.

Amanheceu o dia oito, seguimos a nossa derrota, chegamos em Cabo Frio seriam dez horas. Aí ficamos até o dia seguinte em razão de uma amizade dos Senhores Capitães Barcellos e Monteiro.

Amanheceu o dia 11, seguimos para Macaé, onde chegamos no dia 13, pelas três horas da tarde. Nisto fomos dar adeus ao administrador desta povoação o Senhor Domingos Leal.²¹⁸

Aí passamos a noite, e amanhecendo o dia 14 nos despedimos do Senhor Leal. Ele nos fez saber que os índios da Lagoa Feia se tinham ajuntado com os outros do cabo de São Tomé, segundo as notícias dos mamelucos; nisto nos despedimos. Caminhamos, chegando na primeira pedra, não muito longe do Lago dos Carapebus pelas 11 horas, seguimos a nossa jornada e anoitecemos na pedra que divide o Senhor Gonçalo com o Senhor Maldonado.

Aqui quisemos passar o rigor da noite, porém os práticos nos disseram, visto o luar estar tão bom, o verdadeiro era seguir para o curral de São Miguel, pois chegamos cedo; com esse dizer assentamos em seguir, chegamos seriam dez horas. - “Aqui está o curraleiro seu afilhado, disse o Senhor Castilho”. Aqui lhe disse o Senhor Riscado: - “então, Miguel, como tens passado por cá?” “Bem, Senhor”. - “E então os teus camaradas estão todos pelos currais como ficou determinado para fazer companhia a vocês?”. “Todos, sim Senhor: - “e os dois que aqui ficaram com você, que é deles que aqui os não vejo?”. - “Foram daqui hoje de manhã caçar com os da ponta do cabo de São Tomé, para virem amanhã”. - “Está bom”, disse o Senhor Riscado. - “E os quatro estão com o meu Valério?”, lhe perguntou o Senhor Castilho. - “Estão sim, Senhor; dois foram a Macaé e trouxeram paus de mandioca para semear”. - “Essa notícia tivemos em Macaé”, disse o Senhor Riscado.²¹⁹ - “Está bom; os quatro marinheiros que notícias nos dais deles?”- “Esses andam por aí mesmo na aldeia e no curral de Antonio Dias, daí não saem”. - “Então pelo que?”, disse o Senhor

²¹⁸ Segundo o critério que estamos usando, a terceira e última viagem dos Sete Capitães as suas sesmarias no norte fluminense se inicia no dia 13 de novembro de 1634, mais uma vez, em fim de ano.

²¹⁹ Mais uma confirmação de que as relações dos moradores do povoado de Macaé e os goitacás da costa de São Tomé tinham certa freqüência. As mudas de mandioca são mais um elemento a indicar que a economia do norte fluminense passava de extrativista para agropastoril e voltada para o mercado.

Castilho. – “Estão por aí casados”, disse o curraleiro Miguel. Tivemos este galanteio para nos escangalhar de riso. Já era mais de meia-noite, estando nós comendo alguma coisa. – “Basta, vamos descansar; de manhã indagará do restante o Senhor Riscado”, disse o Senhor Castilho.

Amanheceu o dia 15, saímos para fora [*sic*] a estendermos as nossas vistas pela campina. Aqui perguntou o Senhor Riscado ao seu curraleiro se já alguma novilha tinha filhos, ele respondeu que duas. – “Valha-nos isso”, disse o Senhor Riscado. – “Vamos ver a sua nova criação”, disse o Senhor Castilho. Nisto fomos para o curral e estavam lindas e muito gordinhas. Nisto perguntou o Senhor Maldonado aos seus amigos: – “então Senhores, que lhes parece isto por aqui?” – “Muito bom”, disse o Senhor Barcellos. “Vossas mercês alcançaram uma rica propriedade donde podem ter imensos rendimentos com a criação do cavalari e vacum, segundo a necessidade no Rio de Janeiro. Vamos passear por essas campinas para ver o que me poderá agradar”.

Montamos a cavalo e fomos passear pelo quinhão do Senhor Maldonado. No fim de uma baixa ficamos como perdidos. O Senhor Castilho, conhecendo a balda, se entrou a rir. – “Vossa mercê se ri por ter muitos conhecimentos da arte de náutico; quando não estaria confuso como nós; agora nos está chacoteando”. – “Ora sigam-me”, disse o Senhor Castilho. Eram duas horas da tarde, se descobriu o curral ao nordeste. – “Então será aquele o curral?”, disse o Senhor Castilho. – “É, Senhor piloto”, disse o Senhor Riscado. Chegamos eram três horas e meia. Aqui disse o Senhor Barcellos: – “com efeito! É uma grandeza”. Jantamos e fomos ver o mar de cima da marinha, pois ficava perto; quando voltamos estava o sol se pondo.

Amanheceu o dia 16, fomos passear na propriedade do Senhor Riscado. Aqui disse o Senhor Maldonado ao Senhor Riscado: – “perguntemos ao seu curraleiro se já está bem ciente disto por aqui; não vamos ficar embasbacados, como ontem”. Se lhe perguntando, ele disse que já tinha algum conhecimento.²²⁰ – “Pois vamos”, disse o Senhor Riscado. Seguimos do curral para o nordeste; depois de termos andado uma boa distância, descaímos ao noroeste; adiante descobrimos uma porção de campina rodeada d’água; fazia uma ilha, aqui ficou o Senhor Barcellos muito inclinado. Seguimos no mesmo vento. Andamos coisa de légua e meia, descobrimos um lugar um

²²⁰ Do caso de homossexualismo.

tanto alto e tinha sua extensão uma bonita vista para a frente, fazia uma baixa arredada do alto coisa de meio quarto de légua, aonde havia um riacho de águas para o norte e nordeste. Neste lugar ficou inclinado o Senhor Monteiro. Aqui disse o Senhor Monteiro: – “aquele alto está muito próprio para um curral, e tem este riacho para os animais beberem”. – “Pois bem, seja aqui o seu, visto estar tão agradado do lugar”, lhe disse o Senhor Maldonado. – “Isto pertence ao Senhor Riscado, segundo um negócio que com ele fiz, porém isso não é obstante, entendo que o Senhor Riscado fará nisso muito gosto”. – “Pois não”, disse o Senhor Riscado. Nisto estava o Senhor Monteiro a empregar as suas vistas para um outro lugar, dando mostras de estar muito agradado. – “Em que considera capitão Monteiro?”, disse o Senhor Maldonado. – “Homem, estou me lembrando de uma propriedade que o defunto meu avô possuía em Portugal, em um lugar chamado a Castanheta”. – “Pois bem, dê-se lhe aqui esse mesmo apelido, pois outro tanto temos nós feito, em dar apelidos a alguns lugares, pois assim é necessário para o futuro, para nossos vindouros terem conhecimento como se hão de manter”, disse o Senhor Riscado. Disse então o Senhor Monteiro: “pois ficará sendo a Castanheta”.²²¹ “Ora pois, falta concordar o Senhor Barcellos a Ilha do Arrodeio”, disse o Senhor Castilho. – “Porém, eu vim convencionado com o Senhor Maldonado”, disse o Senhor Barcellos. – “Por isso não, assim como o Senhor Riscado faz gosto com o Senhor Monteiro, também fará com o Senhor Barcellos”. “Pois não”, disse o Senhor Riscado. – “Pois bem, vamos indo para o curral, e lá concertaremos este negócio”, disse o Senhor Barcellos.

Nisto seguimos; chegamos eram três horas da tarde. – “Jantamos depois”, disse o Senhor Barcellos. “O Senhor Maldonado faz gosto que eu concorde com o Senhor Riscado?” “Muito, muito”, disse o Senhor Maldonado. – “Pois bem”. Enfim convencionaram-se os dois Senhores com o Senhor Riscado. – “Ora pois, está o Senhor Barcellos cedo com um curral na Ilha do Arrodeio”, disse o Senhor Castilho. “Não pretendo dar-lhe tal apelido, disse o Senhor Barcellos. Assim como o Senhor Monteiro teve a lembrança do apelido da propriedade de seu avô, também eu tenho apelido para pôr no meu sítio do curral,

²²¹ Trata-se do rio Castanheta, um dos cinco principais formadores do Rio Iguaçu. Mais uma vez, invoca-se a importância do registro para os descendentes.

tal e qual me dizia meu pai, sendo filho da vila de Barcellos donde nos vem o apelido, que eles tinham uma propriedade em um lugar que tinha o apelido do Desterro; portanto, pretendo lhe dar o apelido da Ilha do Desterro, e não da Ilha do Arrodeio, como o Senhor lhe chama”²²². - “Eu lhe dei esse apelido, por ser arrodada [*sic*] d’água, mas não para que se lhe dê tal apelido. Os donos das propriedades é que lhe devem dar os apelidos, cada qual do seu gosto”, disse o Senhor Castilho. Ficaram os dois Senhores convencionados em um mil réis por cada ano, com a condição de não fazerem benfeitorias de maior valor de 30 mil réis.

No dia seguinte fomos para o cabo de São Tomé. Estivemos aí até o dia 18. Aí se achavam três novilhas com filhos, neste curral do Senhor Riscado. Neste mesmo dia de manhã seguimos para o curral do Senhor Castilho, na campina do Campo Limpo, onde estava o Índio seu afilhado Valério da Cursunga; neste curral só se achou uma cria nascida; aí estivemos até o dia 20 que seguimos para o cabo de São Tomé.

Neste curral para a parte do norte, no lugar que demos aos naufragados, já achamos lavouras deles e do Valério, que disseram, que tinham ido a Macaé buscar sementes de feijão, milho e paus de mandioca, que o Senhor Domingos Leal, administrador desta povoação, sabendo por eles que eram os homens que tinham naufragado e que estavam nos nossos currais da nossa propriedade, lhes dera as ditas sementes; toda esta pequena lavoura estava muito viçosa.²²³ O Senhor Antonio Lopes Pereira ficou inclinado a fazer por aqui o seu estabelecimento, em razão de estarem os mais lugares ainda muito desertos. Então o curraleiro Valério nos foi mostrar um lugar muito próprio, mais ao norte das lavouras deles, no qual assentou dali mesmo o fazer por enquanto, para depois que vier do Rio de Janeiro com o seu arranjo fazer melhor acomodação.

Daí seguimos para o cabo de São Tomé. Aí estivemos até se concluir certos arranjos, aonde seguimos no dia 23 para o curral de São Miguel.

²²² Tudo indica trata-se da ponta formada pela enseada do Tatu, na lagoa Feia, onde se instalou a segunda sede do Morgado de Capivari, do capitão José de Barcelos Machado, onde se erigiu a capela de Nossa Senhora do Desterro de Capivari.

²²³ A agricultura ainda tem um caráter de subsistência e complementar ao gado, mas começa a ser praticada com vistas à praça do Rio de Janeiro.

Aí nos demoramos até o dia 25, que seguimos para Macaé, e daí para Cabo Frio, aonde chegamos no dia 28.²²⁴

Daí seguimos para a pousada do Senhor Riscado, em Araruama do Parateí. Aí achamos a notícia de ter falecido o Senhor Manoel Corrêa, que muito sentimos: daqui seguimos às nossas pousadas, aonde chegamos no dia 30.

No dia três de dezembro fomos dar os pêsames à Senhora Dona Angélica, pela morte do seu marido o Senhor Manoel Corrêa.

No dia 21 de agosto de 1636²²⁵ passou a vender o seu quinhão o Senhor João de Castilho Pinto ao Senhor Riscado, conforme se tinham convencionado com a notícia do Senhor Castilho querer seguir para a costa de leste.

O padre provincial da Companhia enviou seu procurador ao Senhor Castilho para o fim de lhe comprar sua propriedade, aonde lhe fez saber que já estava o Senhor Riscado senhor dela.

No dia 12 de setembro o Senhor Castilho e o Senhor Gonçalo Corrêa se despediram das suas amizades, e no dia 14 saíram pela barra fora, deixando o Senhor Gonçalo o seu quinhão ao seu irmão o Senhor Duarte e os seus sobrinhos, filhos do finado Senhor Manoel Corrêa.

Esta nossa descoberta dos Campos dos Goytacazes tem feito uma sensação e uma cobiça a vários personagens na capitania do Rio de Janeiro, que nós temos visto bem atropelados para venda das terras, aonde os mais acerbes [*sic*] tem sido o provincial da Companhia e o abade do Mosteiro de São Bento, que chegou a pontos tais de se empenharem com o Governador por ver com o seu respeito se obtinham o que desejavam; aonde ele nisto não se quis envolver.²²⁶

Em 1637, em janeiro, foi o Senhor Barcellos junto com o Senhor Monteiro levar o seu gado para os seus currais, aonde os acompanhou o Senhor Antonio Pinto.

Neste ano faleceu o Senhor Duarte Corrêa, a três de abril, e o Senhor Marcello Corrêa, seu filho, foi aos Campos tomar conhecimento destes negócios, que lhe pertenciam e a seus irmãos.

²²⁴ Fim da terceira viagem.

²²⁵ Passaram-se dois anos desde o retorno da última viagem ou teria havido erro em grafar o ano de 1636?

²²⁶ O documento já prepara o caminho para a discussão final, tão valorizada pela historiografia factual. A concentração em datas e na existência ou não de pessoas deixou de lado a análise do contexto ecológico. O contexto humano não deu consistência ao *Roteiro*. O contexto ecológico ancora o documento na região e no século XVII com muito mais lastro.

Em 1645 faleceu o Senhor Miguel Riscado.

Em 1647, a 13 de outubro, foi a Senhora Dona Maria Riscado para os campos de morada, para as terras que lhe couberam por legítima, aonde fez a sua primeira residência no curral de São Miguel.

No ano seguinte, em agosto, houve nos campos um rebuliço dos selvagens, que tinham matado uma novilha; aqui passou o curraleiro escravo Antonio Dias do curral da ponta do cabo de São Tomé com o gado para o curral de São Miguel. Com este rebuliço passou a Senhora Dona Maria Riscado a fazer o seu novo estabelecimento no lugar da campina do grande Campo Limpo, não muito longe do curral do Valério da Cursunga, mais para o nordeste.

Em 1647 houve na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro um rebuliço em razão de aparecerem um dia pela manhã ao largo do mar umas embarcações. Os povos se dirigiram pelas praias a tomar conhecimento, não fossem franceses ou holandeses, pois destas coisas ainda reinavam alguns crimes. Como vinham corridas com vento fresco, se aproximavam não muito longe da barra; nisto já se tinham dado as providências necessárias. Estavam todos com as suas vistas empregadas nas embarcações, quando mais próximo da barra foram reconhecidas as suas bandeiras serem portuguesas. Nisto sossegou o espírito público na fé de ser algum reforço mandado por El Rei. Era uma hora da tarde, começaram a entrar, pelas duas horas estavam todos dentro. Foi então, que correu um boato de ser o general Salvador Corrêa de Sá, que já tinha sido Governador desta capitania nos princípios das desordens dos franceses, homem de grandíssimo respeito. Eram cinco horas, estava saltando em terra com toda a sua comitiva: aonde o Governador da capitania do Rio de Janeiro, Duarte Corrêa Vasqueanes o foi receber, acompanhado de vários personagens.

No seu desembarque (ação funesta para um Governador de uma capitania como a do Rio de Janeiro, tão opulenta, que já se fazia), o recolherem à pousada e residência do Senhor Governador Duarte Corrêa Vasqueanes. Só chegou por uma satisfação do Governador o ir receber, logo se passou para sua verdadeira residência que lhe esperava, segundo o que correu depois por uma carta do dito general remetida ao padre provincial da Companhia, para o fim de aprontar casas para sua residência, aonde foi visitado de vários personagens do Rio de Janeiro. Com o correr do tempo lhe chegou aos ouvidos as descobertas

dos Campos dos Goytacazes, informado pelo dito provincial que era muito da sua amizade, aonde já lhe tinha representado as diligências que fez para de nós obter algumas terras e que nada de nós pode obter, aonde lhe faz saber, que até com o Governador se empenhou aonde ele nisso não se quis comprometer; aonde o general lhe perguntou, se a terra obtida era de grande extensão; aonde o provincial lhe respondera que era a maior parte dos dois donatários João Gomes Leitão e Gil de Góes da Silveira! - “Ó Senhor: é um continente, segundo as informações”. Aqui lhe disse o general: - “pois bem, visto estarem as coisas nestas circunstâncias, é necessário usar com esses homens de alguma indústria. Eles quantos sesmeiros são?” Aqui lhe disse o provincial: - “Senhor, são sete, porém na existência só dois, e que três eram falecidos e dois que tinham embarcado para a costa de leste em razão de não terem família”. Aqui diz-se que dissera o general: - “pois veremos o jeito que se poderá dar a este negócio, pois caso se obtenha desses homens algumas terras e ser coisa tão extensa, com tão lindas campinas para criação do cavalariagem e vacum, pois é tão necessário à capitania do Rio de Janeiro, por ser a primeira descoberta para este fim, quando caso assim aconteça terei aonde empregue alguma escravatura, que nas embarcações acompanharam-me”.

Com esta narração o provincial comunica ao abade do Mosteiro de São Bento e a outros ambiciosos que logo rodearam o provincial para, à sombra deste, reduzindo o general, serem admitidos em uma cavilação maliciosa.

Aos sete dias do mês de outubro de 1647 estando eu Maldonado na pousada de meu companheiro o Senhor Antonio Pinto compareceu perante nós um sujeito procurando por mim, dizendo que já me tinha procurado na minha pousada e que não me achando, por notícia fora ali ter. Nisto entregou-me uma carta, que dizia ser do general Salvador Corrêa de Sá e se despediu. Assentamos o que poderia dizer a carta, segundo do que já estávamos bem informados. Nisto abrimos a carta e vimos o que ela continha; além das suas lisonjas, dizia que nos desejava muito nos falar. Ora, este personagem estava na capitania do Rio de Janeiro com respeito tal que mesmo o Governador não era tão respeitado. Isto nos causou a nós um certo abalo. Enfim tratei com o meu companheiro o Senhor Antonio Pinto de lhe irmos falar. No dia aprazado nos ajuntamos e seguimos ao bairro da Misericórdia, onde

era a sua pousada. Chegando nós, nos veio falar um sujeito, sabendo primeiro o que nós pretendíamos, lhe fizemos saber que queríamos falar ao Senhor General, segundo uma carta, que dele tínhamos recebido; nisto mandou-nos esperar e lhe foi dar parte. Sabendo que éramos nós, nos mandou subir, o seu cumprimento foi da maneira seguinte: “sejam muito bem-vindos, Senhores Capitães! Deus seja convosco. Amigos, qual de Vossas mercês é o Senhor Capitão Miguel Ayres Maldonado?” - “É este criado de Sua Senhoria”. - “Pois bem, assentemo-nos, que temos que narrar algum pouco extenso”. Nisto assentamo-nos. Em primeiro lugar deu começo a imensidade de lisonjas para nos atrair. Depois saiu-se com o seguinte: -“tive por notícia, depois que sou chegado a esta capitania, que os Senhores Capitães alcançaram por sesmaria uma grandíssima propriedade, que se achava na donataria dos dois irmãos donatários João Gomes Leitão e Gil Góes da Silveira”. - “É verdade, sim, Senhor, lhe respondemos nós”. - “Então Vossas mercês já foram a esse continente, porque segundo o que estou informado é um continente?” - “Senhor, nós já lá fomos, é certo”. - “E então como se houveram com a gentilidade?” - “Muito bem, Senhor, nós os achamos muito pacíficos, andamos entre eles, colocamos três currais sem oposição alguma. É verdade que esta razão seria por estarem muito costeados com os mamelucos de Macaé, com quem alguns tinham relações. Juntamente achamos 11 homens naufragados entre eles. - “E onde ficaram esses homens?”- “Os extraviamos pelos currais para servirem de companhia aos curraleiros e lhes demos ferramentas para irem vivendo”. - “Muito bem”, disse o general - “É verdade que esse território dizem ser muito extenso e todo de campinas muito dilatadas, aonde as vistas não alcançam?”- “Senhor, é verdade e não deixa de não ser. Isso é uma grandeza” - “Então Vossas mercês já se dividiram?”- “Saberá Sua Senhoria, que sim” - “Quantos eram admitidos nesta sesmaria?”- “Senhor éramos sete” - “E todos existem?”- “Não Senhor - “Então são os Senhores dois só na existência?”. - “Sim Senhor, porém estão aí os seus herdeiros por eles”, lhe dissemo-nos, à exceção de dois que embarcaram para a costa de leste” - “Então esses não tinham família?”- “Não Senhor - “E os seus quinhões estão para se venderem?” - “Saberá Vossa Senhoria que um foi vendido a um dos falecidos dos nossos companheiros, estão aí os seus herdeiros por eles, aonde já alguns estabelecidos. -

“Porém, Senhores Capitães, consta-me que os selvagens estão revirados outra vez e que fizeram uns burburinhos”. - “Isso é falso Senhor, não há tal. O que aconteceu nos Campos foi tão somente isto: “eles, matando uma novilha, o curraleiro, que era um Índio, também afilhado de um dos nossos companheiros falecidos, que fora batizado na capitania de São Vicente, ele e outro também afilhado de outro nosso companheiro, quando por lá andamos nessas guerras, os quais nunca jamais nos quiseram até que nos acompanharam para o Rio de Janeiro, um dos falecidos que era o seu padrinho o fez seu curraleiro em razão da falta de escravos. O dito curraleiro se opôs aos ditos selvagens em razão da novilha, foi por isso que o mataram; não houve mais coisa alguma até o presente, Senhor”. - “Pois meus amigos, visto isso nunca essa canalha ficam pacíficos [*sic*]: eles são avessos a nós outros, os Senhores Capitães bem hão de saber os ataques que esta gente tem tido por todas as capitanias e sempre furiosos; e assim é necessário força para lhe fazer oposição em ordem: Vossas mercês não terão meios para esse fim”. - “Senhor, eles não fizeram outro burburinho senão esse da novilha”. - “Isso mesmo é uma prova deles nunca ficarem pacíficos; vamos fazer um concerto, que eu obrigue-me a dar forças para esse fim”. - “Pois, Senhor, Sua Senhoria exporá esse concerto, lhe dissemos nós”. - “Pois sim, amigos, havemos de fazer uma obra pia à Casa da Misericórdia de um compromisso entre nós. O padre provincial da Companhia nos dará as instruções para este fim, eu lhe falarei, porém nós havemos de fazer o dito concerto, admitindo no compromisso entre partes alguns sujeitos que estes hão de também ajudar a expulsar os selvagens”. Aqui lhe dissemos nós: - “Senhor, os selvagens não são em grande número, nós observamos muito bem, não excedem de 200, pouco ou mais ou menos. Estes, apesar de ser a mesma nação dos Goytacazes, estão muito pacíficos, os mais ferozes segundo dizem estes mesmos, que também foram senhores dos mesmos Campos em anos anteriores por serem muito inclinados aos sertões e pelo seu velho Maioral ser muito cismático [*sic*] e de muito má conduta, foi que se passaram para o norte do Rio Paraíba, ficando nos ditos Campos uma pequena porção, que os não quiseram seguir, donde descendem esses que existem; estes mesmos que passaram para o norte do Rio Paraíba são os que expulsaram, segundo dizem estes, os dois donatários, enquanto estes estão muito

pacíficos, não fizeram outro algum desataque senão esse da novilha; contudo havemos de desbaratá-los para nosso sossego”. Disse o general: – “os sujeitos que hão de ser admitidos há [*sic*] de ser o padre provincial da Companhia, estes religiosos que tanto se têm esmerado em catequizar esta canalha, o Dom abade dos Beneditinos, o prior do Carmo e outros sujeitos, de maneira que havemos de dividir 12 quinhões, que vêm a ser 12 partes; presentemente só existem Vossas mercês dois, tudo podemos arranjar”. – “Porém, Senhor, há herdeiros e alguns já estabelecidos. Esses herdeiros ficarão sem terras para esses estabelecimentos, num continente dessa grandeza? Presumo que não”. – “Qual será esse proprietário mesmo nesta capitania do Rio de Janeiro que presentemente tenha uma escravatura para cultivar esse país? Não há um! Quanto mais esses herdeiros que talvez, ou quase trabalhem por seu braço!” – “É verdade, Senhor”. – “Pois bem, logo podemos fazer este concerto, pois fica muita terra para esses herdeiros; e assim, os Senhores Capitães, como já foram a esse continente, devem ter algum conhecimento do país, para se fazer os 12 quinhões, entrando juntamente Vossas mercês dois neste concerto, e reservando terras para esses herdeiros. Os Senhores Capitães farão um roteiro com as declarações necessárias dos rios, confrontações que formem a divisão das 12 partes, para à vista do dito roteiro e às suas presenças assentarmos verdadeiramente nisso”. – “Sim, Senhor”, lhe dissemos nós; pois o respeito deste homem era coisa muito grande e este concerto o fizemos com grande constrangimento nosso. Por essa mesma razão a todo o tempo não digam os nossos herdeiros, que o fizemos por deliberação nossa, pois o mesmo Governador não era respeitado.

Enfim, lhe entregamos o dito roteiro a 17 de dezembro de 1647²²⁷, o qual ele examinou e depois nos disse que era necessário ajuntar as partes para todos juntos verem se estaria conforme, para se lavrar a escritura; que nos recolhêssemos às nossas pousadas, que quando fosse o dia aprazado nos faria aviso. Com isto nos retiramo-nos [*sic*].

²²⁷ Se o *Roteiro* vem a ser o presente documento, uma hipótese é que, em parte, tenha existido um diário de viagem redigido por escrivão anônimo, ainda sem a preocupação com interesses da família Sá e Benevides, dos Jesuítas e dos Beneditinos. Esses apontamentos teriam sofrido modificações a posteriori, incluindo a questão fundiária. Depois das modificações, os herdeiros dos Sete Capitães teriam acrescentado seu descontentamento com o destino das sesmarias. Deste conjunto heterogêneo, restaram informações de caráter ecológico que não poderiam ter sido anotadas em época posterior, sob risco de o relator se traír.

No dia 21 tivemos o dito aviso, para nos acharmos pelas sete horas da manhã que eram as horas certas para todos os mais. – “Sejam bem chegados, Senhores Capitães”, disse ele. E nós lhe respondemos: – “aqui estamos às ordens de Sua Senhoria”. – Sim, Senhores. Ora pois o seu roteiro está bom; porém é necessário nós pormos algumas coisas mais claras, para quando se lavrar a escritura estar tudo encaminhado, as quais agora que estamos juntos todos, melhor o faremos. Os Senhores Capitães dizem aqui no seu roteiro, que dos princípios do Rio Iguaçu à Lagoa Feia, e da Lagoa Feia às serras se repartirá em 12 quinhões iguais; sim, estou por isso, que hão de ser iguais para dentro até Macaé; porém os Senhores Capitães, porque não fizeram menção do interior do continente que consta-me [*sic*] ser o melhor?” – “Senhor, não fizemos menção do interior é por ter já alguns herdeiros e estes já estabelecidos, e não podemos doar, visto estar nessas circunstâncias”. – “Senhores, tudo havemos de arranjar, deixem Vossas mercês estar esses herdeiros, que hão de ter muita terra, como já lhes fiz saber, e nós havemos de fazer este concerto de outra maneira. Os Senhores Capitães queiram dizer que vento é que divide esta sesmaria da parte do norte?” – “Senhor, há de ser o es-nordeste; porém nós já a dividimos por esse lado, achando lugares permanentes de mãe d’águas, é verdade, que fica mais um tanto fora do vento es-nordeste, por se abeirar dois lagos da parte do nordeste, e serem permanentes e um rio que nesses lagos deságua e dos ditos lagos ao Rio Paraíba”. “Bem, melhor, pois está marcado pela natureza”; “pois bem, Senhores Capitães, nós havemos de fazer outro roteiro, servindo este para melhor encaminhar o outro. Os Senhores Capitães deixem ficar, pois havemos de fazer menção do interior, pois o continente é extenso, há de chegar para os mesmos herdeiros; disto eu cuidarei com mais vagar para estar pronto para se lavrar a escritura, e assim, os Senhores Capitães recolham-se às suas pousadas, que terão outro aviso, quando estiver pronto. Com isto nos retiramos e ficou este negócio indeciso até março do ano seguinte de 1648, que se lavrou a escritura, aonde fomos chamados para este fim. Nos apresentou o novo roteiro com as cláusulas em partes diferentes do nosso roteiro. Nós nos demos por sentidos desta mudança, porém ele por sua sagacidade e o grande respeito fez o que quis. Enfim, se chamou o Escrivão à pousada do general e se lavrou a endiabrada escritura.

As terras, que no nosso roteiro declarava, que da ponta do Rio Iguazu à Lagoa Feia e da Lagoa Feia em direitura às serras, para serem divididas em 12 quinhões para parte de dentro de Macaé, mudaram de figura para o interior, aonde já estavam alguns herdeiros estabelecidos para nestas que eram de uma reserva do nosso roteiro, entre os dois Rios Iguazu e Paraíba. Mudaram a figura para dentro para as partes de Macaé, declarando os dois rios, sem os declarar pelos seus nomes, tudo por sagacidade, desviando-se destes terrenos por seu local ser de areias; em outro lugar diz a escritura: - “sete de mão comum deram um quinhão ao general”. Quais são esses sete? Por que razão todos sete não estavam assinados? Não seria por já terem passado da vida presente? Em outro lugar diz: - “um quinhão que lhe deu o capitão Miguel Ayres Maldonado, que pertencia a João Castilho”. Pois não lhe fiz saber que este quinhão estava já vendido ao finado Senhor Riscado? Aquela escritura foi lavrada a 21 de agosto de 1636. Apareceu neste comenos [?] tudo mudado de figura do nosso roteiro.

O general rodeado de vários personagens que foram admitidos no dito compromisso com solicitações, juntamente ajudado da sua má opurgenia [?], fez quanto quis maiormente o padre provincial da Companhia, o Dom abade de São Bento e o capitão Barcellos, que foi o que melhor informou o general dos melhores terrenos do país, em razão de já ter algum conhecimento do território. Este homem foi toda a nossa ruína. Fez conosco vezes de Judas, depois de tratar conosco uma amizade.

Ainda aqui não param as sagacidades do general na dita escritura. Diz em outro lugar, que Baltazar Leitão lhe vendeu outro quinhão, que pertencia ao Capitão Gonçalo Corrêa. Baltazar não podia vender o alheio; se fez a dita venda foi pela sua má consciência e má conduta, induzido pelos ditos personagens, pois a sua posse era de um mero arrendatário aos herdeiros dos dois irmãos do Senhor Gonçalo, já falecidos: o Senhor Duarte Corrêa e o Senhor Manoel Corrêa, a quem o Senhor Gonçalo fez dádiva, quando embarcou para a costa de leste com o Senhor Castilho. Baltazar estava em um pleito com os dois irmãos. Estes já eram falecidos, e não estava decidido em razão de seus herdeiros o não conseguir. Seria por esta razão, que se fez senhor da terra para fazer tal venda ao general. Seguem-se outras cláusulas para se medirem e demarcarem: coisa que nunca o fizeram. Outra que

conosco tratou o general a expulsar os gentios e de dar as ditas forças que nunca se viram. Nada disto foi necessário, quando chegaram aos Campos uns como procuradores, outros como d'amizade do general, cinco padres da Companhia, dois ou três de São Bento e Carmo. Era uma comitiva e nós os não quisemos acompanhar. Quando chegados aos Campos os selvagens fizeram seu grande reparo, e reconheceram não sermos nós, porém não fizeram desacato algum.²²⁸

Os Senhores padres da Companhia apareceram com a roupeta preta e uma imagem do Senhor Crucificado nas mãos, acompanhados de alguma comitiva. Chegados à aldeia com as suas plataformas costumadas aos Índios, isto para constar que eles estavam furiosos; e eles tão pacíficos. O que fizeram foi aldeá-los.

No dia 29 de junho de 1647, dia de São Pedro, no interior da campina do grande Campo Limpo, a que lhe demos este apelido, próximo a um lago que lhe deram o nome do dia, e aonde a Senhora Dona Maria Riscado se estabeleceu, quando aconteceu o burburinho dos Índios matarem o curraleiro Miguel, por se opor à defesa da novilha, que eles mataram nesse mesmo lugar da residência da Senhora Dona Maria Riscado, com licença dela esses padres da Companhia fabricaram uma ermida, com alguns índios escravizados e alguns escravos pretos, e outros senhores personagens a si chamaram alguns dos ditos selvagens para deles se servirem tal e qual, aonde os ditos padres induziram a Senhora Dona Maria Riscado, que a ermida, que era para ela ter missa, pois que nos Campos ainda não havia um templo para esse fim. Quando nós soubemos desta notícia da dita ermida, logo nos ardeu [*sic*] as orelhas, para o futuro o que poderia acontecer, já deles o que se passou conosco.

Foi fabricada a dita ermida em 1652, quando também se determinou o general a colocar a de São Salvador com a invocação do Santo do seu nome no mesmo ano, aonde dizia, que nesse lugar era o seu quinhão de terras que lhe pertenciam.

Os outros personagens fizeram outro tanto, tomando posses desta maneira. Depois disso arrancaram todas as nossas pedras, das nossas divisões, que estavam pela marinha e à beira-campo e as consumiram. Quando a Senhora Maria Riscado teve esta notícia se dispôs a ir tomar conhecimento disso, e achando ser verdadeira a

²²⁸ Chama atenção a defesa dos índios feita por homens rudes do século XVII, aqui e em outros pontos adiante.

notícia, mandou pelo seu curraleiro, seu escravo Antonio Dias, pôr no dito lugar tijolos, e lhe mandou fabricados para a dita ermidinha, porém de que lhe servia ela providenciar essa cautela, estando ela com esses religiosos ambiciosos após de si?

Tornemos ao nosso propósito. Desta maneira é que se expulsaram os selvagens; após e à sombra da imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo é que estes ambiciosos religiosos usaram da suas máximas e sagacidades, cobertos de dolo e malícia como presenciamos no lavrar da escritura do compromisso, enquanto solicitaram o general com os seus pareceres, o dito provincial da Companhia, o Dom abade dos Beneditinos e o Senhor Barcellos, velho, nosso amigo.

Com estas notícias alguns dos herdeiros do finado Senhor Miguel Riscado nos vieram expor, que iam tratar de anular a escritura, em razão do impedimento da minha moléstia e avançada idade e do Senhor Antonio Pinto, não podermos lidar com estes negócios. Com efeito, tratando de o conseguir, foi notificado o dito general como autor do dito compromisso, porém não fazendo consideração da notificação, não compareceu na instância judicial destinada para esse fim, que era no cartório da Real Coroa; e como assim acontecesse, estão eles procurando o seu direito. Eu recolhido na minha pousada, impedido da minha moléstia, fazia todas as observações que me eram possíveis juntamente com meu último companheiro o Senhor Antonio Pinto Pereira, sobre os Campos dos Goytacazes, com brevidade tivemos a notícia do modo com que esses personagens se estabeleceram nos ditos Campos, com uma voz de compras e doações, sem medições de natureza alguma. Nos ditos quinhões não passaram muitos tempos, eles aí estão cobertos de uma ambição às lutas: aqui é meu, ali é teu, que nunca deixará de assim ser, pois se introduziram no território sem divisões, e desta maneira irão se apossando de todo o território, e os miseráveis herdeiros ficarão sem os seus próprios quinhões declarados na endiabrada escritura e asseverados pelo dito general, que os herdeiros hão de ficar com muita terra. Queira Deus o que poderá acontecer para o futuro.

Eu Maldonado, impedido de uma grande moléstia, alcançado um tanto na idade e o meu último companheiro o Senhor Antonio Pinto, muito mais alcançado, que nem se achou no lavrar da escritura, que mandou seu filho o Senhor Francisco Pinto Pereira, pelo grande

respeito ao general, esta seria a razão que estes personagens fizeram quanto quiseram. Desta maneira trabalhamos e passamos grandes incômodos; passando bem mal, abrindo caminhos, cortando paus por ainda não haver caminhos bem costeados, caminhando por grandes areas a pé, todos esbaforidos, para estes personagens se utilizarem com uma bochecha d'água das nossas propriedades por maneira tal. Deus louvado, aqui irei dando fim a esta descrição em ponto tão grosseiro, até onde possa chegar a minha fraca memória.

Aos 13 de outubro de 1655 passou-se desta vida presente o Senhor Antonio Pinto Pereira, meu último companheiro de tantos anos, e ainda fiquei eu Maldonado para sentir as mortes de todos os meus companheiros e das insolências que estão sofrendo todos os herdeiros por esses Campos dos Goytacazes. Com isto darei fim à minha vida; segundo as minhas circunstâncias, juntamente darei fim, com a mesma vida, a esta memória para que todos os herdeiros fiquem no conhecimento destes negócios, cheios de máximas, maiormente os do Senhor Miguel Riscado, que estão ficando espalhados por esses Campos.

Até aqui tenho escrito pelo meu próprio punho, até 11 de junho de 1657. Daqui ao futuro veremos o que vai mais de novo para o participar, e quando Deus me leve desta vida presente, peço e rogo ao meu compadre o Senhor João Nepomuceno de Carvalho, morador na cidade de Nossa Senhora d' Assunção de Cabo Frio, que me mande registrar esta memória no cartório da Câmara, quando caiba no possível, a qual lhe será entregue no fim.

Aqui me despeço de todos, maiormente de todas aquelas pessoas que me estimaram, pois, segundo as minhas circunstâncias, não poderei ir muito adiante.

Capitania da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro
aos 21 de fevereiro de 1661.

*Miguel Ayres Maldonado.*²²⁹

²²⁹ Duarte Nunes da Silva, Escrivão da Câmara da cidade de Nossa Senhora d'Assunção de Cabo Frio e seu termo etc. Aqui fiz registrar bem fielmente da própria, que, para este fim me foi apresentada, pelo capitão João Nepomuceno de Carvalho, pessoa de mim reconhecida, morador nesta dita cidade, a quem o tornei a entregar, e que aqui assinou de como a recebeu, e a qual me reporto; com este corriji, conferi e consertei e fica na verdade, sem coisa que dúvida faça; em fê do que subscrevi e assinei nesta cidade de Nossa Senhora d'Assunção de Cabo Frio, aos 12 dias do mês de agosto do

ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1664. Eu, Duarte Nunes da Silva, Escrivão da Câmara que a subscrevi, concertei e assinei. *Duarte Nunes da Silva. João Nepomuceno de Carvalho*. O qual instrumento e traslado de descrição em pública forma passada, que eu tabelião tornei a entregar ao sobredito Tomé Riscado da Mota, reconhecida de mim tabelião ser a própria pela mesma forma e sinal público do tabelião meu antecessor, que passou a primeira pública forma, que em meu cartório ainda existe alguns autores, escrituras transcritas por ele sobredito que, com tempo de meu ofício, a reconheci por minha curiosidade no dito livro acima declarado em uma queima que se fez de alguns livros antigos e vários outros papéis desta Câmara, por estarem todos comidos de bichos, por ordem distribuída pelo Doutor ouvidor Francisco de Salles Ribeiro, vindo de correição para a Capitania do Espírito Santo; do que tudo dou fé, nesta cidade de Nossa Senhora d'Assunção de Cabo Frio, aos 24 dias do mês de maio do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1772. O que tudo subscrevi, concertei e assinei em público e raso em dia, mês e hora acima declarados. Eu Bartolomeu Pimentel de Mesquita, tabelião que subscrevi e assinei em público e raso. *[Estava o sinal público]*. Em testemunho da verdade *Bartolomeu Pimentel de Mesquita*. Número sete. Pagou 3\$680réis de selo. São João da Barra, seis de setembro de 1853. Nada mais contém a memória em descrição e a mesma inscrita. Cidade de São João da Barra, seis de setembro de 1853. Eu, Amaro Gomes da Cunha Braga, tabelião que subscrevi e assino. Nada mais se continha em dito o registro da descrição feita pelo capitão Miguel Ayres Maldonado e outros, que aqui bem e fielmente fiz trasladar dos livros segundo e terceiro do registro deste cartório, aos quais me reporto, em o dia 22 de abril de 1879. Eu, Orlando Gomensôro Ferreira, escrivão interino que a subscrevi e assino (essas informações de registros cartoriais foram inseridas depois que a crônica dos Sete Capitães foi encerrada. Nota da transcrição).

Bibliografia das notas

- BRANDÃO, Renato Pereira. Roteiro dos Sete Capitães e a capitania de São Tomé: confrontações documentais numa perspectiva interdisciplinar. *Anais da Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório*. Campos dos Goytacazes: Unf, 1996.
- CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Thomé*. Campos [dos Goytacazes]: Tipografia e Litografia de Silva, Carneiro & Cia, 1888.
- COSTA, Angyone. *Introdução à arqueologia brasileira: etnografia e história*, 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1959)
- COUTO REIS, Manoel Martins do. Descrição geográfica, política e cronográfica do distrito dos Campos dos Goytacazes, que por ordem do II^{mo}. e Ex^{mo}. senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, vice-rei e capitão general do mar e terra do Estado do Brasil se escreveu para servir de explicação ao mapa topográfico do mesmo terreno, que debaixo da dita Ordem selevantou. Rio de Janeiro: 1785, ms.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Melhoramentos/ Brasília: UnB, 1999.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DESCRIÇÃO que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 56 n.87, p.345-400, 1893.
- DIAS JUNIOR, Ondemar F. Considerações iniciais sobre o terceiro ano de pesquisas no estado do Rio de Janeiro. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas 3- Resultados Preliminares do Terceiro Ano (1967-1968). *Publicações Anuais n° 13*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.

- DNOS. *Baixada Campista: Saneamento das Várzeas nas Margens do Rio Paraíba do Sul à Jusante de São Fidélis. Estudos e Planejamentos Complementares. Planimetria Geral, folha n.º 3*. Rio de Janeiro: Engenharia Gallioli Ltda., 1968.
- FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1977.
- HEREDIA, Raimundo Osvaldo; LIMA, Tania Andrade e SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Pesquisas arqueológicas no norte fluminense: o sítio de Jurubatiba”. *Arquivos do Museu de História Natural vol. VI-VII*. Belo Horizonte: UFMG, 1981-1982.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª ed., 15ª impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s/d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Carta do Brasil* Rio de Janeiro, 1968
- KNIVET, Anthony. Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomaz Candish. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, t. 41, parte 1, 1878.
- LAMEGO, Alberto. *A planície do solar e da senzala*. Rio de Janeiro: Católica, 1934.
- LAMEGO, Alberto. *Carta Geológica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. s/l: Biblioteca do Exército, 1961.
- LIMA, Tania Andrade & SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Zoo-arqueologia: alguns resultados para a pré-história da ilha de Santana. *Revista de Arqueologia*, v. 2, n.2, jul/dez de 1984.
- LORENZI, Harry et.al., *Palmeiras do Brasil*. Nova Odessa: Plantarum, 1996.
- MACHADO, Lília Cheuiche; SENE, Gláucia Malerba; e RIBEIRO SILVA, Laura P. Estudo preliminar dos ritos funerários do sítio do Caju, RJ. *Revista de Arqueologia*, v. 8, n. 1, 1994.
- MACIEL, Norma Crud & SOFFIATI, Arthur. Novos limites para a distribuição geográfica de *Avicennia germinans* (L.) Stern – Avicenniaceae e *Montrichardia arborecens* (L.) Schott – Araceae, no Rio de Janeiro, Brasil. *Anais do IV Simpósio de Ecossistemas Brasileiros*, v.4 Águas de Lindóia: Aciesp, 1998.
- MARTIN, Louis et.al. *Geologia do quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.
- MUEHE, Dieter & VALENTINI, Enise. *O litoral do estado do Rio de Janeiro: uma caracterização físico-ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar, 1998.
- NIEMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987
- PALMA, André Martins da. Representação sobre os meios de promover a povoação e desenvolvimento dos Campos dos Goytacazes em 1657. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, t. 47, parte 1, 1884
- ROCHA, João Clímaco da. *Dicionário potamográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: s/e., 1958.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp.
- SILVA, Marcelino Ramos da. *Carta. Lagoa Feia e suas Dependências*. Petrópolis: Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, 1898

- SOFFIATTI, Arthur. Entre a Terra e a Água: Estudo sobre as Relações das Sociedades Humanas com os Manguezais da Ecorregião de São Tomé entre 1950 e 2000, 2 vols. Rio de Janeiro, UFRJ, 2001 (tese de doutorado)
- SOFFIATTI, Arthur. Propostas de desenvolvimento para o norte-noroeste fluminense em perspectiva histórica. *Vértices*, nº 1/3, jan/dez de 2005.
- SOFFIATTI, Arthur. A História Ambiental de um Campo Nativo de Planície. Anais do III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.
- TORREZÃO, Alberto Noronha. Vocabulário puri. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 52, parte 1. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.
- VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa e LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991
- VIEIRA LEÃO, Manoel. Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do conde de Cunha, capitão general e vice-rei do Estado do Brasil por Manoel Vieira Leão, sargento mor e governador da fortaleza do castelo de São Sebastião da cidade do Rio de Janeiro em o ano de 1767. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/seção de iconografia.

Glossário

Acerbes: violentos, incisivos, pungentes.

Alva: o clarear da manhã, também chamada alba, alvor, alvorada ou aurora.

Bagre: peixe que possui um par de “barbilhões” no maxilar inferior. O termo também designa mais de uma espécie de peixes sem escamas e muito comuns em água doce.

Cabaça: planta cuja casca dura dos frutos se presta à confecção de utensílios, como bacias e conchas, para beber, medir ou transportar farinha, grãos etc.

Campinas: áreas planas, recobertas de vegetação rasteira e desprovidas de árvores; campos, pastagens.

Charneca: tipo de vegetação xerófila que se desenvolve em regiões arenosas, ou área pantanosa, alagadiça.

Chavascal: terra estéril, improdutiva, ou área ocupada por vegetação espinhosa e plantas silvestres.

Derrota: caminho percorrido ou desbravado, em terra ou no mar, ou ainda, a rota seguida pela embarcação de um porto a outro.

Donatários: assim eram chamados os fidalgos que receberam de D. João III a mercê de uma donataria ou capitania hereditária na América portuguesa.

És-nordeste: o mesmo que lés-nordeste, termo referente à direção do vento entre este (leste) e nordeste.

Gentilidade: do latim *gentilitas*, refere-se aos membros de uma mesma família ou, na acepção mais ligada ao paganismo, ao gentio, termo genérico que os colonizadores usavam para se referir aos índios.

Indaiá: termo de origem tupi, *inda'ya* ou *ina'ya* denomina espécies de palmeiras encontradas no Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina. São também chamadas coco-indaiá, naiá, palmito-do-chão em virtude de seus frutos.

Jangada: embarcação feita de tábuas ou de troncos de árvores unidos formando uma espécie de prancha flutuante, no centro da qual há um mastro com uma vela triangular.

Lés-sueste: termo referente à direção do vento entre leste e sul (sueste).

Mamelucos: mestiços de brancos com índios, também chamados mamalucos.

Piroga: embarcação feita de um só tronco de árvore cavado, utilizada pelas populações indígenas e ribeirinhas.

Quiriba ou Queriba: termo de origem tupi *kiriba* que significa pé, haste de planta, árvore, fruto ou fruta.

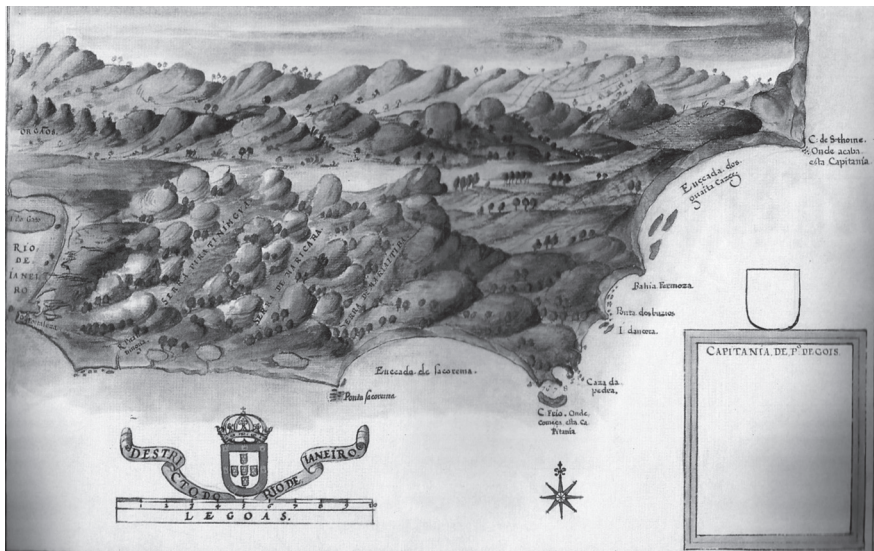
Regueira: fenda que serve ao escoamento de água.

Sumaca: embarcação de origem holandesa, a “smak” passou a “esmaca” e finalmente a sumaca em português. Possuía dois mastros e foi muito usada na navegação costeira ou de cabotagem.

Valado: barreira usada para defender fortificações e propriedades (fosso, trincheira) ou ainda uma elevação de terra que delimita uma propriedade.

MAPA DE JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ – 1631

João Teixeira Albernaz - ou João Teixeira Albernaz, o Velho - nasceu em Lisboa no último quartel do século XVI e morreu em torno de 1662. Foi um competente prolífico cartógrafo, tendo produzido dezenove atlas, que compreendem 215 cartas. Ele é filho de Luís Teixeira, talvez o maior cartógrafo português do século XVI, e sobrinho de Domingos Teixeira. Em sua família, muitos membros tornaram-se cartógrafos famosos, com produção que se estendeu do século XVI ao XVIII.





Mapas das Capitanias de São Tomé e Espirito Santo, por João Teixeira Albernaz, o velho, ambas de 1631. A capitania que ele atribui a Pero de Gois é, na verdade, a atual Região dos Lagos. A do Espírito Santo, em seu desenho, abrange também parte da Capitania de São Tomé.

REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES DA VILA DE S. SALVADOR AO GOVERNADOR DA BAHIA ATRAVÉS DO CAPITÃO ANDRÉ MARTINS DA PALMA – 1650

Vindo do Rio de Janeiro, André Martins da Palma fixou-se no povoado de Campos e exerceu importante papel na criação da vila. Ele redigiu uma representação enviada ao representante da Coroa portuguesa no Brasil pleiteando a criação da Vila de São Salvador. Mais tarde ele escreveria uma representação ao rei de Portugal oferecendo um projeto para a promoção econômica, social e política de Campos. Nela, aparece pela primeira vez a palavra “desenvolvimento”. André Martins da Palma foi assassinado em Salvador.

REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES DA VILLA DE S. SALVADOR AO GOVERNADOR DA BAHIA ATRAVÉS DO CAPITÃO ANDRÉ MARTINS DA PALMA Carta de 6 de junho de 1650^(*)

« Exm^o Sn^r.

O capitam André Martins de Palma em seo nome e de todos os moradores da villa de Sam Salvador e Campos dos Goytacazes, entre o Spirito Santo e Cabo-Frio, representa a VExa que havendo nos ditos sitios alguns moradores assistentes e outros que se foram ajuntando, pela bondade, capacidade e largueza da terra assy pera as

* Extraído da obra “A Terra Goytacá: à luz de documentos inéditos”, de Alberto Lamego, 1913. (N. do O.)

creações como para tudo o mais necessário vieram a fazer hua povoação em que haveria melhor de 70 vizinhos com que foram descobrindo todas aquellas terras que há hua grandissima capitania que se póde povoar em que há grandissimo numero de aldeas de gentios que o supplicante descobrio e estão de pax e domesticados de que resulta grande utilidade a este Estado e ao serviço e fazenda de S. Mag^e e augmento da fee catholica a cujo gremio chegam muitos gentios o que considerando o ouvidor do Rio de Janeiro erigio em villa a dita povoação dando e nomeando officiaes de justiça e da Camara na fórma das mais deste Estado e estando pacificamente na mesma povoação a qual em breves tempos se havia de augmentare precedendo sinistras informações de alguás pessoas, moradoras no Rio de Janeiro em rezam de terem seus gados nos Campos dos Guaytacazes, mandou o ouvidor geral extinguir a dita povoação e com graves penas impostas aos moradores para que despejassem e os officiaes não usassem dos seus cargos, sendo em grande prejuizo de todo este Estado e da Corôa Real, pois para sua grandeza, augmento e conservação destas Capitancias se devia por todos os meyoys tratar de que povoasse pois acrece tanto emolumento com as novas povoações e foy intento particular dos senhores Reys, favorecendo muito com grandes mercês aos povoadores e descobridores o que tem mayor lugar nesta nova povoação por ser o sitio muy largo e de infinitas terras com muitos gados que cada vez irão em maior crescimento e he paragem em que facilmente poderá ir o inimigo prover-se de muitos mantimentos com que mais a seu salvo faça hostilidade nesta côsta: sendo juntamente cousa contra toda boa rezam que mandem despejar os supplicantes e desapossalos de suas cazas em que estão vivendo servindo a S. Mag^e com o descobrimento de muitas aldeas redução do gentio a obediencia á Corôa e gremio da christandade e como isto seja húa cousa publica e tam justificada, nam deve prevalecer contra ella a queixa mal fundada de algús interrassados que intrusamente estam nas ditas terras, sem titulo algú, conquistadas e descobertas com muyto trabalho e sangue de muytos dos supplicantes, sendo ocasionado este despejo e mandado pelo ouvidor do Rio de Janeiro por seus interesses particulares de que constará pelos papeis juntos e estando os supplicantes em communicação os obrigam a que se dividam e busque cada hú novo

lugar de agazalho sendo que por o sitio ser tam importante deve S. Mag^e mandar sustentalo e fortalecelo com vantagens e mercês aos moradores, porque quando se despeje se dará occasiam a que o gentio se rebelle e se faça senhor de tudo o ganhado com muito menos cabo na reputação desta corôa e Fazenda Real ao que V. Ex^a deve mandar acudir e prover não permitindo que se faça a repulsão dos moradores nem se extinga huã povoaçam tão necessaria.

Pede a V. E^a lhes faça mercê mandar ver esta petição e papeis e informado da verdade, mande passar ordens necessarias para que se continue com a dita povoaçam e villa na fórma em que estava sem que se inove ou altere cousa algúa, antes obrigando os moradores a assistirem nella fazendo suas eleiçoens de officiaes e tudo o mais pera o bom governo e administração da dita villa, sem embargo de quaesquer ordens que haja em contrario E. R. M. *André Martins de Palma.* (Arch. Cit. Lembretes).

MAPA DE SANSON D'ABBEVILE – 1656

Nicolas Sanson D'Abbeville, cartógrafo francês nascido em 1600, retratou em seu mapa o Brasil dividido em capitanias hereditárias, uma realidade que já havia mudado bastante depois de sua criação em 1532. Em meados do século XVII, as fronteiras das capitanias já tinham sido alteradas em virtude de maior conhecimento da realidade ambiental, assim como por conta dos interesses econômicos e políticos da Coroa Lusa, que acabara de ser restaurada, depois de 60 anos sob o controle da dinastia espanhola. Era muito comum os mapas retratarem realidade anterior a sua formulação.



Le Brésil (1656) - Nicolas Sanson D'Abbeville

REPRESENTAÇÃO SOBRE OS MEIOS DE PROMOVER A POVOAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CAMPOS DE GOITACAZES EM 1657 PELO CAPITÃO ANDRÉ MARTINS DA PALMA^(*)

Exposto a castigo, quanto certo no merecimento com que V. Magestade, que Deus guarde, costuma premiar o zêlo com que seus vassallos tratão com acerto de seu real serviço, antepondo esse com o aumento de sua real fazenda, me expuz á murmuração de todos por não faltar com seu particular, como tão leal vassallo de V. Magestade e feitura que sou n'estes campos de Goitacazes do Conde de Atouguia, governador geral d'este estado, que por entender seria meu talento capaz de jugo, que padece e que em ocupa n'este posto, quis encarregar-me com elle, e fazer-me benemérito, o que só avaliarei por tal com seguro, que espero achar na confirmação de V. Magestade, para que com ella possa eu atilar a maiores acertos de seu real serviço, e sem a qual me não será possível pelas razões, que apontarei.

N'este novo descobrimento, em que a V. Magestade se tem occultado a verdade, e não tem chegado esta a sua noticia pelo particular de poderozos, que antepondo conveniências próprias ao aumento de sua real corôa, tratão somente de divertir a fama, para que não chegando esta á noticia de V. Magestade, e ser sabedor dos grandes lucros, que sua real fazenda pode tirar com pouco cabedal e dispêndios n'estes campos dos Goitacazes, Parahiba do Sul, possão eles usurpal-os, como têm feito, querendo debaixo de zêlo do seu real serviço ter para si o com que V. Magestade pôde sustentar grandes exercitos assim n'este estado, como n'esse reino de Portugal. O que vendo e antepondo-me a todos os riscos e acasos, com que um poder

* Publicado na Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil, Tomo XLVII, Parte I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1884. (N. do O.)

vingativo maltrata sem piedade, exposto a tudo me deliberei a fazer este avizo a V. Magestade com o mais que tenho obrado em razão do cargo que occupo, que é o seguinte.

Passados trez annos, que gastei no propagamento do gentio indômito, que senhoreava estes campos, no decurso dos quaes gastei, além da vida, a fazenda, impossibilitando-me a viver fora d'elles, por não ter com que assistir aos gastos da corte, domei a mór parte de todo ele, e não contente com o descobrimento de 60 leguas de largo e 80 de comprimento, que tantas são té a cidade de São-Sebastião do Rio de Janeiro, me fui meter com elles pelo sertão dentro, pondo-os tanto de paz, que vêem hoje ao resgate, trazendo suas mercancias de cêra, mel, e mais lavouras da terra, a que sua industria chega para com ellas levar ferramentas, enxadas, fouces, machados para lavrar a terra, e fazer roçarias, que é o pão da terra, aos quaes todos assisto com notável dispêndio de minha fazenda, por não deixar perder o que com tanto trabalho e risco da vida tenho alcançado, só afim dos grandes lucros que espero alcançar para a fazenda de V. Magestade, dilatados acrescentamentos de sua real corôa, como espero ver pela maneira seguinte.

O que V. Magestade deve mandar obrar por provizões suas, pondo ministro de sua real fazenda, deve ser na barra d'este rio se faça uma fortaleza real com sua artilharia, que resguarde d'ella, e do inimigo ollandez que inficiona esta costa, e não vir a entrar por ella a ser senhor de um tão grande thezouro. Logo que na praia do dito rio, e á boca da barra se faça uma villa com suas justiças para as entradas das embarcações, e que, onde hoje temos ainda povoação, seja cidade com superioridade de jurisdição sobre a dita villa por ser distante d'ella mais de 8 legoas, com capitão major independente do governo do Rio de Janeiro; que não sendo d'este modo não terá efeito nunca pelo *requesto* do que se espera, e diminuição de sua real fazenda, mandando V. Magestade este privilegio e erecção para a dita cidade se crear d'esta maneira.

Os moradores da dita villa ou cidade, aonde há grande numero de criadores de gado vacum, concorrerão todos na obra da grande fortaleza, e todo o dispêndio d'ella terão por muito suave á vista do grande interesse, que estas terras prometem pela abundancia de sua fertilidade e só com V. Magestade mandar um navio carregado de ferro, e artilharia bastante

para a dita fortaleza, em a qual mandará V. Magestade pôr capitão maior com seu soldo, sem que a fazenda de V. Magestade diminua de cousa alguma, antes maiores acrescentamentos d'ella, a saber:

Que vendo os ditos moradores a segurança, que têm de domicilio próprio, serão sem numero os povoadores d'estes campos, os quaes se têm expulso por algumas vezes d'elles tão sem piedade, que uns deixarão a fazenda, e outros, arrastados pelos campos, a vida, por não poder suportar o rigor com que d'elles os lançarião os poderosos interessados, para que a noticia de V. Magestade não viesse a ser sabedor de tão importante terra.

Aos gemidos e lagrimas de tantos inocentes acudio o governador geral d'este estado, e estranhando com zêlo christão uma obra tão pouco catholica, mandou se não tratasse de prosseguir na dita obra, mas já não tinha remédio, e como ficarão tão amedrontados, não houve mais quem quisesse povoar, dando occasião a que o gentio tornasse a rebelar-se, e pôr em risco o que tanto sangue tinha custado aos zelosos vassallos de V. Magestade.

N'este conflito, passando em correição o ouvidor geral d'esta repartição do sul João Velho de Azevedo, e propondo-lhe eu, e os moradores d'estes campos por passarem de cincoenta a grande utilidade assim da corôa de V. Magestade, como de sua real fazenda, pedindo-lhe em quanto se fazia este avizo a V. Magestade, nos apresentasse uma villa com justiças, que podessem conhecer das causas com appellação e agravo para seu juizo, e antevendo elle o grande serviço, que obrava na criação da dita villa, emquanto se não fazia o dito avizo a V. Magestade, que não mandaria o contrario, mandou levantar pelourinho n'ella, creando por eleição juizes e vereadores, ficando na posse da villa de São-Salvador da Parahiba do Sul.

O que sabendo-se no Rio de Janeiro, fui notificado por parte do dito ouvidor geral com grandes penas, mandasse desfazer o dito pelourinho, a requerimento dos interessados, e o titulo da dita villa, e de novo se tornarão a expulsar os povos, atalhando a dita villa e povoação com a falta de moradores, para que, não chegando a noticia de V. Magestade, possam elles lograr tanta quantidade de riquezas sem titulo algum de sesmarias, nem data de V. Magestade, como fazem té o presente, o que não será possível, havendo a dita cidade, e villa pela razão seguinte.

Que tendo V. Magestade a dita cidade e villa com justiças, e sua câmara, haverá logo livro de sesmaria, no qual se registrem todas as datas, que V. Magestade tem dado, e der aos moradores dos ditos campos, e havendo o dito livro, por ele saberá V. Magestade o que se lhe tem usurpado, e poderá vir a tanto crescimento de moradores, que o que hoje vem a ser de três pessoas poderosas, venha a redundar em tantas, que tenha V. Magestade de direitos, com que possa sustentar grandes exércitos e armadas só com o rendimento dos ditos seus reaes direitos.

É de saber, que pela muita fertilidade da terra ha n'ella muitos canaviais de canas de assucar, e a terra em si; com tanto assento para engenhos de agua, que todos se meterão no emprego d'elles, sabendo que o fazem no seu, e donde os não mandem despejar, quando quizerem, por tudo serem campos á borda do rio tão grandiiozo que poderá mover mil engenhos sem lhes fazer falta agua, carnes, lenhas, por tudo ser em tanta abundancia, e a terra tão ecunda que para tudo há sem detrimento, com que V. Magestade terá de renda muitos mil cruzados sem gastar algum de sua real fazenda, e será necessário para se comboiarem os assucares uma grande frota.

E quando eu esperava grandes prêmios por tão zeloso do aumento da real fazenda de V. Magestade e achar descanso em premio de tão dilatados serviços, quaes tenho obrado, e hei de obrar apezar das ameaças particulares e exposto ao perigo da vida, e falta de remédios, sem atentar ao particular de mulher e filhos, a que em nome de V. Magestade se me fazião as honras, que merece um vassalo tão leal, antevendo já a conta que devia dar a V. Magestade não contentes com o que tinham obrado, em razão da villa, me mandão prender do Rio de Janeiro, por de tudo se assegurarem, expulsando-me do meu cargo, sendo-me necessário por fugir a uma potencia deixar mulher e filhos, e ir buscar o recurso e remédio á Bahia, mais de 200 leguas, com tantos riscos, achando que todos elles erão toleráveis á vista das ameaças, que me esperavão na prizão.

E propondo eu ao Conde d'atouguia, governador geral d'este estado, as couzas que havia por minha parte, como as insolências, que se obravão contra os moradores, houve por bem de me mandar sustentar em meu cargo, e que a povoação existisse em quanto se fazia avizo a V. majestade para a confirmação da villa, que agora pedimos cidade, e vindo eu com o seguro que trazia, convoquei moradores e

trouxe comigo muitos, fiados na esperança de que V. Magestade como tão católico mandará prover na confirmação, que esperamos, e possão seus vassallos, com segurança real na isenção de dependências, fazer a V. Magestade mais dilatada a sua monarchia, para grandes lucros de sua real fazenda, mandando que seu capitão maior possa dar de sesmaria tudo aquillo que por petição dos moradores, constando a verdade, não estiver dado, assegurando com as ditas sesmarias a cultivação das terras, a multiplicação dos gados, e a vivenda dos moradores.

Com esta esperança de descanso, e por assegurar roubos e furtos, com que caducavão os negros em razão do vinho, que se faz n'este estado, a que chamão aguardante da terra, considerando a grande utilidade dos engenhos, e para que se fizessem com maior brevidade, mandei fixar editaes na porta da igreja e lugares públicos para arrematar por contrato estanque da dita aguardente, com que vencia a cultivação das terras e a segurança dos ditos furtos, para que a fazenda de V. Magestade lucre o seguinte:

Que o estanqueiro da dita aguardente pagaria pro anno a fazenda de V. Magestade 10 mil cruzados pelo primeiro de seu arrendamento, sendo obrigado compral-a aos moradores da terra por 4 patacas a canada, com o que vendo todos a grande ganacia e proveito se facilitassem nas lavouras, de que já hoje há muitos engenhos d'ella, ficando-lhe o caminho feito para os ditos engenhos reaes por se vencer a maior dificuldade, que é a cana.

Antepuz mais no dito contrato, que quando a fazenda de V. Magestade não lucrasse outros interesses maiores que os ditos alambiques de aguardente, vinha a ser grande o proveito, que d'elles se tirava a saber: que depois de cultivados os campos e cobertos de cana, não querendo os moradores sair-se fora dos alambiques, se lhes impusesse o mesmo que na Bahia, a saber 40\$ reis, em cada alambique, ficando-lhes suave a dita imposição á vista do grande interesse, que vem avançar com o preço de quatro patacas á canada, vindo a importar grande numero de cruzados em mui poucos anos á real fazenda de V. Magestade.

Além de tudo isto, tem V. Magestade grandes o dilatados matos de pau de jacarandá, a que chamão pau d'el-rei, que só de direitos, havenda navegação, importará em muitos mil cruzados.

Ha mais no sertão muitas minas de prata e ouro, e mais materiaes, a que não tenho dado principio por estar inerme de segurança para o poder fazer, e já de algumas mandei ao Rio de Janeiro pedras de prata para se vêr, e se achou ser da mais fina.

Ha uma alagôa mui grande para a comunicação dos povos vizinhos, que, sendo de agoa doce, se não vê terra, navegando-se por muitos dias, e é tão dilatada que por um mez e mais se não corre. N'esta póde V. Magestade mandar, que fazendo-se povoações, se cultivem, podendo-se pôr n'ella grandes moinhos, com o que haja dilatadas seraras de trigo pela terra e dar em muita abundancia, e crescendo os moradores n'ella importanrão muita fazenda á real corôa de V. Magestade pela brevidade do commercio, em razão de ser por mar e vir sahir duas legoas do sitio, em que advirto a V. Magestade se faça a cidade, além de muitos curraes que crescerão com as ditas povoações, importando só o dizimo d'elles em grande numero de dinheiro, como hoje importão os da Bahia, sendo em quantidade as duas partes menos, e se remata o ramo do gado cada anno em 40 mil cruzados para a fazenda de V. Magestade; o que tudo se lhe tem occultado, por não chegar á sua noticia a de tanta riqueza sonogada com o poder.

E porque tudo tenha felizes acertos, deve V. Magestade, como tão católico que é, mandar-nos apresentar vigários, que nos administrem o culto divino com suas rendas, e ordem para que, primeiro que tudo, se celebre, e só catequize os pagãos gentios, para que, alumiados com o leite da santa fé, fique fácil o poder domal-os á vista dos reduzidos á ella; lembrando a V. Magestade carece esta christandade muito de párocos por o não haver nas ditas povoações, e das rendas e dízimos de V. Magestade se lhes podem fazer as ditas cõgruas, prometendonos com tão santos princípios grandes successos, como esperamos.

Isto, Senhor, é o que se tem para obrar, e o que em razão do cargo tenho feito, apesar dos poderes, oposto a todos os vaivéns do tempo, levando sempre diante o aumento de sua real corôa, e o acrescentamento d'ella, prevendo que a maior monarchia é aquella que pende de mais extensão e numero de terras, cidades, villas e vassalos, e não é esta fora da lembrança dos grandes monarcas, pois já el-rei Philippe, no tempo de sua indevida occupação d'este reino de Portugal, mandou conquistar com numero de embarcações este descobrimento

por Pedro de Goes, e com trazer grande poder, o não pôde fazer, e se tornou sem efeito; o que Deus tinha guardado para V. Magestade, e a mim por instrumento de tanta felicidade, para que, representando a V. Magestade os avanços de sua utilidade, possa confirmar muito dilatados acrescentamentos, apesar dos mal intencionados e incrédulos de sua monarchia.

Á vista de tantos serviços, o acrescentamento que espero no que meu zelo tem obrado em respeito dos gastos, fomos, e excessivos trabalhos, que tenho supportado, com os contínuos sustos e duplicados riscos de morte, em razão de avassalar a V. Magestade os gentios indômitos, que embaraçavão estes campos, quero eu só, que V. Magestade os premeie, lembrando-lhe que eles esperão ver em mim o lucro de meu zelo e serviço, que fiz, da real mão de V. Magestade, que por ele venha seu barbaro conhecimento á tanta credulidade, que conheção servem a um senhor tão magnânimo, que, invejando sua sorte todos eles e os mais que ainda espero confinar, domando-os ao jugo de V. Magestade, que só são ditosos em serem vassallos seus, para que V. Magestade á vista d'isto goze dilatados impérios de sua monarchia, como seus leaes vassallos lhe desejamos.

A catolica e real pessoa de V. Magestade prospere o céu a vida, que todos seus vassallos lhe desejamos.

Parahiba do Sul 20 do mez de Julho de 1657 annos.

O CAPITÃO ANDRÉ MARTINS DA PALMA

RELATO SOBRE OS GOITACÁS POR SIMÃO DE VASCONCELOS

Simão de Vasconcelos foi um padre jesuíta português que viveu no século XVII. Veio para o Brasil com sua família ainda criança. Além de educador, escreveu livros, sendo o mais conhecido deles *Vida do venerável padre José de Anchieta*. No livro *Vida do P. João de Almeida da Companhia de Jesus*, ele pinta um retrato bastante fantasioso dos índios goitacás. Sua visão do diferente está em consonância com sua época.

DASSE BREVE NOTICIA DA *Gente Goiatacá.*^(*)

Referece a inclinação que tinham estes Goitacazes, à comer Carne Humana.

Dado a conhecer o lugar, demos breve noticia desta Gente; porq vejamos aonde há d'ir, e cõ quem ha de tratar o Nosso Missionario. Tres Castas avia desta Gente, falando agora sòmente della, e deixando toas as mais Naçoens, que cõ Ella confinam, que sam inumeráveis huns chamavam *Goitaca-Goaçõ*, outros *Goitacalacoritõ*, e outros *Goaiaca Mopi*, e a estes principalmente se dirige a nossa Missam. Todos sam Gente Fèra Sylvestre, e Tragadora de Carne Humana: assi andam à Caça huns dos outros, como das Fèras; e com mais gosto se apacentam na Carne do que cativam, q nam na das Fèras, que Caçam. Tem nos Terreiros de suas Aldeias, junto ás portas de suas mesmas Casas, grandes Rumas d'Ossadas, dos que matàram, e comeram, e disto se jactam; e quanto he maior a Ruma da Ossada dos que matàram, e comeram, tanto maior fica sendo a Nobreza de cada qual das Casas: Estes seus Brazões, e suas Proezas. Eram comumente Gente

* Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Iesu, na Provincia, composta pello padre Simão de Vasconcellos da mesma Companhia, provincial na dita provincia do Brazil. Dedicada ao Senhor Salvador Correa de Sá, & Benavides dos Conselhos de Guerra, & Ultramarino de Sua Magestade. Simão de Vasconcelos, Lisboa, 1658. Livro IV. Capítulo XII.

Agigantada, Mébruda, e Forçoza; o Cabelo anterior da Cabeça rapado amodo de Calvos, e o demais crecido até o hõbro, amodo de Cesarie, todos nùs, Homes, e Molheres, sem pejo algú da Natureza.

Seu modo de Viver.

Todo o Edificio de suas Aldeias, vinha a parar em humas Choupanas a modo de Pombais, fabricadas sobre hum sò Esteio, por respeito das Agoas; estas muito pequenas cobertas de palhas, a que chamam Tabùã; com portas tam pequenas, que pera entrar era necessario ir de gatinhas. Nam tinham Redes, nem Cama, nem Enxoval, por que toda a sua Riqueza consistia em seu Arco. Seu modo de viver, era pelos Campos Caando as Fèras, e pelas Alagoas, Rios, e Costas do Már pescando o Peixe, e em huma, e outra Arte eram Insignes: onde matavam a Féra, ou pescavam o Peixe, ahi o comiam, e virando o da outra o comiam tâbe, deixandolhe o Espinhaço inteiro; e o mesmo faziam nas Féras. Nẽ em cõpanhia da Carne, e Peixe usavam d'outra mistura de Farinha, Legumes, ou outa semelhante.

Eram tam Insignes no pescar, que se diz deles (se he pera dar credito) que se ajuntavam em certas paragens baixas do Mar, e com Pãos nas mãos curtos, e agudos d'huma, e outra parte punham em cerco os Tubarões, e arremetiam a elles, e quando hia ao abrirẽ a boca, lhes metiam nella a mam, e o páo, e engasgados os traziam a Terra. Nam curavam de Roças, nem de Criações, nem d'outra alguma Grangearia, tudo fundavam em seu Arco. No beber eram supersticiosos; porque Alagoas, e Rios d'agoa doce, o seu beber era de Cacimbas, que pera este efeito faziam com grandes trabalhos, e alguns affimam, que bebiam tambem Agoa salgada.

Sua Religiam, e sanguinolenta Guerra que faziam huns, aos outros.

Nam tinham Religiam alguma, nem Divindade aquem adorassem, nem tratavam d'outra Vida, tudo com esta lhes parecia que acabava: tinham porem entre si Agoueiros, nam com Arte de Feitiçarias a fim de fazer mal, mas pera adivinhar os sucessos de suas Guerras, de suas Caças, e de couzas semelhantes. Era notável o Exercicio da Guerra, em que sempre andavam, ora com as outras

Naçoens das Brenhas mais remontadas; ora com as outras Especies de sua mesina Gente *Goaitacázēs*; e especialmente, os *Goaitacázēs*, *Mopis*, e *Iacoitós* tinham Odio entranhável a outra Especie de *Goaitacá-Goaçũs*, de tal maneira, que onde quer que se encõtravam infalivelmente se matavam, e comiam huns aos outros. E chegava a tanto o Odio, que a hu Principal dos *Goaçũs*, que em certo tempo, e por certo successo se acolheo a huma Aldeia dos seus (sendo que estavam entam de Pazes com os Padres) nam descansáram ali de vigialo, e perseguilo; e sabendo que adoecera o dito Principal, e morrera, e onde estava enterrado; nam aquietàram com isso, e tineram traça d'ir desenterralo, e assi morto quebrarlhe a cabeça, (que he o modo entre Elles de fartar seu Odio, e tomar vingança) e dos Criados por mais que os Padres os guardaram, ouvéram às mãos dous, que logo mataram, e tornaram em Pasto de suas Entranhas.

RESOLUÇÃO RÉGIA DE 1679 E CARTA RÉGIA DE 1682

No final do século XVII, o donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo mandou arrancar por duas vezes os marcos e os vestígios entre seus domínios e os de Pero de Gois, embora a capitania de São Tomé já houvesse sido devolvida à Coroa Ibérica em 1619 por Gil de Gois. No entanto, a família Correa de Sá havia pedido que a capitania de São Tomé lhe fosse entregue. O que Francisco Gil de Araújo procurava remover de fato eram as ruínas de Santa Catarina das Mós, núcleo erguido por Gil de Gois na margem direita do rio Itapemirim, junto à foz. A Coroa deu ganho de causa ao visconde Asseca e seu tio. Não contente com a decisão da Coroa, Francisco Gil de Araújo apresentou reclamação formal a ela.

RESOLUÇÃO RÉGIA DE 20 DE JUNHO DE 1679 De El-Rei para o Ouvidor Geral do Rio de Janeiro a 20 de Junho de 1679.*

« Ouvidor Geral do Rio de Janeiro etc. Havendo visto o que me representaram o *Viscondede Asseca* e *João Correia de Sá* pelo seu capitão-mór e governador *Martim Correia Vasqueanes*, em razão de haver tomado posse das capitanias da *Parahyba do Sul* e *Cabo de S. Thomé* pelos ministros de justiça que eu ordenei, demarcando *desde 13 leguas de Cabo Frio para o norte vindo acabar no Baixo de Pargos, onde Gil de Gões tomou posse e fundou hua villa que o gentio bárbaro lhe despovou e ainda estavam vestígios das igrejas e casas que li bouve*, mandou a justiça pôr ali um marco o qual foi tirado por duas vezes e se entendia ser por ordem de *Francisco Gil de Araujo*, donatário da capitania do Espírito Santo e como não estava demarcada e todas estas terras não tinham senhorio se introduziu na posse de todas ellas, pedindo me mandasse ordenar que o dito *Francisco Gil de Araujo* demarcasse a sua capitania e emquanto o não

* Publicado em "A Terra Goytacá: à luz de documentos inéditos", Alberto Lamego, 1913. (N. do O.)

fizesse se conservasse o dito marco no *Baixo de Pargos* onde lhes assignalei acabasse a sua demarcação e que sendo mais antiga a doação do dito *Francisco Gil de Araujo* que a dos antecessores de *Gil de Gões* se a demarcação entrasse pelas terras dos ditos donatários não teriam duvida a lhe largar e que para maior clareza ficasse a aldeia de Iriritiba por marco ficando inclusa na sua doação emquanto o dito Gil de Araujo se não demarcava, Me pareceo ordenar vos que conserveis ao *Visconde de Asseca e seu tio João Correia de Sá* na posse de suas capitancias e que obrigueis a *Francisco Gil* a que se demarque conforme as suas doações e que procedaes contra os arrancadores de marcos. *Lx^a 23 de Julbo de 1679, Príncipe* » (Arch. Cit Provisões Régias).

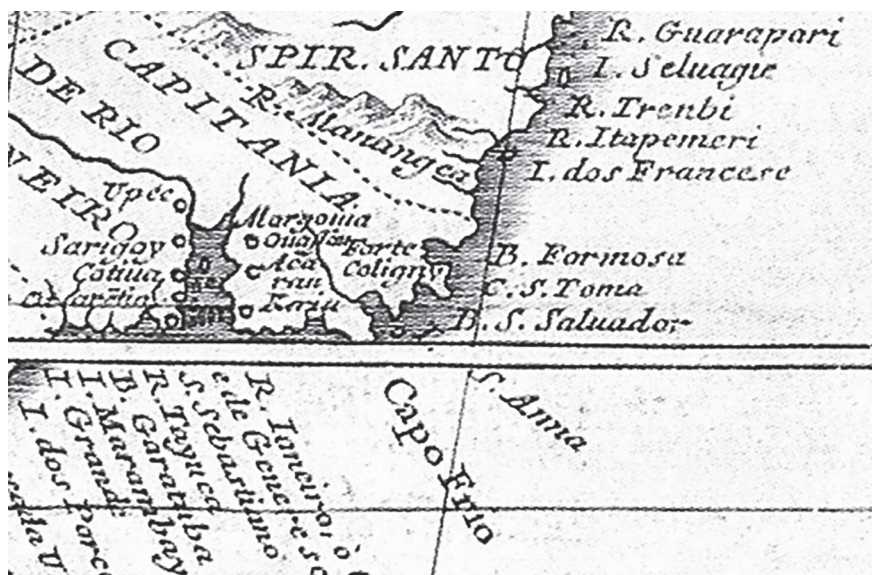
CARTA RÉGIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 1682 De El-Rei para o Ouvidor Geral do Rio de Janeiro a 23 de Fevereiro de 1682.*

« Ouvidor Geral da capitania do Rio de Janeiro *Francisco Gil de Araujo* me escreveu a carta que com esta vos mando remetter copia em que se queixa de *Martim Correia Vasqueanes*, capitão mòr do *Visconde de Assecae de seu tio*, pretender algumas terras tocantes à capitania do Espirito Santo, requerendo muitas outras cousas, como entendereis da mesma carta, encommendo vos muito e mando que informeis com o vosso parecer, para se poder tomar nesse negocio a resolução que for mais conveniente. *Lx^a 23 fevereiro de 1682. Príncipe* » (Arch. Cit. Consultas de Partes Liv. 1^o f^{ls} 21 e 26 V.).

* Publicado em “A Terra Goytacá: à luz de documentos inéditos”, Alberto Lamego, 1913.(N. do O.)

MAPA DE VINCENZO MARIA CORONELLI - 1688

Coronelli foi cartógrafo da República de Veneza. O mapa aqui incluído faz parte de um atlas em dois volumes de sua autoria. A área que interessa ao estudo da antiga capitania de São Tomé se estendia do rio Itapemirim (no mapa, Itapemeri) à baía de São Salvador, passando pela ilha dos Franceses (evidentemente fora do lugar), a baía Formosa (também deslocada), o cabo de São Tomé e a baía de São Salvador até a ilha de Santana.



America Meridionale (1688) - Vincenzo Maria Coronelli

MAPA DE JOHANNES BLAEU - 1689

Filho e irmão de cartógrafo, Johannes Blaeu retrata nesta carta as capitanias hereditárias já bastante modificadas. Não existia mais a Capitania de São Tomé/Paraíba do Sul. Com parte dela e parte da Capitania de São Vicente, foi criada a Capitania do Rio de Janeiro. Ele assinala em seu mapa o rio Tapoana (Itabapoana), o rio Paraíba (do Sul), a até hoje não identificada lagoa de Grande Pescaria (Feia?), o cabo de São Tomé, rio Salvador (?), rio dos Bagres (atual Macaé) e ilha de Santana duas vezes.



Nova et Accurata Brasiliae e Totius Tabula (1689) - Johannes Blaeu

BIOGRAFIA DO ORGANIZADOR

Arthur Soffiati é um dos nomes referenciais quando se trata de abordar temas que envolvem as regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro, em especial nas áreas de História e Meio Ambiente. Aristides Arthur Soffiati Netto se autodefine como ecohistoriador. Mestre e Doutor em História pela UFRJ, atualmente é professor aposentado de História pela Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes. Autor de diversos livros, Soffiati *também escreve colunas periódicas para jornais do Norte/Noroeste Fluminense*.

O volume 8 da SMF reúne textos e mapas extraídos de documentos e livros que dialogam com a temática da Capitania de São Tomé, cujo território original abrangia do Sul Capixaba ao Norte Fluminense. Essa coletânea é resultado natural de diversas leituras e pesquisas realizadas por Arthur Soffiati ao longo de sua trajetória como intelectual particularmente interessado no território fluminense que, durante o Brasil Colônia, foi parte integrante desta antiga Capitania.

SOBRE A SÉRIE MEMÓRIAS FLUMINENSES

Possui como objetivo a publicação ou republicação de livros referenciais para a história, a memória e as identidades culturais no âmbito das regiões de atuação do Instituto Federal Fluminense, de forma a possibilitar a ampliação do conhecimento e compreensão da territorialidade fluminense. Optou-se pela manutenção da ortografia original do texto (ou da publicação disponível como referência), sem atualização ortográfica, com transcrição *ipsis litteris* do conteúdo do livro, de forma a garantir ao leitor acesso o mais próximo possível de uma transcrição fiel à primeira publicação.

VOLUMES JÁ PUBLICADOS

v.1 - CYCLO AUREO: HISTORIA DO 1º CENTENARIO DE CAMPOS - Horacio Souza. Obra original: 1935.

v.2 - ITINERARIO DA FREGUEZIA DO SENHOR BOM JESUS DO ITABAPOANA À GRUTA DAS MINAS DO CASTELLO - Manoel Basilio Furtado. Obra original: 1884

v.3 - ESTUDOS AGRICOLAS - João José Carneiro da Silva. Obra original: 1872 / 1875.

v.4 - HISTORIA DO DESCOBRIMENTO E POVOAÇÃO DA CIDADE DE S. JOÃO DA BARRA E DOS CAMPOS DOS GOYTACAZES ANTIGA CAPITANIA DA PARAHYBA DO SUL E DA CAUSA E ORIGEM DO LEVANTE DENOMINADO - DOS FIDALGOS - ACONTECIDO NO MEADO DO SECULO PASSADO DIVIDIDA EM TRES PARTES - Fernando José Martins. Obra original: 1868.

v.5 - RUMOREJOS DO MONTE HIMALAYA - Amelia Gomes de Azevedo. Obra original: 1894.

v.6 - APONTAMENTOS PARA A HISTORIA DA CAPITANIA DE S. THOMÉ - Augusto de Carvalho. Obra original: 1888.

v.7 - O HOMEM, O RIO E A TERRA: O RIO MURIAÉ E A FREGUEZIA DA LAJE. TRAÇOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS - Manoel Ligiéro. Obra original inédita: 1960.

v.8 - OS MAIS ANTIGOS DOCUMENTOS EUROPEUS SOBRE A CAPITANIA DE SÃO TOMÉ - Arthur Soffiati (Org.).

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

v.9 - EVOCAÇÕES: CRIMES CÉLEBRES EM MACAHÉ: CHICO DO PADRE, KARUKANGO, MOTTA-COQUEIRO - Antão de Vasconcelos. Obra original: 1895.

v.10 - O NORTE FLUMINENSE À LUZ DE ALBERTO FREDERICO DE MORAIS LAMEGO - artigos reunidos



Essentia
E D I T O R A
IFFLUMINENSE

Tipologia: (Capa) Trajan Pro, Bodoni Poster Compressed
(Miolo) Garamond, Adobe Garamond Pro
Formato: 16 x 23 cm (fechado)